



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS VI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM
E SOCIEDADE - PPGELS
LINHA II – ENSINO, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

DULCE DILMA OLIVEIRA NEVES

CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO
CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO
SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL

CAETITÉ / BA
2024

DULCE DILMA OLIVEIRA NEVES

**CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO
CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO
SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Ensino, Linguagem e Sociedade. Linha de pesquisa II, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva

**CAETITÉ / BA
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

N518c

Neves, Dulce Dilma Oliveira

Catologação dos arquivos escolares permanentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetité/Ba: subsídio para preservação da memória e acesso ao patrimônio documental. / Dulce Dilma Oliveira Neves.—Caetité - Ba, 2024.

118 [10] p., il., color.



Orientador: Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva.

Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, 2024.

1. Educação - História. 2. Educação Profissional - História. 3. Arquivo escolar. 4. Memória (Educação). I. Silva, Genilson Ferreira da. II. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade. III. Título.

CDD: 370.9

Bibliotecária: Vilma de Almeida Santos CRB-5/1439

	<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA <small>Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95</small></p> <p>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE</p>	
---	--	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

"CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL "

DULCE DIMA OLIVEIRA NEVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE -PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 17 de abril de 2024, com nota 10,0 (dez).



Professor Dr. GENILSON FERREIRA DA SILVA
 Universidade do Estado da Bahia
 Doutorado em Educação e Contemporaneidade
 Universidade do Estado da Bahia



Professor Dr. JOSÉ AUGUSTO RAMOS DA LUZ
 Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
 Doutorado em História Social
 Universidade Federal da Bahia



Professora Dra. ANTONIETA MIGUEL
 Universidade do Estado da Bahia - UNEB
 Doutorado em Educação e Contemporaneidade
 Universidade do Estado da Bahia – UNEB

AGRADECIMENTOS

Ao Supremo Criador, por minha vida, por ser minha fortaleza nessa trajetória, para que eu pudesse buscar força e disposição necessárias para os incansáveis dias de dedicação até o alcance deste objetivo.

À minha família, a qual tenho como base, que acompanha cada um dos meus sonhos, pelo incentivo de sempre. Neste grupo destaco meus filhos Laíza Oliveira e Ruan Oliveira, também meu esposo Gilson Neves, pelo apoio em minha trajetória acadêmica, entendendo minhas ausências em muitos momentos e a importância dessa fase na minha vida. Sem jamais deixar de agradecer meus pais João Sobrinho e Valdelice Oliveira, pelo exemplo de força e caráter.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva, pela dedicação, ensinamentos, incentivo e humildade. Sempre à disposição para ajudar em tudo que precisei no processo de construção desta pesquisa, com uma incrível habilidade de me deixar calma e confiante na minha capacidade de enfrentar este desafio. Aprendi muito com isso!

À banca avaliadora, a Prof.^a Dr.^a Antonieta Miguel e o Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz, pela disposição em ler o trabalho e apontar caminhos valiosos. Pelas tão significativas orientações nas etapas de avaliação parcial e final.

Às pessoas que me incentivaram a enfrentar este novo desafio, como o amigo Diego Aguiar, que contribuiu com algumas orientações que nortearam os primeiros passos desta caminhada. À ex-colega Celeste Pimentel, que também fez parte deste processo inicial. E um agradecimento especial à colega e grande amiga Simara Aguiar, pelo apoio, incentivo, apontamentos de caminhos por onde tudo começou e outras contribuições valiosas.

Aos colegas de trabalho do CETEP do Sertão Produtivo, pela parceria, pelas conversas norteadoras deste trabalho, em especial aos que colaboraram com a pesquisa (professores, funcionárias, diretora e ex-diretoras), que prontamente, responderam aos questionários. Aos estudantes, que se dispuseram a colaborar com a pesquisa do início ao final. Também agradeço à funcionária do APMC, Rosália Junqueira, pelas contribuições, com orientações cruciais aos estudantes durante as visitas técnicas ao Arquivo e as oficinas preparatórias relacionadas ao tema.

À equipe gestora do CETEP do Sertão Produtivo, pela colaboração ao permitir e incentivar o meu acesso e dos estudantes ao lugar de guarda dos arquivos documentais da escola (espaço de pesquisa), no intuito de conseguir os objetivos traçados, dentre outras contribuições

nesta caminhada para a realização deste trabalho. Obrigada, Heydhiena Silva, Ana Farias e Elaine Tinti.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com a equipe do Programa de Pós-Graduação Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, que durante o curso buscou estratégias diversas para dar amparo a todos, inclusive no período da Pandemia da COVID 19. Aos professores deste curso, por me proporcionarem momentos valiosos de conhecimentos e aos colegas pela cumplicidade harmoniosa durante as aulas e os encontros para leituras e discussões sobre nossos trabalhos. Por fim, obrigada a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma, disponibilizando subsídios necessários para que este ideal se consolidasse.

RESUMO

O arquivo escolar constitui-se como lugar de memória e de pesquisas, pois possui diversos documentos com valores probatórios, que registram a trajetória pedagógica e administrativa de uma instituição educacional. Este trabalho traz discussões sobre arquivo escolar, a partir de quatro eixos: memória e identidade, arquivo permanente, arquivo como fonte de pesquisa para a história da educação, referenciados em Halbwachs (2006), Pollak (1989), Le Goff (2003), Nora (1993), Mogarro (2005/2006), Bonato (2005), Vidal (2000/2005), Furtado (2011), dentre outros. Parte da problemática relacionada ao tratamento da massa documental de uma instituição de ensino, de modo a predominar seu valor histórico-cultural presente nos documentos, sua potencialidade enquanto fonte de informação e subsídios às práticas educativas. Mencionam discursos e sentidos atribuídos ao Ensino Médio e a Educação Profissional na Bahia, entre o final do século XX e início do século XXI, destacando algumas ações que materializam esses discursos. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, com o método de investigação adotado o estudo de caso do arquivo permanente do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, localizado em Caetité/Bahia, tendo como objetivo catalogar e organizar esse acervo na escola, com participação de estudantes, para torná-lo de fácil acesso, além de contribuir com a preservação. O percurso metodológico prosseguiu com a coleta de dados, valendo-se da técnica de aplicação de questionários, cujos resultados evidenciaram restrições de acesso aos arquivos escolares, apontando desafios e possibilidades para a ressignificação do espaço de pesquisa na escola, a partir da organização documental e a implementação de uma ferramenta para localização de documentos. Como Produto Educacional, propõe um Catálogo de modo a constituir-se como um instrumento de pesquisa que servirá de aporte para o acesso ao arquivo permanente da escola, com disponibilização a quem interessar.

Palavras-chave: Arquivo escolar. Memória. Arquivo permanente. História da educação. Instrumento de pesquisa.

ABSTRACT

School archives are a place of memory and research, as they contain various documents with evidential value that record the pedagogical and administrative history of an educational institution. This paper discusses school archives along four lines: memory and identity, permanent archives and archives as a source of research for the history of education, based on Halbwachs (2006), Pollak (1989), Le Goff (2003), Nora (1993), Mogarro (2005/2006), Bonato (2005), Vidal (2000/2005) and Furtado (2011), among others. It starts with the problem related to the treatment of the mass of documents in an educational institution, so that the historical and cultural value of the documents predominates, as well as their potential as a source of information and support for educational practices. It mentions the discourses and meanings attributed to Secondary Education and Professional Education in Bahia between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, highlighting the actions that materialize these discourses. This is a qualitative-quantitative study; with the research, method adopted being a case study of the permanent archive of the Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, located in Caetité/Bahia, with the aim of cataloguing and organizing this collection at the school, with the participation of students, to make it easily accessible. The methodological process continued with data collection, using the questionnaire technique, the results of which showed restrictions on access to school archives, pointing to challenges and possibilities for re-signifying the research space at the school, based on document organization and the implementation of a tool for locating documents. As an Educational Product, it proposes a Catalog to be used as a research tool to help access the school's permanent archives, making it available to anyone who is interested.

Keywords: School archives. Memory. Permanent archives. History of education. Research tool.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Visita dos estudantes ao Arquivo Público Municipal de Caetité	44
Imagem 2 - Oficinas preparatórias com os estudantes para o manuseio de arquivos	45
Imagem 3 - Armazenamento do arquivo escolar do CETEP do Sertão Produtivo no almoxarifado.....	46
Imagens 4 - Espaço destinado ao arquivo do CETEP do Sertão Produtivo - parte externa e interna.	47
Imagens 5 - Acondicionamento em caixa arquivo <i>sem espaçador</i>	48
Imagens 6 - Documentos dobrados dificultando a descrição.	48
Imagem 07 - Estudantes, participantes da pesquisa, transportando documentos do almoxarifado para o arquivo da escola	54
Imagem 08 - Acomodação dos documentos para serem catalogados, descritos e organizados no espaço apropriado.	54
Imagem 09 - Participação individual de estudantes no processo de catalogação.....	55
Imagem 10 - Participação coletiva de estudantes no processo de catalogação.	55
Imagem 11 - Prédio do Colégio Modelo em Caetité/BA	64
Imagem 12 - Divisão da Bahia por Territórios de Identidade	67
Imagem 13 - Território de Identidade Sertão Produtivo	74
Imagem 14 - Prédio do CETEP do Sertão Produtivo – Caetité/BA	75
Imagem 15 - Localização do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo em Caetité/Bahia.....	77
Imagem 16 – Página inicial da versão digital do Catálogo	106
Quadro 1 - Colaboradores da pesquisa e estrutura do questionário	52
Quadro 2 - Demonstração de metodologia ativa.....	56
Quadro 3 - Dados cadastrais do CMLEM (extinto em 2009)	64
Quadro 4 - Território de Identidade na Bahia	68
Quadro 5 - Dados cadastrais do CETEP do Sertão Produtivo	76
Quadro 6 - Cursos ofertados no CETEP do Sertão Produtivo de 2009 a 2022.....	79
Quadro 7 - Cursos ofertados no CETEP do Sertão Produtivo – ano 2022.....	80
Quadro 8 - Perfil dos docentes entrevistados.	83
Quadro 9 - Perfil da então diretora e de duas ex-diretoras do CETEP do Sertão Produtivo ..	89
Quadro 10 - Perfil de duas funcionárias atuantes na secretaria da escola	92
Gráfico 1 - Amostra sobre o conhecimento dos professores do local do arquivo da escola ..	85
Gráfico 2 – Amostra sobre desenvolvimento de atividade pedagógica com uso do arquivo da escola	85

Gráfico 3 – Amostra sobre a organização do arquivo da escola.....	86
Gráfico 4 - Amostra sobre desistência de realização de pesquisa no arquivo	87
Gráfico 5 – Amostra sobre o acesso das pessoas ao arquivo.....	87
Gráfico 6 – Amostra sobre busca no arquivo da escola	88
Gráfico 7 – Impacto para a escola, a catalogação e organização dos arquivos documentais ..	89
Gráfico 8 - Responsáveis pelo arquivamento dos documentos na escola	93
Gráfico 9 e 9.1 – Amostras da situação em que se encontra o arquivo da escola	94
Gráfico 10 – Existência de instrumento orientador da organização e conservação dos documentos da escola	95
Gráfico 11 - Conhecimento das técnicas de arquivamento documental por parte dos funcionários	95
Gráfico 12 e 12.1 – Amostras referentes à formação sobre técnicas de arquivamento documental	96
Gráfico 13 – Possível busca de documentos no acervo da escola por pesquisadores	97
Gráfico 14 e 14.1 – Importância da manutenção de documentos na escola e arquivá-los com zelo	98
Gráfico 15 - Situação do espaço físico onde ficam armazenados os arquivos permanentes da escola.	99
Gráfico 16 e 16.1 – Problemas apresentados no arquivo físico da escola	99
Gráfico 17 – Perdas de documentos na escola	100
Gráfico 18 – Amostra sobre possível organização do arquivo por técnico ou pesquisador para facilitar o acesso	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Atividade Complementar

AVE - Artes Visuais Estudantis

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional

CETEP – Centro Territorial de Educação Profissional

CIEEC - Centro Integrado de Educação Especial de Caetité

CMLEM - Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães

CNE - Conselho Nacional de Educação

D - Diretora

DANCE - Dança Estudantil

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio

ED - Ex-diretora

EM – Ensino Médio

EPA – Educação Patrimonial e Artística

EPI – Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio

FACE – Festival Anual da Canção Estudantil

FESTE - Festival Estudantil de Teatro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JERP - Jogos Estudantis da Rede Pública

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

P - Professor/a

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PEPB – Plano de Educação Profissional da Bahia

PP - Plano Plurianual.

PPGELS - Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade

PROEJA - Programa de Educação Profissional de Jovens e Adultos Integrado ao Ensino Médio

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROSUB - Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio

PROVE - Produção de Vídeos Estudantis

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

TAL - Tempos de Arte Literária

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ARQUIVO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	23
1.1 Acervo documental e memória: relação intrínseca nas instituições escolares	23
1.2 Arquivos permanentes das instituições educacionais: narrativas históricas e preservação de memórias.....	27
1.3 Educação patrimonial pelo patrimônio cultural: nenhuma razão para destruir	34
2 SISTEMATIZAÇÃO DE FONTES DE PESQUISA E REFLEXÕES SOBRE UM ACERVO DOCUMENTAL: PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
2.1 Abordagem teórica-metodológica da pesquisa	40
2.2 Procedimentos de execução	43
2.3 Processo de coleta e análise de dados	49
2.4 Colaboradores da pesquisa	52
2.5 Participação de estudantes do CETEP do Sertão Produtivo e suas percepções durante a pesquisa	53
3 FUNDO ARQUIVÍSTICO DO CETEP DO SERTÃO PRODUTIVO: DO COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM CAETITÉ-BA (2002 - 2008) À OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO (2009 - 2015).	60
3.1 Ampliação e melhoria do Ensino Médio no Estado da Bahia (1995 - 1998)	60
3.2 Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Caetité/BA (2002 a 2008).....	63
3.3 A Educação Profissional e Tecnológica na Bahia e as demandas dos Territórios de Identidade.....	65
3.4 Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo em Caetité/BA ...	73
3.5 Cursos ofertados no CETEP do Sertão Produtivo – 2009 a 2022	79
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	83
4.1 Percepções docentes sobre o arquivo documental do CETEP do Sertão Produtivo ..	83
4.1.1 Sobre o arquivo documental da escola – visibilidades e perspectivas	84
4.2 Percepções de docentes com experiência na gestão escolar	89

4.2.1 Sobre o arquivo documental da escola - desafios frente a uma gestão de documentos..	90
4.3 Percepções de funcionários do setor administrativo do CETEP do Sertão Produtivo	92
4.3.1 Sobre o arquivo documental da escola – concepções, tratamento e acesso	93
4.4 Sobre a construção de um catálogo com as descrições do arquivo permanente da escola.....	101
5 PRODUTO	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

O motivo principal para o desenvolvimento deste trabalho fundamenta-se nas inquietações ao longo da minha carreira docente na Educação Básica (Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio). Nesta última modalidade, atuei como professora numa Instituição com oferta da Formação Geral, no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, hoje, ofertante da Educação Profissional, denominada Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP, em Caetité/BA, lócus desta pesquisa. Vale ressaltar que o mesmo prédio foi utilizado para a implantação da Educação Profissional no ano de 2009. Nesta escola iniciei como professora efetiva de História e, em seguida, já no contexto da educação profissional, desenvolvi atividades como articuladora do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios e como professora regente complementando a carga horária de trabalho. No ano de 2013, assumi o cargo de vice-diretora, inicialmente em substituição, porém, três anos depois, continuei nesta função por meio da escolha democrática, através da eleição para dirigentes escolares, permanecendo até o ano de 2019. No entanto, neste ano, houve uma alteração na estrutura administrativa para cargos de diretor e vice-diretor nas unidades escolares do Estado da Bahia, por isso não concluí o mandato. Na atualidade, minha prática profissional volta-se para o universo da sala de aula, desfrutando de novas experiências no processo educacional, adquiridas nos caminhos percorridos, que muito contribuiu para um olhar crítico e construtivo acerca do trabalho pedagógico e administrativo numa unidade escolar.

Nesta trajetória vivenciada, percebemos o distanciamento de profissionais da educação, como: professores, gestores, coordenadores pedagógicos, articuladores de área ou de eixo tecnológico, a um espaço não menos importante na escola que é o Arquivo. Ao longo desses anos, venho percebendo que algumas temáticas como história local, patrimônio cultural, memória escolar, dentre outras desta natureza, pouco ou nunca configuram como objetos de conhecimento a serem inseridos nos planejamentos docentes, tendo como material de apoio o arquivo escolar. Isso denota pouco avanço na organização curricular da Educação Básica com relação à educação patrimonial e preservação de patrimônio cultural, que resulta neste “distanciamento” de conteúdos vinculados a essas temáticas, não desfrutando de prioridade nos planos de trabalhos pedagógicos, principalmente com relação ao trabalho com o componente curricular História.

A exiguidade de novos métodos nos planejamentos das atividades pedagógicas, a partir de pesquisas nos espaços de vivências dos estudantes, tem negado uma nova visão historiográfica da cultura local a esses grupos sociais. Isso torna privativa a aproximação dos estudantes a uma história que faz parte do cotidiano escolar. Contudo, entendemos que há

empecilho: a exígua familiaridade dos professores com o espaço de guarda dos arquivos escolares e com seu acervo, por temerem a complexidade de localização de um determinado documento de interesse para a pesquisa. Essa dificuldade de acesso constrói barreiras entre os sujeitos e o arquivo.

Este trabalho constituído a partir da temática: Catalogação dos Arquivos Escolares Permanentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetitê/Ba: Subsídio para Preservação da Memória e Acesso ao Patrimônio Documental fomenta a sistematização do arquivo permanente desta escola e a guarda do arquivo permanente em um dos espaços físicos desta instituição de ensino, projetado para este fim. Além desta ação, propomos a construção de um instrumento de pesquisa que favoreça a localização desses arquivos.

No contexto arquivístico, há uma divisão em fases que Medeiros e Amaral (2010, p. 301) denominam de ciclo de vida dos documentos: a fase corrente, a intermediária e a permanente, que requer uma gestão documental com procedimentos e operações técnicas voltadas para a administração de documentos. Neste processo é que pode ser determinado o tempo de permanência de arquivamento de cada fase, até que seja dada a destinação final. Como já sinalizado, esta pesquisa evidencia a terceira fase - o arquivo permanente ou histórico, noutros tempos, denominados por alguns autores de “arquivo morto”. São documentos de valor histórico-cultural que requerem tratamento enquanto fonte de informação importantíssima para diversos estudos.

As experiências vividas no contexto educacional ocupam posições de destaque na minha motivação em catalogar e organizar o acervo documental permanente da referida escola, pois percebemos a necessidade da existência de um tipo de organização que forneça aportes pedagógicos aos professores, bem como subsidiar pesquisadores no tocante à investigação de aspectos teóricos sobre a educação e outras buscas afins. Estas ações podem ser fomentadas por meio de um instrumento de pesquisa utilizado como guia para a localização documental. Contudo, no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI, estou tendo a oportunidade de viver a experiência do desenvolvimento de pesquisa com proposta interventiva, tendo como objeto o arquivo documental do CETEP do Sertão Produtivo.

Como mestrande e acadêmica de outras vivências, percebo um amadurecimento no que diz respeito às reflexões ocorridas a partir da temática em questão, que me ajudou a dar passos importantes neste trabalho. Isso foi observado através do cumprimento dos créditos das disciplinas obrigatórias e optativas deste curso de Pós-graduação, por meio das reflexões acerca desta linha de pesquisa e outras discussões que agregaram conhecimentos para a melhoria da

minha prática pedagógica. Somando-se a isso, à aquisição de novas experiências, uma vez que fui estimulada à prática da produção científica com a publicação de trabalho autoral. Trata-se da publicação de um artigo na revista *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, V1, Nº 9, 2022, com o título *História Local e Educação Patrimonial: Perspectivas e Abordagens Pedagógicas nas Aulas de História*. É indiscutível o quanto o PPGELS contribuiu com minha formação enquanto pesquisadora, na construção do saber científico que está sendo capaz de transformar sonhos e desafios em caminhos solidificados para o alcance de um objetivo definido.

Este trabalho também parte do princípio de que os arquivos escolares, enquanto conjunto de documentos mantenedores da história institucional, são fontes importantes que permanecem armazenadas em algum lugar na escola e que não podem continuar na inércia. Toda escola deixa rastro na política educacional de um período, na sua própria cultura, na biografia dos professores, diretores, funcionários e na memória de cada estudante. Tudo isso faz parte da história da escola e essas fontes são direcionadas de acordo às necessidades, por exemplo: do ponto de vista administrativo direcionam os trabalhos diários, do ponto de vista pedagógico, subsidia a prática docente e discente e do ponto de vista histórico, possui um imenso valor socioeducativo, capaz de relatar a cultura escolar, preservar a memória, subsidiar estudos da história da educação, além de contribuir para investigar diferentes aspectos a nível regional e local.

Para a materialização deste estudo, escolhemos como campo empírico o Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão produtivo, criado em 2009, com oferta da Educação Profissional, valendo-se da sede do anterior Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), fundado no ano de 2002, que ofertava o Ensino Médio Regular até o ano de 2008. Assim, propomos esse trabalho por compreender que, a partir da organização de parte dessa massa documental, forneceremos subsídios a membros internos e externos para pesquisas diversas, considerando a construção e a desconstrução de identidades neste espaço, objeto de estudo desta pesquisa. A organização destes arquivos abre caminhos para investigações, inclusive ao estudante, que pode ser estimulado a pesquisar a instituição de ensino em que estuda, ou teve parente que desfrutou daquele espaço, daquela cultura, ou outros tipos de vínculos em que estes atores podem legitimar suas identidades em seus diferentes contextos de vivência.

Estudos contemporâneos (da década de 1990), relacionados às histórias culturais, vêm demonstrando a importância da história das instituições escolares, incitando um novo olhar para suas materialidades, como forma de desvendar os saberes presentes em cada instituição. Vale ressaltar que todas são possuidoras de um conjunto de documentos fundamentais que revelam,

as características das correntes pedagógicas, as políticas educacionais vigentes no período em análise, os comportamentos, as relações sociais, dentre outros aspectos relevantes neste contexto. Deste modo, é possível, através da pesquisa nesses acervos, identificar os processos educacionais desenvolvidos num determinado período: os saberes, as práticas curriculares, as regras, enfim, a cultura escolar. Estes são elementos imprescindíveis para a construção de projetos de pesquisas sobre a história da educação nessas unidades fomentadoras de conhecimentos.

Para o melhor entendimento frente à proposição deste trabalho, fazem-se necessárias algumas indagações: a comunidade escolar conhece o acervo documental da instituição? Algum documento tem sido procurado nos arquivos escolares para a prática da pesquisa? Há facilidade de acesso a esses documentos, principalmente, os denominados documentos permanentes? Esses questionamentos, que não substituem a problemática desta pesquisa, são pertinentes neste estudo, pois instiga um repensar à forma com que vem sendo tratado o acervo documental de uma instituição escolar, enquanto patrimônio histórico-educativo, com possibilidades de pesquisas relacionadas à historiografia educacional, contextualizando tempo e espaço. Assim, entendemos que a sistematização e a disponibilidade desses materiais para facilitar o seu acesso dá visibilidade a essas fontes documentais relacionadas à história e a cultura da comunidade a que serve.

Após anos de atividades, é natural que uma escola possua um amplo e rico acervo documental, cujos registros propiciam a construção da memória educativa materializada na realidade do contexto escolar, como evidencia Mogarro (2005a). Dito isso, neste trabalho, preconizamos um olhar para os arquivos do CETEP do Sertão Produtivo que, independentemente de terem sido recebidos ou produzidos, são, potencialmente, únicos e se constituem enquanto espelhos para inúmeras pesquisas.

O uso de um arquivo escolar para reflexões sobre a educação patrimonial e pesquisas redimensiona a prática pedagógica com subsídios que potencializa o envolvimento do estudante no processo ensino/aprendizagem, com a utilização de metodologias ativas que, segundo Moran (2015, p. 18), “quanto mais aprendamos próximos da vida, melhor”. Uma dessas metodologias ativas pode estar vinculada à pesquisa com uso dos arquivos escolares.

Posto isso, e coadunando com a ideia de Moran (2015), de levar o estudante a ser pesquisador e criativo, este estudo propõe um desafio ao professor, no sentido de preconizar adequações nos planos de aula para inserir o estudante no campo da pesquisa, com a utilização de documentos que constituem o acervo documental da escola, tendo em vista que o próprio estudante é sujeito agente dessa história. Para tanto, é preciso criar as condições para que a pesquisa e a aprendizagem aconteçam. À vista disso, não conseguimos ver, no momento

presente, a possibilidade da concretização desse ideal no CETEP do Sertão Produtivo envolvendo tanto professores quanto estudantes, uma vez que o acesso e a localização documental não favorecem tal proposta metodológica.

Em razão das dificuldades de acesso ao arquivo documental, enquanto fonte de pesquisa, este trabalho foi proposto e desenvolvido com participação de estudantes, gestores, professores, funcionários da escola, no intuito de materializar-se na catalogação e organização do acervo documental do CETEP, dando possibilidades para uso.

Quanto à metodologia, a primeira etapa da pesquisa baseou-se nas discussões sobre essa temática envolvendo a comunidade escolar interna. Esta ação com os professores acontecia durante as reuniões pedagógicas semanais para o planejamento (Atividades Complementares - AC). Nestes encontros eram promovidos diálogos no que se refere à necessidade de organização do acervo documental da instituição, para que este pudesse servir de aporte pedagógico e de pesquisa a quem interessar. Com os gestores e o pessoal do setor administrativo, as conversas foram acontecendo nos encontros casuais. Já com os estudantes, aconteceram através de explicações em sala de aula.

Partindo sempre do princípio de que é preciso dar um pontapé inicial rumo à concretização de atividades pedagógicas relacionadas ao patrimônio cultural, acatamos a proposta apresentada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no ano de 2012, no que tange ao desenvolvimento de projetos pertencentes à categoria com denominação de Projetos Estruturantes¹. Na escola em questão, são desenvolvidas atividades que abarcam a maioria deles, incluindo na metodologia de trabalho dos Componentes Curriculares História, Sociologia, Projeto de Vida e Arte. O primeiro efetivado foi o EPA (Educação Patrimonial e Artística). Trata-se de um projeto que promove o desenvolvimento de ações essenciais para o exercício do direito à cultura, para a defesa dos valores históricos e artísticos, com vistas à formação de uma nova mentalidade cultural e ao estímulo das práticas culturais de identificação, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural baiano. Nesta ação, passou-se a priorizar elementos constituintes da Educação Patrimonial, assim como em outro projeto, também desenvolvido com maestria - o PROVE (Produção de Vídeos Estudantis). Neste, propõe-se o desenvolvimento do potencial educativo e artístico, por meio da experiência fílmica, a criação de roteiros e de vídeos para a produção, diversificação e socialização de saberes. De modo geral, nessas atividades, valorizam-se muito o patrimônio cultural. O desenvolvimento desses projetos fomenta as práticas culturais e a democratização dos saberes

¹ Projetos Estruturantes - Proposta Pedagógica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC. Projetos: (FACE, AVE, TAL, JERP, PROVE, EPA, DANCE, ENCANTE E FESTE) <http://escolas.educacao.ba.gov.br/artecultura>

e dos espaços históricos que favorecem debates sobre patrimônio material, imaterial e natural, com vistas à preservação da memória dos espaços de convivências, inclusive da escola, numa perspectiva histórico-cultural. Essa prática pedagógica que envolve professores e estudantes propicia diferentes planejamentos, com adoção de novas metodologias de trabalho alusivas ao estudo da história local e à educação patrimonial, e tem demonstrado o quanto o estudante se compromete e precisa frequentar um espaço que lhe favoreça a pesquisa.

A realização dos referidos projetos, intencionalmente, incentiva os estudantes a buscarem fontes históricas na escola, dando significado à aprendizagem, valendo-se do seu arquivo documental, o que configura em um enorme desafio. Algumas buscas têm sido feitas por esses estudantes, com auxílio de uma funcionária responsável pela guarda desse acervo. Entendemos, portanto, que a organização dessa massa documental propicia o acesso a este material tão valioso no processo de ensino e aprendizagem, cujo objetivo também dialoga com o desenvolvimento das atividades propostas através dos Projeto Artísticos e Culturais supracitados.

O lugar de guarda dos documentos do CETEP do Sertão Produtivo configura-se como um espaço pouco conhecido para uns e totalmente desconhecido para a maioria que ali convive. Realidade evidenciada na pesquisa de campo. Ao estudante, resta conhecer um arquivo fora da escola, como se a instituição em que estuda não tivesse história, não tivesse memória, sem nenhuma identidade. É como se os sujeitos que fazem a história das escolas, que participam da cultura escolar, fossem invisíveis. Como se tudo pudesse escrever sua história, menos uma instituição escolar. Como se outros espaços carregassem consigo suas histórias, que precisam ser contadas, menos a história da educação. Enfim, é como se nem todos os sujeitos fizessem parte da história, em seu tempo e espaço, e nem todos construíssem memórias. Nesse sentido, predomina-se uma história vista de cima para baixo.

Dito isso, elegemos o acervo documental do CETEP do Sertão Produtivo como objeto de pesquisa, para a catalogação e organização dos arquivos permanentes desta escola, cujos documentos encontram-se guardados no almoxarifado² (espaço inadequado para a guarda dessa documentação). Neste espaço, encontramos documentos de ordem administrativa e pedagógica, entre permanentes e intermediários, a saber: livros de atas, publicações, ofícios recebidos e expedidos, projetos desenvolvidos na escola, livro de matrícula, registros de conselho de classe, fotografias, jornais, diários de classe, planilhas de notas e outros registros. Lembrando que os arquivos correntes e uma parte dos intermediários são arquivados em uma sala anexa à secretaria da escola.

² Sentido da palavra **almoxarifado**: Lugar onde se armazena alguma coisa.
<https://www.sinônimos.com.br/almoxarifado/>

Vale lembrar que uma gestão documental que subsidie organização para a pesquisa e salvaguarda de um acervo não é comumente verificada na maioria das escolas, podendo, desta forma (sem essa sistematização), desfavorecer o contato com os documentos e favorecer a deterioração ou descarte, o que configurará em prejuízos relacionados à construção de narrativas para a História da Educação, posto que “documento algum é neutro e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (Bacellar, 2010, p. 63). Por isso, a realização do mapeamento e catalogação destes arquivos, com a finalidade de organizar e preservar as memórias cristalizadas nestes documentos, se fazem necessárias. Le Goff (2003) argumenta que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado. É um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que aí detinham o poder.

É importante frisar que o arquivo permanente do CETEP do Sertão Produtivo favorece a pesquisa relacionada à história da educação profissional na Bahia, com características regionais e locais. Essa documentação também tem o poder de evidenciar as propostas adotadas pelas autoridades competentes, no final da década de 1990, para redimensionar a oferta do Ensino Médio neste Estado e a relação entre a escola e a sociedade. Evidencia também a cultura escolar, enquanto um dos recursos fundamentais para as narrativas educacionais desenvolvidas em um centro de ensino técnico, pertencente ao Território de Identidade Sertão Produtivo. Neste viés, o presente trabalho fundamenta-se na proposta de estimular o acesso ao patrimônio documental do CETEP do Sertão Produtivo, trazendo à baila a história e a memória da escola, uma vez que a memória cultural, construída por heranças simbólicas, materializada em diversas formas (monumentos, objetos, documentos, celebrações, etc.) demonstra a história do cotidiano das pessoas, dos grupos, enfim, das narrativas históricas das instituições. É preciso permitir que essa referência, com imenso valor histórico-cultural, se mantenha para as próximas gerações.

Este trabalho apresenta elementos que pressupõem a escola como um “lugar de memória”, conceito do historiador Pierre Nora (1993), referindo aos lugares que condensam experiências de vida, e de constituição de identidade a partir das relações construídas. Elas são possuidoras de acervos documentais que descrevem suas trajetórias, cujos arquivos, por vezes, estão sendo refreados, uma vez que o acesso às fontes é visivelmente dificultado. Assim, a problemática deste estudo contempla a organização documental dos arquivos permanentes do CETEP do Sertão Produtivo e a construção de um catálogo, como instrumento de pesquisa com função orientadora para acesso a um documento no arquivo da escola, possibilitando aquisições de conhecimentos e fortalecimento de laços indenitários, a partir de descobertas, através desse acervo. Assim, indagamos: *Qual o impacto da catalogação dos arquivos permanentes do CETEP do Sertão Produtivo para a constituição da memória e identidade da escola e a pesquisa em educação neste território de identidade?*

Desse modo, no intuito de responder à problematização formulada, elaboramos o seguinte objetivo geral da pesquisa: Sistematizar o arquivo documental permanente do CETEP do Sertão Produtivo, para a salvaguarda da memória escolar e oportunizar pesquisas diversas, com participação de estudantes dos Cursos Técnicos em Administração e Serviços Jurídicos, por meio de levantamento e organização desse acervo, a fim de construir um Catálogo, como instrumento de pesquisa, para disponibilização. A partir daí, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: 1. Proporcionar espaços de discussões e formações com os sujeitos envolvidos na pesquisa, para sensibilização, com vistas à compreensão da importância da organização e preservação do acervo documental do CETEP, seus benefícios para a pesquisa e o resgate da memória institucional; 2. Identificar e separar os arquivos documentais permanentes da instituição com o intuito de catalogá-los e organizá-los a fim de proporcionar a guarda documental com acondicionamento e armazenamento adequados, além da construção de um instrumento de pesquisa capaz de facilitar a localização da documentação organizada; 3. Viabilizar aporte pedagógico, aproximando professores e estudantes aos arquivos escolares permanentes do CETEP do Sertão Produtivo, transformando-os em fontes significativas para a pesquisa institucional e reafirmar a necessidade do diálogo constante entre acervo escolar e pesquisadores da educação.

No que concerne ao trabalho de campo, utilizamos um questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado a três segmentos da comunidade escolar interna, sendo dez professores, três gestoras (duas ex-gestoras e uma atual) e duas funcionárias da secretaria escolar. Cada grupo participou respondendo às perguntas objetivas e subjetivas, tendo em vista à coleta dos dados com relação ao objeto de estudo. Em seguida, os dados foram analisados e a interpretação feita a partir da abordagem qualitativa e quantitativa, recorrendo a análise de conteúdo de acordo à temática em foco, atentando-se para as acepções atribuídas pelos entrevistados, mediante suas experiências.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro traz algumas concepções teóricas que fundamentam a pesquisa sobre arquivo escolar e a educação patrimonial, no qual foram discutidas a história, a memória, a identidade e ações de salvaguarda de documentos nas instituições escolares. Os textos discutem conceitos e importância dos arquivos permanentes de uma instituição escolar, enquanto fonte para narrativas históricas, a necessidade de sua preservação através das melhorias das técnicas de conservação, assim como a necessidade da facilitação do acesso ao acervo documental, através de um instrumento-guia de pesquisa. Ressalta a importância da Educação Patrimonial, cuja proposta suscita o envolvimento da comunidade escolar no reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-cultural enquanto bens materiais ou imateriais que formam a identidade de um povo.

O segundo capítulo traz as abordagens teórico-metodológicas necessárias para a estruturação da pesquisa. Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos, como: campo empírico da pesquisa, abordagem adotada, procedimento de execução (métodos adotados para a coleta de dados) e os sujeitos da pesquisa. Também é apresentado um relato de experiência participativa. Refere-se à participação de estudantes e suas percepções ao longo dessa pesquisa, que configurou numa experiência que deu certo. Esta explanação se dá de forma reflexiva, tendo como suportes teóricos, Demo (2005) Dewey (1959), Freire (1996) e Moran (2015).

O terceiro capítulo visa explicar sobre alguns elementos constitutivos do acervo documental do CETEP, no que tange à cultura escolar e suas memórias respaldadas nas vivências e trajetórias desenhadas na documentação escolar. Para tanto, apresentamos um relato sucinto das reformas político-administrativas no Ensino Médio, ocorridas no Estado da Bahia, no final da década de 1990, e os desdobramentos para a construção de uma rede de escola ofertante do ensino médio neste Estado, inclusive no município de Caetité. Neste capítulo também ressaltamos alguns desafios para a reorganização e expansão da Educação Profissional no Estado da Bahia, a criação dos Centros ofertantes da Educação Profissional, considerando os Territórios de Identidade a partir das suas demandas e o reordenamento na rede para a existência de Escolas Compartilhadas. Retratamos também a criação de um desses Centros Territoriais na cidade de Caetité/BA, denominado Centro Territorial de Educação Profissional (CETEP) e sua trajetória para atender à demanda caracterizada através dos arranjos produtivos do Território de Identidade Sertão Produtivo.

Prontamente, o quarto capítulo, demonstra os resultados da pesquisa, através da análise e interpretação dos dados. Nesta seção são apresentadas as percepções de professores, gestoras e as duas funcionárias, acerca do arquivo documental da escola.

No quinto capítulo apresentamos o produto da pesquisa como ferramenta que poderá ser utilizada por qualquer pessoa para a localização de documentos. Fizemos um breve relato dos caminhos percorridos para a construção deste material e todas as orientações para sua utilização como guia de pesquisa.

Por fim, nas considerações finais apontamos desafios, contribuições, limitações e o resultado, a partir da constituição de um Catálogo como produto deste trabalho de mestrado.

1 ARQUIVO ESCOLAR COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Este capítulo propõe uma reflexão acerca da importância dos arquivos escolares, cuja documentação contribui para a revelação da história da educação e preservação da memória educacional. Por meio do acervo arquivístico de uma escola, advindo de suas atividades administrativas e pedagógicas, há a possibilidade de conhecimento do universo que constitui a cultura escolar. São documentos reveladores da trajetória pedagógica e administrativa de uma instituição de ensino, denominados de arquivos permanentes ou arquivos históricos, transformados em patrimônio documental.

Neste texto, buscamos estabelecer o diálogo entre memórias escolares constituídas em acervos documentais, educação patrimonial, organização e preservação da documentação produzida na e pela escola, cujas lembranças e cultura material emergem em contextos sociais específicos.

1.1 Acervo documental e memória: relação intrínseca nas instituições escolares

A memória dá significado e sustentação à vida, constituindo-se na base do sentimento de identidade, e permite apresentar-se enquanto um elemento de interpretação do passado, quando as experiências dos sujeitos podem ser, de alguma maneira, alcançadas. O mesmo ocorre com a memória das instituições escolares. Assim, preservá-la é uma forma de manter viva sua história a partir do seu acervo, transformando-o em fontes documentais importantíssimas para a história da educação, a partir das variedades dessas fontes e de novas e diferentes abordagens que possibilitam pesquisas relacionadas à educação. Neste sentido, observamos que:

O despertar dos historiadores da Educação para a necessidade de inovação nas pesquisas, adotando novos problemas, novos objetos e fontes variadas, possibilita a realização e a compreensão de estudos mais localizados, uma vez que aproxima a Educação de outras áreas do conhecimento, dentre elas, a História [...]. O surgimento de enfoques e perspectivas de análise permite, também, um resgate e aprofundamento do fenômeno ocorrido em um determinado tempo e lugar. Nesse sentido, no âmbito da educação e das relações interpessoais, há uma riqueza de informações, muitas vezes inexploradas, mas que poderão ajudar na compreensão da própria história, em especial da educação. Em alguns casos, a reconstituição da história se faz necessária à conjugação da memória (Almeida, 2005, p. 297, apud Xavier; Fialho; Vasconcelos, 2018, p. 154).

Trata-se de pesquisas vinculadas aos sujeitos históricos, que são contextualizadas com delimitações de espaços, vivências e temporalidades. Desta forma, um dos mecanismos essenciais de fomento ao processo de pesquisa, dentro do contexto da cultura escolar, parte do pressuposto de que toda escola é constituída de um acervo documental comum e próprio, que registra a memória individual e coletiva, pois “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e esta engloba a memória do grupo e de seus componentes”. (Halbwachs, 1990, p. 51). As definições deste autor sobre memória coletiva e identidade coadunam com as ideias de Pollack (1992), ao designar a memória enquanto “[...] um elemento constituinte do sentimento de identidade” (Pollak, 1992, p. 204), com o intuito de explorar as interfaces entre estas instâncias. Isso nos leva a pensar e entender as memórias das instituições enquanto construções sociais e, por essa razão, os arquivos escolares, neste caso, também os são. Para Pollack (1992), a memória é uma construção coletiva que não se resume à vida de uma pessoa. Nutre-se de um fenômeno construído a partir do presente. Halbwachs (1990), por sua vez, traz contribuições para o entendimento de memórias coletivas como construção social que viabiliza uma melhor percepção das narrativas de determinados grupos e instituições. Posto isso, entendemos as razões pelas quais é preciso salvaguardar registros documentais numa perspectiva de resgate da história, da memória e da identidade de um grupo, evidenciada na necessidade da preservação do patrimônio documental e do fomento ao acesso efetivo.

Quanto à gestão documental, ou seja, o zelo e a boa administração para com os arquivos, nos debruçamos na Lei do Arquivo de Nº 8.159/91³ que dispõe sobre a política nacional de proteção especial a documentos de arquivos, a fim de promover o acesso às informações. Com relação à última fase do ciclo de vida dos documentos, anteriormente mencionado, o artigo 8º desta lei faz assim a referência: “Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”. No entanto, a maioria dessas fontes documentais com imenso valor histórico-cultural é encontrada nas instituições de ensino sem o cuidado necessário. Assim sendo, percebemos que a preocupação com a documentação escolar, principalmente a organização sistemática dos arquivos é um acontecimento com início recentemente, visto que, somente nos últimos anos o arquivo escolar tem ganhado destaque no contexto da pesquisa em História da Educação. Assim como evidencia Vidal (2005 p. 71), “os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos

³ **Art. 1º** - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

como temática recorrente no campo da história da educação”. São documentos que estão diretamente ligados ao funcionamento das instituições de ensino, um acervo que “coloca essas instituições numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens” (Mogarro, 2005b, p.77). Tais documentos têm conquistado lugar de destaque no âmbito investigativo, como afirma a autora, ocupando um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para estudo das relações existentes entre escolas e indivíduos, levando em consideração diferentes perspectivas. Nesse sentido, a estruturação dessas fontes, como explica Silva et al. (2012, p. 69), “amplia as possibilidades de compreensão dessa história, na medida em que elas se relacionam com o todo, e não é uma mera subdivisão da educação”.

As instituições de ensino são detentoras de vestígios da cultura escolar encontrados não somente em sua documentação, mas em outros elementos constituintes de relações afetivas que nos permitem compreender melhor sobre as concepções formuladas em uma determinada época, bem como modos de agir. Estes elementos representam os grupos que a frequentam ou dali fizeram parte. Neste viés, propomos o diálogo entre arquivo e memória, que evidenciam as lembranças impregnadas de práticas e sentidos, imanescentes em nossa sociedade, constituindo a identidade de um povo. Contudo, a escola, lócus da pesquisa, também traz consigo diversas narrativas através dos seus arquivos documentais, que traduzem, a partir da sua análise, a história de um grupo cujas lembranças são constituídas de sentimento de identidade e pertencimento, fundamentado na ideia de Pollak (1992), ao definir o que é comum e diferente entre grupos.

A existência dos “lugares de memória”, resguardados através dos esforços pela preservação, reflete a probabilidade do esquecimento. Como ressalta Nora (1993, p. 13) “se o que os lugares de memória defendem não estivessem ameaçados, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis”. Como precisamos destes “lugares” e estes encontram-se ameaçados pela falta de gestão documental, torna-se inevitável a discussão e a ação para que aconteça a preservação de um patrimônio escolar, por exemplo. Quanto à necessidade da sua utilização para estudos, debruçamos na afirmação de Margarida Felgueiras (2011), que atenta para a importância da preservação e salvaguarda destes, considerando-os como instrumentos de estudos, pesquisas e legado de uma sociedade. Segundo a autora:

Da conservação das fontes e do seu estudo passou-se progressivamente à consciência da sua importância como um legado a transmitir. É nessa base que se desenvolve todo um trabalho de estudo, inventariação, recolha e

exposição dos artefatos, que procura constituir a cultura escolar na sua materialidade (Felgueiras, 2011, p. 75).

Por conseguinte, Felgueiras (2011) ainda afirma que, mantendo o legado da escola, permite-se a preservação e a rememoração. Nessa perspectiva, a organização dessas fontes, enquanto ação para que esses testemunhos fiquem armazenados com segurança, contribuirá para que a história de uma instituição escolar seja acessível, contada e preservada. Essas categorias de espaços são repletas de memórias que, segundo Circe Bittencourt (2004, p.168), “a memória é, sem dúvida, um aspecto relevante na configuração de uma história local, tanto para historiadores como para o ensino”. Assim, ao promover a organização do acervo documental do CETEP do Sertão Produtivo, no intuito de conhecer e preservar sua memória, nos remetemos à História do Tempo Presente, em uma perspectiva de estudo profícuo que sugere continuamente novas problematizações e induz à pesquisas e análises para interrogar e compreender acontecimentos do presente. Neste sentido, os professores seriam os mediadores desta demanda do tempo presente, viabilizando a apropriação dos espaços à comunidade local, em especial aos estudantes.

Estando a escola demarcada nesta pesquisa enquanto lugar de memórias, destacamos o que Nora (1993) apresenta como aspectos coexistentes neste sentido: o físico (materiais físicos); o funcional (a solidificação da lembrança e sua transmissão) e a simbólica (experiência vivida por outro grupo). Um objeto ou outro aspecto só se firma como lugar de memória a partir do momento em que, segundo Nora (1993), não se deixa cair no esquecimento, através do afeto e acolhimento de uma comunidade.

Com relação ao aspecto simbólico já mencionado, de acordo com Pollak (1992), esses acontecimentos não vividos pelo indivíduo podem ser constituídos em suas memórias, trazendo para o presente a lembrança de um acontecimento não ocorrido no seu tempo e espaço, mas que parece ter pertencido a esse grupo. O autor caracteriza como fato “vivido por tabela” e explica:

[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. [...] São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tornaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...] um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (Pollak, 1992, p. 201).

Alguns acontecimentos podem configurar-se como heranças de um grupo que uma pessoa faz parte, mas não participou do momento (imaginário coletivo). Tais acontecimentos estão ligados às pessoas e aos lugares e podem fazer parte da memória de um grupo, mesmo distante no tempo e no espaço.

Assim, vemos que tanto lugares quanto sujeitos podem estruturar as heranças da memória de um grupo que, ao atentar-se aos estudos realizados por Michael Pollak (1992), é possível entender a memória como algo vivo, longe da ideia de passado, sem nenhum dinamismo. Contudo, não se enfatizam memórias sem referenciá-las ao passado e, conseqüentemente, aos acervos documentais. De acordo com a descrição da Arquivologia, o documento é visto como um registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém. Nesta perspectiva, é possível verificar que o documento é tratado como instrumento fundamental para registros diversos, considerando o objeto de estudo.

A memória representa elementos que remetem às vivências e experiências individuais para a construção da memória coletiva. Neste sentido, Halbwachs (1990) reitera que:

Nossas lembranças permanecem coletivas e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque na realidade, nunca estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 26).

O autor nos permite compreender que, mesmo as lembranças que parecem mais íntimas e individuais, assumem caráter coletivo, devido às influências sociais ontológicas de cada ser humano (Halbwachs, 1990). Isso pode ser observado em um espaço social inserido na dinâmica ampla e coletiva de apropriação de um espaço que traduz a cultura escolar.

Ao debruçarmo-nos nesse tema, sob o ponto de vista da preservação da memória institucional, observamos que numa escola vivenciamos diversos indicadores que testemunham uma época com abertura para diálogos entre gerações e propostas pedagógicas. Vários indicadores nos remetem a diferentes abordagens e sentimentos relacionados à história e à memória de grupos sociais que delinearão esses lugares, buscando a expressividade das relações entre si. Le Goff (2013), defende que essa memória, também chamada de identidade individual ou coletiva, precisa ser reconstruída e preservada pelos indivíduos.

1.2 Arquivos permanentes das instituições educacionais: narrativas históricas e preservação de memórias

As instituições escolares são possuidoras de um conjunto de documentos diversificados, resultado das atividades específicas, com potencial de pesquisa. Esses documentos são reveladores de muitas histórias que evidenciam a trajetória escolar: as atividades administrativas e pedagógicas ali desenvolvidas e as transformações ocorridas ao longo do tempo, cuja narrativa é consequência de um olhar direcionado para o interior da escola e seu

funcionamento. O estudo de sua trajetória, visibilizada através de seus arquivos, é fundamental para a compreensão de suas especificidades, suas organizações e suas práticas enquanto elementos constitutivos da cultura escolar, não permitindo que a história da instituição se perca. Nessa perspectiva, Mogarro (2006) faz ressalvas acerca da importância do arquivo da escola para relatar acontecimentos do seu cotidiano. Para a autora, tais vivências fornecem bases para a constituição da memória e da identidade dos atores sociais que dali fizeram e/ou fazem parte, uma vez que:

As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (Mogarro, 2006, p. 73).

Considera-se arquivo o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições públicas ou privadas, no exercício de suas funções, em qualquer tipo de suporte, conforme a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que versa sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, esclarece seus conceitos e gestão de documentos e dá outras providências. O art. 2º desta Lei dispõe que arquivo:

É o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).

O arquivo escolar reúne documentos resultantes das atividades desenvolvidas em instituições de caráter público ou privado, gerados em virtude de suas funções e atividades. São informações registradas em um suporte, que traduzem diversas práticas educacionais. De acordo com Camargo (2003, p. 15), “cumprir reiterar, finalmente, que o arquivo é, por definição, estabilidade de sentido. Instrumento e produto de uma ação, o documento é conservado, invariavelmente, a título de prova ou evidência”.

Conforme aponta Furtado (2011), o olhar do pesquisador para o interior da instituição escolar busca compreender, entre alguns aspectos, os saberes corporificados, compostos de informações guardadas ou depositadas nos arquivos das escolas. Trata-se de documentos fundamentais para dar vez a voz a esses atores sociais que são encontrados nos registros como: fichas de matrícula, diário de classe, plano escolar, calendário escolar, guias, atestados e declarações em geral, livros de registros de matrícula, de avaliações finais, de diploma e

certificado e de visitas, regimentos, matrizes curriculares, decretos, fichas de professores e ex-professores, documentação de funcionários e ex-funcionários, projetos desenvolvidos, atas de reuniões de pais e do colegiado escolar, atos do poder público de criação da escola - autorização de funcionamento, dentre outros documentos escritos, além de fotografias, vídeos e equipamentos que foram usados como instrumento de trabalho pedagógico. Todos fazem parte do acervo escolar, possuem valor incalculável para estudo das atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas na escola e caracterizam-se como memórias e fontes de pesquisa.

Como elucida Ruy Medeiros, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, “ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias”. O autor menciona, inclusive, a “Memória da tinta”. “Que tinta é aquela”? No caso dos arquivos permanentes do CETEP do Sertão Produtivo contém documentos mimeografados cuja tinta foi substituída por outra “tinta industrial” Medeiros (2003, p. 6). Neste viés, propõe-se o diálogo entre arquivo e memória, que evidenciam as lembranças impregnadas de práticas e sentido imanentes em nossa sociedade, constituindo a identidade de um povo.

Considerando o exposto pelo autor, entendemos que as escolas possuem suas particularidades e é possível escrever suas histórias através dos arquivos escolares, que se constituem em fontes de informações importantes para tal. Trata-se de registros oficiais da trajetória de uma instituição. Como evidencia Barletta (2005), são documentos elaborados com fins didáticos ou pedagógicos, que traduzem as atividades-fim da escola e o seu funcionamento. Estes retratam, de diferentes maneiras, as memórias dos sujeitos nos espaços educativos de determinado período, configurando-se em uma diversidade de documentos e variadas fontes de informações, definidas por Mogarro (2005a), como:

Textos legais e documentos oficiais, estatísticas, relatórios técnicos, regulamentos, circulares e normas, enquanto documentos de circulação não apenas interna, nas instituições escolares, mas também entre estas e o poder central, documentos administrativos e pedagógicos (Mogarro, 2005a, p. 110).

Com relação à disponibilidade de documentos para pesquisas, Meneses (2021) conclui que a importância de um arquivo é a sua divulgação, e não somente a guarda do seu material (informação verbal)⁴. Assim sendo, Souza (2005) ressalta que cada vez mais a sociedade atual

⁴ Informação fornecida por Marcelo Figueiredo de Meneses, coordenador do Centro de Memória do Colégio Dante Alighieri de São Paulo, em entrevista realizada por: Isabela Salgado, publicada em 31/03/2021. ARCHIVOZ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Egkqdxzgjus>

discute a importância da preservação do arquivo escolar enquanto patrimônio histórico, tanto pelo desejo de superar o esquecimento, quanto o receio à perda generalizada da memória. Neste viés, Nora (1993) destaca que:

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio (Nora, 1993, p. 15).

Sem desconsiderar os arquivos, Nora (1993) aponta a necessidade da atenção a essa documentação pelo seu ímpeto, pelo que nos apresenta sobre o passado. Estes não precisam ser apenas organizados, há necessidade de técnicas assertivas de guarda, para que haja vínculo afetivo entre o passado e o presente. À vista disso, a presente pesquisa provoca reflexões sobre arquivo documental escolar e sua implicação na construção das identidades dos atores sociais e como importante fonte que possibilitará a pesquisa e a produção do conhecimento, sendo, portanto, de fundamental importância seu acesso facilitado. Sobre fonte de pesquisa, recorremos a sua definição atribuída por Saviani:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. [...]. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (Saviani, 2006, p. 29-30).

No final da década de 1980, as escolas e seus cotidianos passaram a ser analisados e levados em consideração suas funções e seu contexto que, segundo Furtado (2011), novas abordagens temáticas, com análise de fontes documentais das unidades escolares, conquistaram espaço na historiografia educacional brasileira. Essa preocupação se faz necessária não apenas com a finalidade da instituição escolar passar a ser vista como um espaço de produção e difusão de saberes, mas de posicionamentos ideológicos próprios. Para Mogarro (2005a), inúmeras são as “fontes de informação escolar” que auxiliam os estudos ligados à História da Educação e da escola em si em um determinado tempo e espaço. Neste sentido, conclui Medeiros (2003):

A luta pela organização de arquivos escolares, nos municípios, regiões e estados passou a ser tarefa fundamental para viabilizar a História da Educação: não se trata do acesso “permitido” a um ou a alguns pesquisadores, mas o acesso garantido à comunidade, de forma adequada (Medeiros, 2003, p. 11).

Para tanto, percebemos que a desorganização do acervo documental se constitui em uma barreira no processo de pesquisa. Para o autor, “não existir arquivos organizados com lugar para pesquisa é descumprir o princípio legal” (Medeiros, 2003, p. 9). Nos dias hodiernos, ainda é nítida a fragilidade da política de gestão documental, principalmente com relação aos arquivos permanentes. E para contemplar estudos que se materializam a partir da sua utilização, é preciso que apresente as mínimas condições de uso a fim de potencializar seu caráter de fonte de pesquisa, assim como assevera (Medeiros, 2003), os documentos que constituem a memória da escola precisam estar organizados e disponíveis, para possibilitar o acesso, enquanto direito garantido pela Lei Nº 12.527/2011), fundamentada na Constituição Federal, que garante o Acesso à Informação e a Acessibilidade a Documentos Públicos, quando reza que “é direito dos cidadãos obter informações contidas em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, independente do seu valor documental” (Brasil, 2011).

Ao pesquisador da área da Educação que se dispõe a descrever uma instituição educativa, sua trajetória histórico-cultural, propor um debate acerca do seu funcionamento, práticas pedagógicas, seu estabelecimento e desenvolvimento, é preciso certificar-se de que esse estudo requer outros horizontes, não restringindo a um espaço fechado em si mesmo. Nesta direção, Justino Magalhães (1996) afirma que cabe ao pesquisador que se propõe a analisar uma instituição educativa comprometer-se a discutir não apenas o funcionamento e as práticas pedagógicas daquela escola, mas averiguar as múltiplas dimensões que cercaram sua implantação, consolidação e desenvolvimento, ou seja, a escola não deve ser estudada como fim em si mesma. O autor chama atenção para a necessidade de integrar uma instituição educativa a uma realidade mais ampla, contextualizá-la a partir de uma conexão histórico-evolutiva de uma comunidade e de uma região, afirmando que,

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (Magalhães, 1996, p.2).

Neste viés, Magalhães (1996) sublinha que o estudo da instituição não deve apenas contemplar a estrutura organizacional, as práticas pedagógicas, tampouco a identidade da escola e os atores envolvidos, mas o contexto histórico-social em que a escola está inserida, em âmbito local e regional.

Os documentos que nos fornecem subsídios para a compreensão da trajetória histórica das instituições educacionais, através dos seus atores educativos (professores diretores,

estudantes, autoridades, funcionários), com representações que expressam a diversidade arquivística, configuram em um importante caminho para a construção e reconstrução de narrativas. São documentos que têm provocado discussões e preocupações em pesquisadores no que se refere à sua organização enquanto prática fundamental para a preservação dessas fontes indispensáveis à história de uma instituição.

Com relação ao arquivo permanente, uma prática comum, nas instituições de ensino, que faz parte da cultura escolar, é a definição de um espaço para o depósito de documentações que vão se acumulando. Esse local destinado à documentação de valor histórico é identificado por algumas escolas como arquivo morto⁵, expressão que sugere o acúmulo de uma documentação sem utilidade e, muitas vezes, pronto para o descarte. A organização do acervo documental feita pelas instituições escolares, na sua maioria, ainda não atende às reais necessidades de qualquer pessoa que deseja pesquisá-lo. Assim, Bonato (2005) afirma que:

Ainda hoje, o pesquisador, para construir seu conhecimento, esbarra, entre outras coisas, na desorganização dos arquivos. Assim, expressões como “foi impossível encontrar tal documento”, a “pesquisa foi prejudicada devido a deterioração de fontes necessárias”, são comuns aos nossos ouvidos (Bonato, 2005, p. 205).

Nesta mesma linha, Bonatto (2005, p.206) critica a “velha e incorreta denominação para a documentação de caráter permanente” - arquivo morto. A autora considera que essa denominação sugere uma documentação sem utilidade e que pode ser descartada. Neste viés, é preciso entender a necessidade de preservação dos arquivos escolares como uma “amostra significativa”⁶ para a pesquisa em história da educação. Essa expressão que referencia os arquivos escolares em desuso contribui para o acúmulo desses documentos em lugares não apropriados e desorganizados, correndo risco do total desaparecimento. “Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”. (Brasil, 1991).

Na visão de Bernardes (2016), um documento recebido ou produzido numa escola deve ser entendido como um bem que constitui parte de um patrimônio público e precisa ser preservado como fonte de informação e como fonte de prova. E acrescenta que a gestão

⁵ Segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 8), arquivo morto “é a denominação comumente utilizada em escolas, mas, também, em outros estabelecimentos, para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não mais necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal”.

⁶ Expressão utilizada por Paulo Eduardo Dias de Mello - Arquivo escolar: uma experiência de organização e formação no Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa-PR 16º CONEX - Encontro Conversando sobre Extensão na UEPG.

documental é um dever da gestão pública, com objetivo de franquear consulta a quaisquer interessados (informação verbal)⁷.

Arquivos permanentes ou históricos são construídos a partir de documentos que vigoraram por um tempo, que serviram de base e informações para um determinado fim. As informações continuam, não administrativamente, mas para outras finalidades. Neste viés, Heloísa Bellotto (2007) afirma que:

A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois, uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmo de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes (Bellotto, 2007, p 23).

É muito comum administradores e funcionários enxergarem documentação apenas à luz de suas vigências, não visualizando outros fins. Nos espaços escolares, de acordo com Bonatto (2005), o desinteresse pela preservação de acervos escolares e o entendimento de seu uso como fonte para a pesquisa preocupa vários educadores. Bellotto (2007) sublinha que a História não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, ou seja, os documentos se tornam fontes históricas quando não serão mais usados para a finalidade a qual foi criado ou recebido. A autora ainda acrescenta que a História se faz com uma infinidade de papéis cotidianos e que o arquivo permanente não se constrói ao acaso. Esse acervo é construído a partir de culturas, costumes, organizações, determinações, enfim, produções diversas que servem de engrenagem para a materialização de várias ações. Vidal (2000), por sua vez, ressalta que o arquivo permanente das escolas se constitui em documento histórico e que, de alguma forma, integra o arquivo corrente. A autora demonstra preocupação com o descarte desses registros e aponta a necessidade de um diálogo entre arquivistas e historiadores. Isso justifica o meu interesse pela sistematização desses documentos na escola, para fins de pesquisas e preservação de memórias.

Sobre o descarte, quando se pensa nessa ação, automaticamente pensa-se em jogar fora, se livrar daquele material, pois há instituições educacionais que dificilmente se atentam à historicidade de suas práticas. Assim também acontece com outros órgãos que pouco se preocupam com uma política de guarda documentais. Quanto à ação de descarte, faz-se

⁷ Informações fornecida pela professora e arquivista Ieda Pimenta Bernardes em 21/12/2016 - A importância da gestão documental, no programa Conversações, promovido pela Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP.

necessário um estudo consciente no tocante à destinação desses materiais, atentando-se para a proteção e manutenção daqueles que compõem o patrimônio escolar, inclusive os documentos que também remetem à memória da escola. Por outro lado, sabemos que documentos são destruídos em instâncias públicas e privadas por desconhecimento do seu valor histórico e isso mostra que a prioridade só existe enquanto os documentos apresentarem valor para o qual foi criado. Neste sentido, Paes (2004) afirma que o arquivo permanente é constituído de documentos com pouca ou nenhuma importância para as ações administrativas, cuja preservação deve acontecer em razão de seu valor histórico, como forma de conhecer o passado e sua evolução.

Tendo em vista o estudo sobre história e memória de uma instituição educacional a partir dos seus arquivos documentais para que se possa emergir informações que nutrem a História da Educação, faz-se necessária a implementação de políticas de preservação arquivística nas instituições escolares, tornando-se imprescindível a prática da gestão documental para a salvaguarda desse patrimônio cultural.

1.3 Educação patrimonial pelo patrimônio cultural: nenhuma razão para destruir

A expressão ‘patrimônio’ possui vários sentidos. É uma palavra oriunda do latim *patrimonium*, que historicamente está ligada a herança familiar, mais tarde, entendida também como um conjunto de bens relacionados à cultura individual ou coletiva, em conformidade à memória e a identidade de um povo. No entanto, considerando os elementos possuidores de importância histórica e cultural, tal denominação passou-se a ser instituída como “patrimônio cultural”, cujo conceito foi estabelecido no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, como sendo todos os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988). Essa definição ampliou o conceito de patrimônio cultural, estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937⁸. Portanto, foi incorporada, na legislação atual, a ideia de patrimônio como referência cultural, de interesse público, de valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Andrade; Lamas, 2020). Com relação ao patrimônio histórico e cultural, nos reportamos a um órgão federal, guardião dessa cultura - o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que se tornou referência para várias instituições, zelando pelo cumprimento dos marcos legais,

⁸ O Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

sendo o pioneiro a efetivar uma gestão fiscalizadora do Patrimônio Cultural Brasileiro na América Latina. Esse Instituto busca implementar políticas que viabilizem posturas educativas em todo território brasileiro, voltadas para a Educação Patrimonial e a preservação do patrimônio cultural, reconhecido internacionalmente.

Propostas metodológicas para o desenvolvimento de ações educacionais direcionadas ao uso e apropriação dos bens culturais foram efetuadas em termos conceituais e práticos, a partir do Primeiro Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis – RJ, inspirado no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra e nomeado de *Heritage Education* (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Essa foi, portanto, a primeira experiência de estudo do patrimônio cultural no Brasil e, a partir disso, foram muitas as práticas e atividades desenvolvidas no país. Maltêz et al. (2010) reitera a formulação de uma nova visão sobre Patrimônio Cultural Brasileiro, com diversas discussões, ações e aprendizado, resultando na possibilidade de inserção dessa temática nos currículos do sistema de ensino brasileiro.

A educação patrimonial é definida por Horta; Grunberg e Monteiro (1999, p. 6) como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, visando a formação de cidadãos e cidadãs de idades variadas, reforçando a importância do conhecer para preservar. Em relação à importância dessa atividade, os autores defendem que:

A Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6).

A abordagem temática sobre patrimônio cultural na educação escolar se concretiza a partir da prática educativa com seus variados aspectos e significados para centrar no patrimônio cultural. Tal prática evidencia a identificação cultural, o conhecimento e reconhecimento de um grupo através da reminiscência individual ou coletiva, que suscita a construção da cultura social e o incentivo à preservação de patrimônios.

Considerando a relevância do envolvimento da comunidade geral e da comunidade escolar na preservação do bem cultural enquanto representação indenitária, a discussão sobre patrimônio cultural na educação escolar se faz necessária dentro de uma conjuntura de instrumentalização do indivíduo, numa perspectiva de inclusão ativa na construção da cultura local, de envolvimento, de pertencimento e de legitimação do bem cultural. Segundo Fonseca (2003), o envolvimento da comunidade no processo de legitimação do bem cultural é essencial para que a função de patrimônio se realize. Essa comunidade instrumentalizada torna-se capaz

de promover transformações na sociedade por uma cultura de preservação da identidade cultural.

É sabido que a educação patrimonial se constitui numa abordagem teórico-metodológica da prática pedagógica, que contribui com as matrizes de referências indenitárias, com foco na relação entre história e memória e a compreensão sócio histórica das referências culturais. Posto isso, percebe-se que a Educação Patrimonial no contexto da história local busca a aproximação de professores e estudantes à herança cultural própria, a partir da reflexão daquilo que lhes pertence enquanto patrimônio. Sendo um desses patrimônios o acervo documental da escola. Vale acentuar que não se pode considerar o arquivo permanente do CETEP do Sertão Produtivo como um acervo documental antigo. Trata-se de uma escola inaugurada em pouco mais de duas décadas, com uma quantidade expressiva de documentos que possuem valores incalculáveis para a história da escola, da localidade e da educação neste território.

Nos dias hodiernos é possível perceber a insensibilidade de instituições e indivíduos no tocante à salvaguarda e preservação do patrimônio cultural. A educação patrimonial, enquanto fomento às práticas de salvaguarda, tem provocado debates entre pesquisadores, professores e estudantes, numa perspectiva de estudos e ações voltados para a valorização e preservação de bens culturais de diferentes grupos sociais. Tais propostas, enquanto ações educativas, promovem o contato harmonioso entre indivíduos e patrimônios culturais, com o propósito de viabilizar atitudes de valorização e preservação, o que propicia a constituição do sentimento de pertença e de cidadania. A respeito disso, Arroyo (2005) salienta que:

Poucas equipes possuem profissionais da área de educação e os projetos se voltam para as escolas, no sentido de ensinar conceitos técnicos para a conscientização dos alunos e professores do que é patrimônio cultural e promover um resgate da história que esse patrimônio protegido pretende contar (Arroyo, 2005, p. 32).

Tão rara e necessária é a educação patrimonial que, de acordo com o autor, encontra-se na escola a saída para trabalhos de sensibilizações, enquanto ação de salvaguarda de um patrimônio cultural que possibilita a narração de histórias. Essa prática educativa propõe um olhar minucioso sobre vivências e identidades culturais, com vistas à apropriação e à valorização da história e da cultura dos indivíduos nos processos formais e não formais, configurando-se na compreensão sócio histórica, por meio de suas referências no contexto onde estão inseridos. A pesquisa constitui-se como ferramenta importante para a compreensão das histórias reveladas através dos arquivos escolares. São dispositivos que fornecem elementos indispensáveis para este estudo no interior da escola, cujas fontes estudadas podem ser

vivenciadas neste local, a partir do acervo documental da própria instituição escolar. Para tanto, requer planejamento docente enquanto prática pedagógica indispensável no processo de ensino e aprendizagem, como afirma Paulo Freire que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (Freire, 2015, p. 30). As instituições escolares são constituídas de diversos elementos culturais que podem ser materializados em espaços de aprendizagem.

O campo da educação patrimonial também tem suscitado outros olhares no tocante ao ensino da História que prioriza uma dimensão metodológica de formação humana à luz das narrativas do presente, por meio da análise crítica da realidade. A partir deste olhar, é possível perceber que o trabalho com fontes históricas distantes da vivência dos estudantes, com pouca ou nenhuma ligação direta com suas vivências tem lhes desmotivado sob o ponto de vista da busca e do conhecimento da própria história. E o patrimônio cultural faz parte da história desses sujeitos. Desta forma, é preciso contribuir, enquanto educadores, com a formação de pessoas que produzem histórias e resgatam outras, permitindo a compreensão de que a história, não apenas pode, como deve ser produzida e estudada nos espaços de vivências dos indivíduos. Para tanto, faz-se necessária a preservação de todas as fontes de pesquisa.

A educação patrimonial está prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN-1997, para a introdução da história e da cultura local nos currículos escolares, destacando que “[...] é a partir do local que o aluno começa a identificar e valorizar sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil, no sentido de fazer prevalecer seu direito de acesso aos bens culturais” (Brasil, 1997, p. 34).

Grupos diversos vivenciam o cotidiano de uma escola e ali deixam marcas e carregam lembranças. Trata-se de diversos elementos constitutivos da memória que vão se perdendo ao longo dos anos se o acervo documental continuar “escondido” ou desaparecendo devido à ação do tempo, devido a formas inapropriadas de arquivamento ou práticas de descartes. Os registros possuem alto grau de relevância para revelar informações da trajetória de uma instituição de ensino e a cultura escolar que a define. Esse acervo é constituído de informações e histórias que precisam ser resguardadas, valendo-se de uma política de gestão documental compreendida e valorizada através da educação patrimonial.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

No primeiro Seminário, ocorrido no Museu Imperial de Petrópolis/RJ, em 1983, sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, foi introduzida no Brasil a expressão Educação Patrimonial, com inspirações metodológicas num modelo desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial⁹. Este material se tornou o principal apoio metodológico para ações educativas realizadas pelo IPHAN na década de 1990. E uma das primeiras manifestações em prol da proteção e salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – SPHAN, em 1937¹⁰, a partir de um projeto elaborado por Mário de Andrade,¹¹ um autêntico integrante na luta pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, atendendo a uma solicitação do Ministério da Educação.

Vale ressaltar que algumas propostas inovadoras, contidas no documento elaborado por Andrade, em 1936, foram incorporadas à Constituição Brasileira de 1988, dando maior abrangência ao conceito de patrimônio, incluindo manifestações da cultura popular, e o significado de monumentos, além de outros elementos antes não identificados como tal (abarcando não apenas bens materiais, mas os imateriais), denominados pelo autor de “tradições móveis”. Incluindo também neste contexto o Patrimônio Artístico e o Patrimônio Natural.

A partir de informações retiradas da revista *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, Histórico, conceitos e processos, sobre o IPHAN*, publicado em 2014, p 07, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, criado em 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN). Em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) por nove anos, tornando-se uma Secretaria em 1979 (SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Por fim, em 1994, retorna à designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN até a atualidade.

O IPHAN busca parcerias com os governos estaduais com intuito de zelar pelo patrimônio cultural brasileiro e por bens reconhecidos como patrimônios da humanidade, enquanto valores culturais do país.

⁹ 10 Revista do IPHAN *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Histórico, conceitos e processos*. 2014, p. 15, disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso: 17 jul. 2023.

¹⁰ O SPHAN foi criado sob o Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, como órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. Hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (www.portal.iphan.gov.br).

¹¹ Em 1936, Mário de Andrade, a convite do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto de criação de um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional que primou pela originalidade em relação ao que se pensava sobre patrimônio em escala mundial, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (MACHADO, 2004, p. 11).

Em parceria com o MEC, o IPHAN, no ano de 2011, lançou uma proposta de atividade específica relacionada à Educação Patrimonial, articulando os princípios do programa do governo federal denominado Mais Educação, com as diretrizes da política de Educação Patrimonial. Durante o lançamento da segunda edição da revista “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos”, foram direcionadas discussões a partir da proposta de inserção do tema patrimônio cultural na educação escolar, através do Mais Educação. Como prática educativa, sugere-se o desenvolvimento de atividades relacionadas a essa temática de forma interdisciplinar ou transdisciplinar, potencializando o uso dos espaços públicos, locais e regionais, enquanto espaços formativos, objetivando proporcionar a melhor assimilação do significado de espaços e diversidade cultural, tendo estes como referências. Este programa foi implementado na maioria das escolas municipais de Caetité/BA no ano de 2012.

Vale ressaltar que a temática Educação Patrimonial é destacada na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e orienta tal abordagem sob o ponto de vista da cultura material e imaterial em todas as áreas do conhecimento, sobretudo na abordagem curricular do estudo da cultura afro-brasileira, indígena e europeia. Esse estudo referencia culturas diversas, além de unidades de conservação para a preservação da biodiversidade e do patrimônio nacional (Brasil, 2017). O tema suscita um olhar de salvaguarda da cultura de um povo e precisa ser constantemente abordado nas áreas de ciências humanas como forma de evidenciar a memória com a qual cada grupo social se identifica, e seus relacionamentos de pertença constituídos por meio da pluralidade cultural. Faz-se necessária uma relação profícua entre escolas, comunidades, grupos ou outras instituições, no intuito de formar parcerias que promovam atividades sensibilizadoras e de troca de conhecimento, com o intuito de fomentar, aos envolvidos nesse processo, a sensibilização para valorização e preservação de patrimônios culturais.

2 SISTEMATIZAÇÃO DE FONTES DE PESQUISA E REFLEXÕES SOBRE UM ACERVO DOCUMENTAL: PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, trazemos algumas abordagens teórico-metodológicas para a estruturação da pesquisa, possibilitando aproximações crescentes à problemática. Abordamos também os métodos e etapas da pesquisa, enquanto elementos estruturantes que delinearão caminhos que permitiram o estudo e a sistematização do arquivo documental do CETEP do Sertão Produtivo. Sinalizamos também as participações para a construção deste trabalho, destacando o envolvimento de estudantes neste processo.

2.1. Abordagem teórico-metodológica da pesquisa

Os procedimentos teóricos-metodológicos utilizados nesta pesquisa partem do princípio de que uma prática iniciada com uma problemática busca respostas quanto às questões provenientes de diversas circunstâncias, pois,

Pesquisa é atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (Minayo, 2002, p. 17).

Quanto à utilização da pesquisa como instrumento para a construção de diálogos e transformações, recorreremos a Fonseca (2002), que evidencia a importância desta busca para o entendimento e a aproximação sucessiva da realidade, como um processo permanentemente contínuo, com possibilidades de intervenções.

Segundo Gil (2007), pesquisa pode ser definida como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (Gil, 2007, p. 17).

Considerando a complexidade da pesquisa relacionada à história da educação, esta requer o estabelecimento de rigor metodológico, necessário a todo trabalho científico, conforme elucidada Gatti (2012), que representa um desafio ao pesquisador, especialmente quando este é também um participante do espaço/objeto a ser pesquisado. Para a autora, é através da pesquisa que se procura obter conhecimento sobre alguma coisa, e afirma que “o ato de educar é o ponto

de partida e o ponto de chegada da pesquisa” (Gatti, 2012, p. 14/15). Ainda conforme esta autora, a ampliação da pesquisa na área educacional é importante, uma vez que propicia a construção do conhecimento a partir dessa prática. O pesquisador, além de seu papel de observador, vê-se instigado a buscar procedimentos de coleta de dados que possam correlacionar as suas experiências à teoria que embasará suas observações, atentando-se à forma de apresentar os dados obtidos.

Tendo em vista os diversos campos metodológicos utilizados para o desenvolvimento de pesquisas em educação, fundamentado nos preceitos necessários para contemplar o princípio da análise crítico-reflexiva, definimos este trabalho como uma pesquisa de cunho etnográfico. Como elucidada Viégas (2007, p. 106), a pesquisa de tipo etnográfico “[...] possibilita um contato face a face com a realidade escolar, permitindo uma compreensão mais densa e profunda dos processos que nela acontecem, tornando visíveis processos até então considerados invisíveis”.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa com a proposição de abordagem quali-quantitativa, numa concepção de procedimentos de pesquisa participante e, como tal, suscita a participação tanto do pesquisador que, além do dever de observador, vê-se seduzido a buscar mecanismos de coleta de dados que possam estabelecer relações com as suas experiências no contexto em estudo, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa. Assim sendo, e considerando o exposto por Viégas (2007), é preciso revogar a denominação de sujeitos de pesquisa por participantes da pesquisa, pois, de acordo com a autora, “ao falar de sujeito da pesquisa, pode-se apontar para uma sujeição ao estudo, revelando, portanto, a permanência de uma postura autoritária do pesquisador” (Viégas, 2007, p. 110).

Salientamos ainda que, com relação aos pressupostos metodológicos nos estudos de Gatti (2012) no que concerne à constituição da pesquisa em educação no Brasil e o enaltecimento de critérios no ato de pesquisar, não existe um método único para o desenvolvimento da pesquisa, principalmente em Educação. Para a autora, “o conhecimento científico se fez e se faz através de uma grande variedade de procedimentos, e a criatividade do pesquisador em inventar maneiras de bem realizar os seus estudos tem de ser muito grande” (Gatti, 2012, p. 11). Por isso, a autora chama a atenção para os procedimentos adotados diante de uma pesquisa em educação, no sentido de evitar um olhar uniforme, que resulta na representação de uma visão de “cotidiano escolar inerte, irregular e homogêneo” Gatti (2012, p. 13), e salienta a importância de desviar dessa visão para poder vislumbrar, no ambiente escolar, a própria cultura, suas dimensões contraditórias e sua história.

Ainda em relação a cientificidade na realização de uma pesquisa, ressaltamos o exposto por Fonseca (2002), quando diz que metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a

serem percorridos, dos instrumentos utilizados para uma investigação. Minayo (1993, p. 23) acrescenta que a pesquisa enquanto metodologia proporciona ao pesquisador "[...] uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente". Neste viés, Minayo, (2002 p. 17) afirma que "[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática".

Quanto à abordagem quali-quantitativa desta pesquisa, Creswell (2007) relata que:

Um segundo fator que atinge a escolha de uma estratégia é se será dada maior prioridade ou do maior peso à técnica quantitativa ou à qualitativa, especialmente no uso de dados quantitativos e análise. A prioridade pode ser igual, ou pode haver uma tendência tanto para os dados qualitativos como para os quantitativos. A prioridade por um tipo de dados ou por outro depende do interesse do pesquisador, do público para o estudo (por exemplo, membros do corpo docente, associação profissional) e do que o investigador quer enfatizar no estudo. (Creswell, 2007, p. 215).

Em vista disso, Gatti (2004) assinala que pesquisas qualitativas e quantitativas não são antagônicas, ao contrário, são complementares e permitem a compreensão dos fenômenos investigados. Minayo (2002) reitera que há uma relação profícua entre essas duas abordagens metodológicas. Em educação, especificamente, a pesquisa quali-quantitativa constitui-se como metodologia significativa para a descrição de fenômenos observados pelo pesquisador. A combinação de dados provenientes desse tipo de abordagem favorece a compreensão de fatos e processos que requer análise e reflexão acentuadas por parte do pesquisador, que, enquanto observador, sente-se estimulado para buscar procedimentos de coleta de dados que correlacionem as suas experiências às questões teóricas que embasarão seus questionamentos.

No contexto desta pesquisa, evidenciamos que o planejamento como organização e articulação da prática docente e a pesquisa como atividade investigativa para aquisição de novos conhecimentos, se relacionam intrinsecamente no processo ensino e aprendizagem, reverberando na sistematização e aprimoramento do processo pedagógico com vistas aos "espaços de vivências" de uma escola. Com relação a esses espaços, Mogarro (2005b) ressalta a sua importância nas escolas enquanto universos específicos, onde são encontradas informações ricas e diversas, cujas características expressam as estruturas do sistema educativo, com formas de organização e funcionamento diversificado. Suas histórias são constituídas de identidade própria, cujas fontes demandam de uma sistematização documental, fundamentada na necessidade de estudo e resguardo dessa memória histórica.

2.2 Procedimentos de execução

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa teve início com um estudo à base de referenciais teóricos, com o intuito de compreender os conceitos, os significados e a função social do arquivo permanente, bem como as técnicas de salvaguarda. Com esse embasamento, procuramos sustentar, da melhor forma possível, a qualidade científica a este trabalho. Após esta fase crucial da pesquisa, iniciamos os trabalhos, organizado por etapas, com vistas a um produto final.

Sendo o Arquivo Escolar um espaço onde são encontradas documentações sigilosas, inéditas, que precisam de cuidados técnicos para o seu manuseio, e partindo da premissa de que a equipe gestora da escola é a grande guardiã deste material, fez-se necessário o cumprimento de alguns protocolos para que pudéssemos ter o livre acesso (eu e um grupo de estudantes) ao espaço de guarda documental da escola e o manuseio da massa documental. Só assim pudemos iniciar os trabalhos, tendo como principal exigência da equipe gestora, o acompanhamento dos estudantes durante todo o processo dessa participação.

As etapas estruturadas para os procedimentos de execução da pesquisa, que serão descritas a seguir, foram: sondagem, sensibilização, estudos bibliográficos, formação dos estudantes, avaliação documental, classificação/descrição/acondicionamento/ordenação e armazenamento, coleta e análise de dados, construção do catálogo/escrita da dissertação.

A etapa de sondagem ocorreu, inicialmente, para a verificação das potencialidades de pesquisa no espaço de guarda documental da escola. Essa observação já vinha sendo feita há algum tempo, por mim, no espaço escolar.

A etapa de sensibilização aconteceu através de exposições prévias sobre o tema, em meio a conversas dialogadas com professores, estudantes, gestoras e funcionários da escola, na qual os procedimentos de execução da pesquisa foram compartilhados, com objetivo de conseguir a adesão desses seguimentos para a concretização do trabalho.

Na terceira etapa, buscamos referenciais e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta, como a revisão bibliográfica, a partir dos estudos de Bonato (2000), Halbwachs (1990) Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Mogarro (2005/2006), Nora (1993), Pollak (1992), Vidal (2000/2005), dentre outros. E estudos alusivos em marcos legais, como Leis, Diretrizes, Resoluções, Decretos e Portarias.

A quarta etapa foi reservada para formação dos estudantes que se disponibilizaram a fazer parte deste trabalho. As instruções aconteceram em dois momentos: primeiro, através de visita técnica ao Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) para que eles pudessem

entender a dinâmica do arquivo, que é um ambiente social da pesquisa, conhecer seu funcionamento, o espaço físico, seus documentos, mobiliários e suportes de armazenamento. Participaram também de duas oficinas desenvolvidas na escola sobre arquivo documental, arquivamento e outras técnicas básicas para esse trabalho inicial no arquivo da escola. Nesta etapa reservamos um tempo para estudos teóricos. Nesta trajetória, foram disponibilizados para estes participantes alguns textos dos teóricos que nortearam esta pesquisa.

A quinta etapa foi composta por seis momentos que fizeram parte da sistematização dos documentos permanentes da escola: avaliação documental (feita no Almojarifado), a classificação e a descrição, com objetivo também de construir o Catálogo, o acondicionamento, a ordenação e, finalizando esta etapa, o armazenamento para exposição no espaço próprio. Esta foi a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos na fase formativa.

Na sexta etapa aconteceu o preparo dos materiais destinados à coleta de dados, aplicação dos questionários aos três seguimentos supracitados, visibilizados para a amostragem e a análise dos resultados da pesquisa.

Por fim, na sétima etapa, providenciamos a construção do Catálogo como ensaio de intervenção (produto) e a escrita da dissertação.

Para a concretização da pesquisa empírica, planejamos, inicialmente, com o grupo de estudantes, uma visita técnica ao Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Esta ação contribuiu para a familiaridade desses visitantes a um arquivo e suas técnicas de guarda.

Imagem 1 – Visita dos estudantes ao Arquivo Público Municipal de Caetité.



Fonte: autoria própria, 2022.

Posteriormente, outras ações preparatórias se fizeram necessárias e assim contamos, mais uma vez, com a parceria do APMC, com a disponibilização de uma técnica em arquivo e graduanda em Arquivologia¹², para o desenvolvimento de oficinas sobre noções de arquivo, sistematização e preservação de documentos, tendo como participantes os estudantes envolvidos na pesquisa.

Imagem 2 – Oficinas preparatórias com estudantes do CETEP para o manuseio de arquivos.



Fonte: autoria própria, 2022.

Também foram realizadas visitas, com estes estudantes, aos espaços destinados à guarda da documentação escolar, a fim de proporcionar conhecimento e familiaridade ao espaço atual de arquivamento (o almoxarifado), bem como o espaço estruturado para o Arquivo da escola. Essas foram as primeiras ações para a pesquisa com participação desse grupo, consideradas como atividades motivadoras. Vale ressaltar que todos os espaços visitados na escola lócus da pesquisa eram desconhecidos para estes estudantes. Essas atividades práticas foram iniciadas a partir das oficinas que preparavam os pesquisadores/colaboradores para auxiliar na catalogação e organização documental.

¹² Rosália Junqueira – funcionária pública na função de Arquivista no Arquivo Público Municipal de Caetité – graduanda em Arquivologia / 2021.

Imagem 3 – Armazenamento do arquivo escolar do CETEP do Sertão Produtivo no almoxarifado.



Fonte: autoria própria, 2022.

As imagens mostram o espaço destinado à guarda documental da escola (o almoxarifado). Este espaço não é amplo, contém apenas uma porta, com forro de laje, não possui janelas, portanto, com pouca ou nenhuma ventilação e luminosidade. A ausência de técnicas adequadas para o armazenamento do acervo documental e o estado físico do ambiente configuram como elementos que podem comprometer a integridade dos documentos, correndo riscos de perda, caso não haja uma política de organização e preservação.

A avaliação documental, enquanto atividade crucial para a identificação, foi procedida conforme o ciclo de vida desses documentos, tendo em vista seus valores primários e secundários. O arquivo designado como objeto desta pesquisa passou por um recorte temporal, datado de 2002 (início das atividades nessa unidade de ensino) ao ano de 2015, que pode ser identificado como o arquivo histórico da escola. Com essa triagem da massa documental, pudemos colocar em prática um dos objetivos desta pesquisa: destinar essa documentação ao seu espaço próprio, típico de sua estrutura predial, localizado acima da biblioteca, com condições mais adequadas para a guarda documental. Trata-se de um espaço amplo e arejado, com ventilação e entrada de luminosidade, com várias janelas de vidro, porém acortinadas para a proteção contra raios solares, sem sinais de infiltração ou goteiras, que possam provocar a proliferação de mofo e fungos e possui estantes de metal para o armazenamento da documentação arquivística.

Imagem 4 – Espaço destinado ao arquivo do CETEP do Sertão Produtivo - parte externa e interna.



Fonte: autoria própria, 2022.

Antes da execução das demais etapas, como a classificação ou arranjo, este espaço foi esvaziado, dando outros destinos aos materiais ali encontrados, sendo uma ação necessária para que pudessemos colocar armários de aço em quantidade suficiente para a organização documental e um computador, como um dos principais dispositivos para as descrições dos documentos e para as pesquisas. Além de que, não é recomendado a utilização de espaços de guarda documental para outros fins.

Dando continuidade, procedemos com a classificação desses documentos, considerando, em algumas situações, os elementos característicos de um arquivo: espécie/tipo. Esta etapa favoreceu a sua descrição, como atividade necessária para a construção do Catálogo enquanto instrumento de pesquisa, pois, segundo Bellotto (2004), a descrição documental “assume lugar de proeminência o estabelecimento de um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e a sua solução, tornada possível por meio dos instrumentos de pesquisa” (Bellotto, 2004, p. 173). Neste viés, a descrição é “um conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo do documento, possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa” (Tessitore, 2003, p. 30). A descrição suscita a caracterização dos documentos, promovendo a identificação dos assuntos/temas neles contidos, possibilitando uma melhor organização estrutural como base para as pesquisas. Dois alunos participantes prepararam uma planilha para dar início ao Catálogo e começaram a fazer as descrições das informações catalogadas. A sequência das descrições foi feita pela autora deste trabalho.

Na etapa seguinte outro procedimento foi colocado em prática: a documentação foi acondicionada em caixas arquivo, pastas arquivo e maços (estes no caso dos diários de classe), conforme orienta Ferreira (2019), sobre tratamento e disposição desses documentos em diversos tipos de suportes. Nesta ação valemos de alguns preceitos arquivísticos, com intuito de garantir a integridade dos documentos, como desamasso e a extração de cliques e grampos metálicos – a maioria enferrujados. Em alguns casos, os grampos foram substituídos pelos de plástico, para evitar a danificação dos documentos, pois sabemos que são materiais que oxidam com o tempo e mancham o papel com ferrugem.

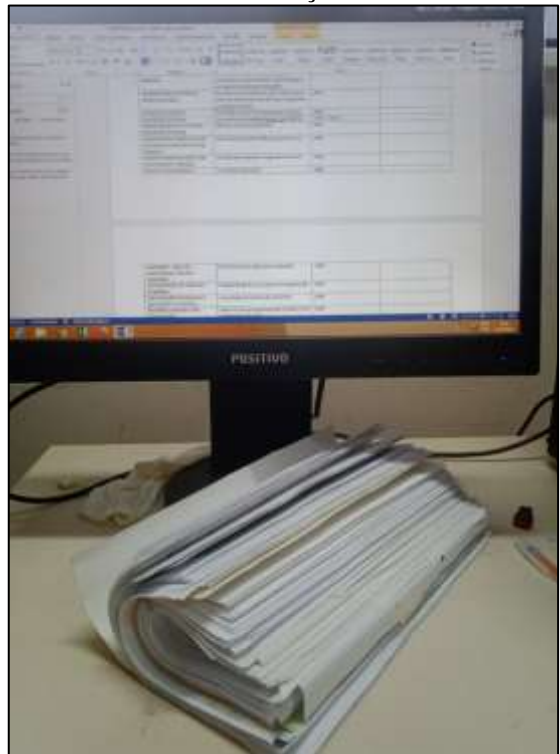
Ao acomodar os documentos numa caixa arquivo atentamos para a capacidade deste suporte, não podendo ultrapassar seu limite. Em contrapartida, quando não for possível ocupar toda a caixa arquivo, é preciso fazer uso de um espaçador (anteparo) para colocar no espaço vazio, a fim de manter os documentos na posição correta, evitando a degeneração por dobras e amassos, como mostram as imagens de alguns documentos encontrados sem essa técnica de guarda documental.

Imagem 5 – Acondicionamento em caixa arquivo sem espaçador.



Fonte: autoria própria, 2023.

Imagem 6 – documentos dobrados dificultado a descrição.



Fonte: autoria própria, 2023.

A técnica de utilização do espaçador para ocupar o espaço vazio da caixa arquivo foi utilizada a fim de proteger esses registros de informações durante o período em que ficará arquivado. Os documentos dobrados e amassados dificultavam o manuseio para o processo de

descrição. Nesta situação utilizamos o método do peso para o desamasso, de forma cuidadosa, no intuito de assegurar a integridade da documentação.

Quanto à ordenação, esta atividade é constituída pelas notações, ou seja, dar um "endereço" aos documentos organizados. É uma prática que consiste em abordar os tipos documentais enquanto elementos facilitadores da consulta, como assevera Gonçalves, “Tanto a classificação quanto a ordenação estão a serviço da organização dos documentos. Do ponto de vista arquivístico, convém que ambas estejam articuladas, para que a organização possa resultar eficiente” (Gonçalves,1998, p. 05). A ordenação desse acervo foi feita a partir do método numérico cronológico.

Como continuidade dessa ação procedemos ao armazenamento do arquivo, com utilização de armários de aço, para evitar a proliferação de insetos (principalmente cupim) e em posições e espaçamento de acordo com alguns parâmetros arquivísticos, encontrados no manual e organização de arquivos¹³ na literatura buscada para esse tema, bem como nas oficinas formativas já mencionadas. É oportuno sublinhar que o espaço de guarda documental de uma escola precisa ser ventilado, sem umidade, de uso exclusivo, e evitar a penetração de raios solares, por isso, é necessário a utilização de cortinas nas janelas.

É válido ressaltar que o processo de catalogação de documentos não consiste apenas na identificação de uma série documental, mas na oportunidade do pesquisador encontrar o material desejado. Contudo, esses registros possuem algumas funções com as seguintes características: “integridade, clareza, precisão, lógica e consistência” (Mey,1995, p.07). E assim, as atividades prosseguiram, tendo como premissa um tipo de sistematização que pudesse culminar na organização desses documentos.

A última etapa foi reservada para a construção do produto educacional desse mestrado – um Catálogo com as descrições, tanto de modo individual, como por espécie, dos documentos pesquisados, para facilitar a sua localização. Este produto será disponibilizado em formato digital e impresso com capacidade de subsidiar diversos tipos de investigação, dentro e fora da escola, com objetivos comuns ou distintos.

2.3 Processo de coleta e análise de dados

As leituras, as observações e as conversas dialogadas foram decisivas para embasar a elaboração dos questionários a serem aplicados, no intuito de conhecer opiniões, sentimentos,

¹³ Departamento de Arquivo e Documentação. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. Manual de organização de arquivos pessoais. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

crenças, interesses, costumes, expectativas, enfim, conhecer o posicionamento de diferentes seguimentos da escola acerca das suas vivências e experiência com o arquivo escolar. Segundo Gil (2008, p.121) “Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes”. Esta técnica investigativa é definida também por Marconi & Lakatos como “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (Marconi & Lakatos, 1999, p.100). Os questionários continham perguntas semiestruturadas, abertas e fechadas, (Anexos A, B e C) aplicados em setembro de 2021, na perspectiva do diagnóstico e possibilidades de análise precisa dos resultados.

Considerando que essa pesquisa tem por objeto aproximar estudantes, educadores e pesquisadores do arquivo escolar do CETEP do Sertão Produtivo, buscamos entender previamente como este espaço é visto pelos grupos pesquisados e como gostariam que fosse. Salientamos que este tipo de abordagem objetiva compreender os fatos ocorridos dentro de um grupo, numa perspectiva de abordagem qualitativa, sem a utilização de dados numéricos, conforme elucida Minayo (2008). Para encontrar um diagnóstico da realidade, é preciso que haja investigação junto a determinados grupos, através de estudos exploratórios que possibilitem uma visão mais ampla sobre um objeto de pesquisa, assim como assevera Oliveira (2007, p. 37), “Um processo de reflexão e análise da realidade ocorre através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou estruturação”.

O processo da pesquisa de campo começa com a fase exploratória fazendo reflexões e análises dos aspectos relacionados ao objeto de pesquisa e aos pressupostos teóricos metodológicos pertinentes. É nesta etapa que acontece a aplicação das técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observações, pesquisa documental e bibliográfica, dentre outras, que consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento.

Nesta pesquisa, esse processo buscou informações iniciais pautadas na: i) Identificação do participante, formação, função, tempo de serviço na escola e o perfil sociocultural de cada grupo focal; ii) Percepção quanto ao arquivo documental da escola, considerando as vivências no que diz respeito ao seu acervo, às observações feitas sobre planejamentos dos trabalhos pedagógicos com possível uso do arquivo enquanto fonte de pesquisa. Procuramos ainda, identificar as condições de conservação do acervo documental, eliminação de documentos, possibilidade e/ou frequência de acesso, recurso humano para trabalho com arquivo, dentre outros pontos.

O resultado da coleta de dados, neste trabalho, teve o propósito de nos fazer entender, dentre outros aspectos, a visão dos respondentes, de forma individual e coletiva, em relação a um arquivo escolar, seu manuseio e utilização, assim como o valor atribuído a essa fonte de

pesquisa, sob o ponto de vista da conservação e preservação, bem como à acessibilidade a esse fundo¹⁴ documental. Vale apontar que na interpretação das respostas, é preciso levar em conta as singularidades do indivíduo, suas subjetividades, que pode influenciar nas respostas; para tanto é necessário um olhar atento a essas questões.

No que concerne às análises das respostas das questões objetivas e subjetivas do questionário, foi empregado o método qualitativo, que envolve a obtenção de dados descritivos, para a investigação interpretativa desses dados, com perspectiva de decodificar e traduzir o sentido da pesquisa. Valendo-se também da abordagem quantitativa, a partir de levantamentos de dados, observando o quantitativo das variáveis estruturante que compuseram os questionários. Entre a análise objetiva e a interpretação dos dados, precisa-se encontrar o sentido das respostas:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Os procedimentos de análise de dados fundamentaram-se em métodos que consistem na obtenção de sentidos nos dados coletados. Para Minayo (2002), a pesquisa é realizada obedecendo um ritmo predeterminado. É fundamentada em conceitos, hipóteses, métodos e técnicas que a autora denomina de ciclo. Para a autora, este ciclo é composto por três momentos: etapa exploratória, pesquisa de campo e tratamento do material.

A fase do tratamento do material leva o pesquisador a refletir sobre os dados, para análise e interpretação. Conforme Gil (1999), análise e interpretação são dois processos literalmente relacionados, porém com algumas distinções: a análise objetiva organizar e sintetizar os dados para o suprimento de respostas à problemática proposta. Já a interpretação visa procurar o sentido mais amplo das respostas, cuja metodologia implica a relação dessas respostas a outros conhecimentos ou dados obtidos previamente. Para efeito desta pesquisa, procuramos sistematizar as informações logradas na coleta de dados e na literatura no intuito de alcançar os objetivos propostos.

Após o tratamento do material, que procuramos sistematizar as informações logradas na coleta de dados e na literatura, procedemos a tabulação de dados. Nesta etapa procedemos a

¹⁴ Segundo a definição na Norma para Gestão de Documentos Arquivísticos, da Universidade Federal da Bahia, elaborado por Aurora Leonor Freixo e Lídia Brandão Toutain, fundo é o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência; termo que equivale a arquivo: também referido como núcleo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2014, p. 24).

geração dos gráficos como ferramenta utilizada para visualizar o resultado da pesquisa, pois facilita a interpretação dos dados, tendo a tecnologia como grande aliada, com uma das ferramentas mais conhecidas e utilizadas - Microsoft Excel.

2.4 Colaboradores da pesquisa

No processo da amostragem, foi definido grupo para a pesquisa, de modo que represente da melhor forma possível, a totalidade, que, de acordo Lakatos e Marconi (2009), nos resultados obtidos dessa parte, podemos deduzir o resultado de um todo. Ressaltamos que a escola contém 55 professores, sendo 43 efetivos e 12 contratados, além de uma coordenadora pedagógica. Conta ainda com 16 servidores incluindo serviços gerais e no setor administrativo. Destes, apenas 04 atuam na secretaria da escola, lidando com o arquivo, uma vez que a função de secretário/a escolar encontra-se em vacância, na escola, há mais de 08 anos. Os questionários foram elaborados de modo específico a cada seguimento que compunha o grupo focal, obedecendo a seguinte estrutura:

Quadro 01 – Colaboradores da pesquisa e estrutura do questionário.

Participantes da pesquisa	Componentes do questionário / Quantidade de Questões	
	Identificação	Percepção quanto ao arquivo documental da escola
Professores	06 questões objetivas	07 questões objetivas e 01 subjetiva
Diretora e ex-diretoras	04 questões objetivas	08 questões subjetivas
Funcionárias (secretaria da escola)	05 questões objetivas	13 questões objetivas e 01 subjetiva

Fonte: elaboração da autora, 2022.

Os instrumentos investigativos foram aplicados a dez professores que atuam no CETEP do Sertão Produtivo, em áreas e componentes curriculares diversificados, perfazendo um total de cinco componentes: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Projeto de Vida. Desses, a maioria também atua como professores no Ensino Fundamental II, no mesmo município. As questões versaram sobre a importância dos arquivos escolares e o seu uso como fonte de pesquisa, as relações entre estes e suas experiências enquanto docentes na unidade de ensino, o impacto da catalogação dos arquivos documentais da escola e a visão que se tem sobre a salvaguarda da memória e da identidade de cada participante num contexto da cultura escolar.

Outro questionário, contendo questões específicas, foi também aplicado a três gestoras (duas ex-diretoras e a diretora atual), verificando suas experiências enquanto profissionais que tiveram acesso (e uma continua tendo) aos arquivos documentais da escola no processo de produção, recebimento e arquivamento deste acervo. As questões tratavam sobre os métodos de arquivamento e preservação documental da escola, sobre a possível utilização como fonte de pesquisa, de gestão documental e de descarte e sobre a importância de um catálogo para subsidiar o acesso aos documentos do CETEP do Sertão Produtivo. Foram também aplicados às duas funcionárias. Nestes, fizemos questionamentos sobre a situação atual do arquivo da escola, a organização, o acesso a algum documento desejado, quanto à participação em alguma formação sobre arquivologia ou sobre normas e/ou manuais relacionados às técnicas de arquivamento, orientação a professor e estudante e outros pesquisadores na busca de documentos para pesquisa, perdas de documentos do arquivo e a importância da preservação de um acervo documental. Em seguida, foi feita a análise e interpretação dos dados, que serão apresentados no capítulo quatro.

2.5 Participação de estudantes do CETEP do Sertão Produtivo e suas percepções durante a pesquisa

Este trabalho científico tem demonstrado que é possível dinamizar a prática pedagógica quando se prioriza a participação dos estudantes em diversas atividades que integram o processo do ensino e da aprendizagem. Com relação a esta pesquisa, pudemos vivenciar uma experiência bem-sucedida que foi a aplicação de uma metodologia de ensino de grande relevância para estimular o estudante na busca pelo conhecimento: orientar e incentivar à pesquisa. Esta atividade tem o poder de transformar o estudante em coautor de sua aprendizagem. Esse dinamismo foi visibilizado por meio do engajamento, da colaboração e interesse em continuar com as atividades propostas para o desenvolvimento deste trabalho. Inicialmente, foram sensibilizados a descobrirem, através da investigação orientada, o valor expressivo à prática da pesquisa em acervo documental.

Para a participação neste trabalho, foram eleitos dezesseis estudantes de dois cursos diferentes ofertados no CETEP do Sertão Produtivo: Curso Técnico em Administração e Curso Técnico em Serviços Jurídicos. A escolha desses participantes foi feita a partir de um levantamento criterioso, atentando-se ao local de origem, ou seja, visualizamos estudantes residentes em diferentes localidades, sendo essa a principal estratégia adotada, com intuito de incentivá-los a serem multiplicadores da ideia deste trabalho, tanto em suas turmas, quanto em suas comunidades, visto que muitos deles são oriundos de distritos que possuem unidades escolares. Estes estudantes poderão ser protagonistas ou coadjuvantes de diversas atividades

relacionadas às práticas de organização e salvaguarda de acervos escolares ou de outra natureza, a partir das experiências adquiridas como participantes deste trabalho.

Imagem 7 – Transferência dos documentos da pesquisa do almoxarifado para o arquivo da escola.



Fonte: autoria própria, 2023.

Imagem 8 – Acomodação dos documentos para serem descritos e organizados no espaço apropriado.



Fonte: autoria própria, 2023.

No decorrer das atividades realizadas nesse trabalho de pesquisa, várias situações despertaram a curiosidade destes novos pesquisadores. Uma delas foi o contato com documentos datados de 2002 e 2003, cuja tecnologia utilizada para a produção desse material era o papel estêncil ou papel carbono, com uso do mimeógrafo. Uma parte desses documentos, embora acondicionados em caixas arquivo, encontra-se com estragos por estarem amontoados, outros dobrados e amassados e com uso de cliques metálicos diretamente no documento.

Em todos o processo de desenvolvimento das atividades de catalogação documental houve preocupação de não superlotar o ambiente da pesquisa, e, com isso, evitar desvios de atenção, além de possibilitar melhor acompanhamento e orientações necessárias aos estudantes em todos o processo de desenvolvimento desse trabalho. A participação dos estudantes dependia da disponibilidade de cada um e acontecia de forma individual e coletiva, que permitia a dinâmica de trabalho em grupo ou de forma individualizada, como mostram as imagens a seguir.

Imagem 9 – Participações individuais de estudantes no processo de catalogação.



Fonte: autoria própria, 2023.

Imagem 10 – Participação coletiva de estudantes no processo de catalogação.



Fonte: autoria própria, 2023.

Vale lembrar que antes de dar início às atividades supracitadas, foram promovidas discussões em sala de aula sobre história local, patrimônio cultural, arquivo escolar, cultura material e imaterial, memória e identidade e cidadania. Esses momentos de diálogos foram acontecendo ao longo do ano letivo, durante as aulas de História e outros componentes curriculares que versam sobre essas temáticas.

Salientamos que a metodologia aplicada nestas ações pedagógicas corrobora com as ideias de Moran (2015), quando afirma que a educação acontece em diversos espaços e não somente na sala de aula, com a adoção de metodologias ativas. Segundo o autor, essas metodologias são pontos de partida que proporcionam avanços no processo educativo, com melhorias nas práticas reflexivas e reelaboração de novos procedimentos pedagógicos, sendo a pesquisa um deles. Neste viés, Moran corrobora com essa prática afirmando que “nas metodologias ativas, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais” (Moran, 2015, p. 19). Desta forma, entendemos a importância de novas experiências didáticas nesse contexto: a busca daquilo que faz parte da vivência do estudante para dinamizar a aprendizagem. O autor ainda ressalta a necessidade de o estudante atingir os objetivos da educação que não pode se dar pela transmissão de conhecimento, mas pela construção do conhecimento.

Posto isso, é perceptível a necessidade da busca de outro olhar para o processo educacional no sentido de proporcionar diferentes perspectivas através das metodologias ativas, focando esse processo no protagonismo dos estudantes, diferente da lógica tradicional que tinha como centro professores e conteúdo. Tal sistema demanda um novo perfil docente. Moran (2015) salienta que a proposta da metodologia ativa não é recente, começou a repercutir no Brasil com o advento da Nova Escola no final do século XIX e início do século XX. Afirma que se trata de um método que propicia instrumento de apoio tanto para professor quanto para estudantes, inclusive com relação à tecnologia, reverberando num trabalho mais participativo, incluindo a educação híbrida, com equilíbrio na interação entre professor/aluno.

Com o intuito de apontar algumas práticas inovadoras de ensino a partir da utilização de metodologias ativas, apresentamos algumas características e técnicas desta prática que possibilitam aos estudantes uma atuação mais ativa em seu próprio aprendizado, de forma interativa e colaborativa.

Quadro 02 – Demonstração de metodologia ativa.

Características das metodologias ativas	Técnicas de metodologias ativas
Professor como guia/orientador.	Debates e discussões em grupo.
Aprendizado a partir de situações e problemas reais.	Projetos práticos e estudos de caso.
Ambiente físico das salas de aula é mais aberto, integrando lazer e estudo.	Uso de tecnologia para diversos fins.
Estudante como protagonista de seu processo de aprendizagem.	Pesquisas de campo e trabalhos investigativos.

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Essa metodologia assegura diversos benefícios como aprendizado envolvente, autonomia, protagonismo, confiança, responsabilidade, construção do pensamento crítico, atitudes reflexivas, entre outros princípios que contribuem para a inserção do estudante no contexto social e facilita a construção do aprendizado. Assim sendo, as abordagens construtivistas do “pensar reflexivo”, defendidas por Dewey (1959), focadas no aluno ativo e colaborativo, pesquisador, influenciaram as ideias de Freire (1996) sobre a relevância de estimular a curiosidade do estudante, para se tornar pesquisador, criativo e promotor da aprendizagem. Para que isso aconteça de fato, é preciso que a escola seja atrativa, que o processo de ensino e aprendizagem esteja ocorrendo de forma prazerosa, acontecendo descobertas, tendo sentido, com participação efetiva do estudante.

Por outro lado, por mais comum que seja atribuir a tarefa de conduzir todo o processo de ensino e aprendizagem ao professor e ainda tornar esse processo bastante atrativo, Demo (2005), assevera que o resultado satisfatório da escola só acontece com significativa participação do estudante, para que aconteça o descobrimento do novo. Acrescentamos como outra estratégia, o investimento nas novas tecnologias, que são utilizadas, dentre outros fins, para dinamizar as aulas. Desta maneira, corrobora Demo (2005), ao afirmar que, no processo de ensino e na construção do conhecimento, professores e estudantes caminham juntos e que “a melhor maneira de aprender não é escutar aula, mas pesquisar e elaborar com mão própria, sob orientação do professor” (Demo, 2005, p. 85). Posto isso, podemos afirmar que a aprendizagem baseada em projetos de pesquisas é extremamente útil na construção da visão analítica e crítica dos estudantes. Assim sendo, a prática da pesquisa pode ser entendida como uma injeção de motivação para que o aluno trilhe seu próprio caminho.

Assim, chegamos a uma pergunta central: Como despertar o interesse dos estudantes para o engajamento neste processo? Incitar a curiosidade dos estudantes pela descoberta através da investigação? Sim. Foi esta a melhor estratégia usada para a formação do grupo de pesquisa. O interesse pela história da escola, sua trajetória, a curiosidade para saber mais a respeito da cultura escolar, por fim, pela reconstrução da memória da escola.

Uma ação que proporcionou aos estudantes que participaram deste trabalho foi a apropriação de situações, como: analisar, separar, classificar, catalogar, cuidar, acondicionar, elaborar os espelhos e organizar nos armários. São muitas as contribuições que lhes foram oferecidas através desta atividade, como: a iniciação ao conhecimento científico, a valorização do patrimônio histórico-cultural e a valorização da memória, o desenvolvimento da consciência histórica acerca da realidade, o desenvolvimento do pensamento formal, o fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento, além de despertar para a busca através do desenvolvimento de um trabalho investigativo.

A fim de certificar a percepção dos estudantes colaboradores, ao longo da pesquisa, solicitamos que estes expressassem, por escrito e de forma resumida, suas percepções e sentimentos em terem participado deste trabalho, com base na seguinte pergunta: O que a participação nesta pesquisa representou para você? Todos responderam de forma positiva, apresentando suas versões, porém disponibilizamos aqui apenas uma amostra. Como trata-se de estudantes menores (faixa etária entre 16 e 17 anos), usaremos as iniciais dos nomes para disponibilizar aqui algumas das respostas:

Estudante R J. P. “Lembro-me que quando fui convidada a participar dessa pesquisa sobre o arquivo do CETEP do Sertão Produtivo e falar da sua memória, estranhei um pouco, pois nunca tinha feito um trabalho desse, só sabia, razoavelmente, sobre patrimônio, identidade, preservação porque estudamos nas aulas de História. Mas chegar perto, tocar, ajudar na organização, nunca imaginei fazer isso. Foi uma das melhores coisas que fiz até agora na escola. Agora vejo com “outros olhos” um arquivo escolar e passei a entender melhor sobre Patrimônio Cultural”.

A estudante M.A.S respondeu: “Participar deste trabalho feito no arquivo da escola que estudo marcou muito para mim. Eu me identifiquei com algumas coisas, lembrei de projetos que minha mãe e meu tio participaram aqui na escola. Tem uns desses anos que existem até hoje. Um grande aprendizado na minha formação. Só não gostava de manusear caixas e pacotes com documentos para a catalogação e depois para a organização porque não podia fazer sem proteção e eu detesto usar máscara. Fora disso, foi um desafio que aceitei e deu muito certo. Aprendi muito”.

Estudante M.F.G.T. disse: “Este trabalho que participei despertou em mim o valor de um arquivo e a necessidade de preservação. Percebi o quanto a memória pode ser preservada numa documentação. Deu para perceber a história da escola nos documentos que aprendi a não chamar de “arquivo morto”, mas sim de permanentes ou históricos. Mais do que justo. A experiência do encontro com essas fontes de pesquisa e que registram a memória da escola foi gratificante. Abrir uma caixa, retirar objetos oxidantes que danificam documentos e comprometem sua preservação, fazer levantamento de documentos (catalogação) para organizar e facilitar o acesso, organizar nas caixas-arquivo e nos armários todas identificadas, dentre outras coisas que fizemos, foi um processo interessante e sei que de grande importância para o arquivo da escola que estudo. Agradeço pelo convite para participar deste trabalho, professora”.

Estudante S.C.L.B “Eu nunca tinha entrado no lugar que guarda o arquivo do CETEP. Não sabia que tivesse tanto documento. Eu só conhecia o Arquivo que tem na cidade por causa da nossa visita. De hoje em diante minha visão sobre arquivo é outra. A visita ao APMC, a

oficina que participamos na escola, nossas discussões em sala, a leitura sobre Patrimônio Cultural, Memória e Identidade contribuíram muito para que eu pudesse entender melhor o significado e a importância de um arquivo”.

Dentre os estudantes convidados, contamos com a participação de 11 meninas e 05 meninos. Dos meninos, dois se dispuseram a dar seu depoimento com relação a essa pesquisa. O estudante F.G.P.A demonstrou seu sentimento por ter participado desse trabalho em apenas uma frase curta: “Faria tudo de novo, professora”. Já o estudante R.O.N. disse: “ Realmente eu não imaginava que fosse tão rico este trabalho. Uma pesquisa desta nos ensina a importância que tem os documentos antigos para relatar nossa história e, por isso, é muito importante a preservação. Ajudando na catalogação e na organização, conheci muita coisa que eu não sabia. Logo vou utilizar o Catálogo para fazer umas pesquisas que fiquei intrigado. Depois eu falo do que se trata”.

Percebemos que o feedback destes participantes foi satisfatório, o que já era esperado, considerando a demonstração do desejo de participar deste trabalho. Foi muito gratificante perceber, através das ações e das falas, o significado desse trabalho para esses estudantes. Nessa dinâmica, o mais importante foi proporcionar a oportunidade da pesquisa num espaço que lhes é familiar, porém, até então desconhecido, dando vez e voz a eles.

Salientamos que os documentos produzidos e recebidos no ambiente escolar contribuem para a história da instituição e da comunidade, favorecendo a construção da memória social e coletiva nessas unidades. Para melhor exemplificar tal discussão, na próxima seção, será apresentado um contexto escolar que dá forma e caracteriza o estudo de caso desta pesquisa.

3 FUNDO ARQUIVÍSTICO DO CETEP DO SERTÃO PRODUTIVO: DO COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM CAETITÉ-BA (2002 - 2008) À OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO (2009 - 2015)

O arquivo do CETEP do Sertão Produtivo armazena em sua massa documental informações (fundos) que retratam as políticas administrativas de reformulação do Ensino Médio na Bahia culminando com a inauguração de uma das escolas-modelos no Estado – o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhaes em Caetité. Acrescidos de documentos sobre a implantação da Educação Profissional na Bahia e a criação de um Centro para essa oferta nesta mesma cidade, valendo-se do mesmo espaço. Tais documentações versam sobre as propostas para a melhoria da oferta da etapa final da Educação Básica no Estado, bem como todo o processo de implantação dessa outra modalidade de ensino no município que representa o território de identidade Sertão Produtivo. Para tanto, entendemos ser necessária a explanação acerca de conteúdos encontrados no arquivo permanente da referida escola.

Dito isso, fizemos, neste capítulo, uma explanação sobre as reformas no Ensino Médio na Bahia, bem como a reestruturação da oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) neste Estado, a partir de uma política administrativa que traz à baila apontamentos para discussões sobre o trabalho como princípio educativo, numa perspectiva ontológica e histórica, tendo como marca as normativas e as estruturas constituídas a partir de meados do século XX até a contemporaneidade. Com relação à educação profissional, fizemos um panorama sobre as políticas públicas para essa modalidade de ensino, reestruturada no território baiano por meio da criação da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), da elaboração do Plano de Educação e da criação de Centros de Educação Profissional, alinhados aos arranjos produtivos locais, com novas propostas para o ensino técnico no Estado. Em seguida, apresentaremos um panorama dessa modalidade educacional no Território de Identidade Sertão Produtivo na cidade de Caetité-BA.

3.1 Ampliação e Melhoria do Ensino Médio no Estado da Bahia (1995 - 1998)

A pasta da Educação do Estado da Bahia passou por uma arquitetura organizacional, que fez emergir nova performance referente à política educacional no período entre 1995 e 1998. Para tanto, o então governador do estado, Paulo Souto, e o então Secretário de Educação, Edilson Freire, traçaram estratégias de intervenção governamental, cuja iniciativa deu destaque

ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio na Bahia. O então governador Paulo Souto amparou-se na Lei nº 6.812, de 18 de janeiro de 1995, que criava a Secretaria de Cultura e Turismo e modificava a estrutura organizacional da administração pública, no sentido de apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado, e promover o desenvolvimento do Turismo e do lazer. Essas ações contribuíram para o aperfeiçoamento das estratégias em prol da melhoria na qualidade da educação na Bahia.

No contexto educacional deste período, a atenção voltou-se para o Ensino Médio, com propostas de melhorias apresentadas pelo então Secretário de Educação Edilson Freire, que se referia à implantação das *escolas-referência*, delineadas como instituições modelo, justificada pelo compromisso com a boa qualidade do ensino e a valorização de profissionais da educação por mérito, como recompensa ao trabalho e à formação, “com forte incidência sobre o debate de um novo modelo de escola, voltado para o rendimento do aluno e a liberação do fluxo escolar” (Silva, 2007, p. 08).

Prenunciava-se a abertura de um ciclo em que a valorização do servidor público se associava à atribuição de mérito individual, fato que contradizia a isonomia para as mesmas funções dentro da carreira. Tal proposta encontrava-se inserida no programa de melhoria, na qualidade da educação na Bahia. A referida proposta mantinha o foco nas políticas educacionais, com debates direcionados a um novo modelo de escola que fosse capaz de garantir tal perspectiva, com algumas metas em destaque: universalização do ensino público em todas as regiões do estado; reestruturação da educação na zona rural, com implantações de escolas agro técnicas e escola rural e a integração escola/comunidade.

Nesse período em foco, com o propósito de reformulação do ensino médio na Bahia, foram incorporadas novas metas: reforço do programa da merenda escolar e a implementação da tecnologia nas escolas como subsídio para o avanço na qualidade do ensino. No que se refere ao programa de aperfeiçoamento e qualificação dos profissionais de educação, este foi vinculado ao Plano de Capacitação de professores e dirigentes escolares, resguardado pelo Centro de Aperfeiçoamento de Professores e também de ampliação e recuperação das escolas da rede estadual, distribuição de merenda e livros didáticos, ampliação da oferta do Ensino Médio e suas modalidades, bem como a educação de jovens e adultos.

Com relação à implantação das *escolas-referência*, vale destacar que se trata de uma ação política na educação do Estado da Bahia, que associa às iniciativas supracitadas e que também integra o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, a partir de 1997, corroborando com novos direcionamentos para o Ensino Médio no estado da Bahia. Para tanto, foi anunciada a implementação de uma rede de escolas com estruturas e propostas consideradas inovadoras para esta etapa da educação básica, através da instituição do *Programa Colégio*

Modelo Luís Eduardo Magalhães, escolas idealizadas para serem destaque no Ensino Médio/Formação Geral no estado da Bahia, mediante o Decreto Lei N° 7.293, de 4 de maio de 1998, assinado pelo então governador César Borges, estabelecendo o seguinte:

Art. 1º - Fica instituído o programa de "Colégios Modelo", com o objetivo de, ampliando a oferta de ensino médio, oferecer à sociedade novos parâmetros educacionais, sempre de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Parágrafo único - Todas as unidades de ensino criadas nos termos do Programa ora instituído serão denominadas "Colégio Modelo LUIS EDUARDO MAGALHÃES" (Bahia 1998, p. 2).

Com o desígnio de viabilizar as propostas supracitadas e oferecer à sociedade baiana parâmetros educacionais de acordo com a lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, todas as unidades de ensino criadas nos termos do Programa ora instituído obedeciam às mesmas propostas pedagógicas e a uniformidade estrutural física.

Art. 2º - Os Colégios criados nos termos do Programa de que trata o artigo anterior deverão oferecer aos alunos o Curso de Ensino Médio/Formação Geral, com módulos instrumentais de Informática Básica, Língua Estrangeira e Gestão Empreendedora, sendo cada escola dotada de, no mínimo, 12 salas de aula, 1 biblioteca, 3 salas de língua estrangeira moderna, sala de artes, sala de informática, sala de TV Escola, quadra esportiva e todas as modernas dependências administrativas (Bahia, 1998, p. 2).

Esse projeto pretendia deflagrar um novo ciclo para a oferta do Ensino Médio de melhor qualidade na rede estadual. Com isso, os colégios-modelos, foram projetados para a capital baiana e em vários municípios de diversas regiões do Estado, para atender as demandas por meio do curso de Formação Geral, em conformidade com uma proposta curricular considerada inovadora de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)¹⁵. Nesta proposta, foram inseridas formações até então inéditas na educação básica, como Gestão Empreendedora e Informática Básica. As construções desta rede de colégios foram iniciadas em Salvador, Barreiras, Feira de Santana, Ipiaú, Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique, Brumado, Ibotirama, Itaberaba, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas, Itapetinga, Juazeiro, Ilhéus, Irecê e Guanambi. Todas, desta primeira etapa, foram inauguradas entre os anos de 1998 e 1999. Na cidade de Caetité, foi inaugurada no ano de 2002. O nome

¹⁵ Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. In: NUNES, C. Ensino médio. Rio de Janeiro: DP&A, 2002).

dessas escolas homenageia Luís Eduardo Magalhães, filho do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que representou a Bahia no cenário político estadual e federal do início da carreira política até seu falecimento, em abril de 1998.

Essa rede de escola foi construída com a adoção de um padrão arquitetônico inovador, configurando-se em uma padronização física e administrativa/pedagógica, cuja estrutura delineia uma nova visão e um alavancar para um novo tempo do ensino médio na Bahia. Além da quadra poliesportiva com arquibancada, a escola foi arquitetada em três pavimentos, com amplos e bem estruturados espaços: na área administrativa/pedagógica, o prédio possui uma sala da direção, uma da vice-direção, uma secretaria com espaço anexo para a organização dos arquivos documentais denominados “arquivos correntes”, sala de professores, da coordenação pedagógica, de reunião de professores para planejamento, uma sala de mecanografia, uma mini cantina, além de banheiros. Nos outros espaços, há também salas com instalações adequadas para o Laboratório de Informática (com 21 computadores), laboratório de Ciências biológicas, sala de Tv e vídeo, quatro banheiros para portadores de necessidades especiais e banheiros para professores e estudantes em cada andar da escola. Também há um almoxarifado, uma sala para arquivo com espaço para consulta, uma biblioteca pública com amplo espaço de leitura. Vale ressaltar que, nestes dois espaços de leitura e pesquisa, contém banheiros masculinos e femininos. Há também sala de arte, recreio coberto, cantina, refeitório (com depósitos, banheiros e vestiários nesse espaço), guarita de acesso, auditório com capacidade para 200 pessoas e estacionamento. Estas são as descrições mais detalhadas da estrutura dessas escolas estaduais.

3.2 Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Caetité/BA (2002 a 2008)

O Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM) foi inaugurado em Caetité-BA, no dia 22 de março de 2002¹⁶. Nesse acontecimento compareceram o governador do Estado, César Borges, o então Secretário de Educação, Eraldo Tinoco, dois senadores da República, deputados federais, deputados estaduais, lideranças locais e regionais, além da presença maciça da comunidade local e regional, e foi recebido com muita expectativa por esta comunidade.

¹⁶ BAHIA. Colégio-modelo é entregue em Caetité. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 2002. Ano 87, p. 18

Imagem 11 – Prédio do Colégio Modelo em Caetité/BA.

Fonte: Google Imagens, s/d.

Com a inauguração em Caetité, a rede somou o 18º colégio construído nesse padrão, no estado baiano, ostentando excelente estrutura física que obedecia a um padrão pré-estruturado. Desde sua criação, a escola tem atendido às expectativas dos munícipes e da região com relação ao atendimento à demanda do ensino médio, com a busca incessante de um trabalho pedagógico pautado no compromisso de ofertar uma educação de qualidade, conforme a proposta curricular apresentada, assim como a promessa do então governador do Estado da Bahia, por ocasião da inauguração, de garantir o apoio necessário para colocar em prática tal proposta pedagógica. Isso é perceptível a partir da observação do aumento da matrícula a cada ano na instituição escolar.

Quadro 03 – Dados cadastrais do CMLEM extinto em 2009.

Unidade Escolar	Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães
Endereço	Avenida Anísio Teixeira S/N
Telefone	(77) 3454 4024
Modalidade de Ensino	Ensino Médio Regular
Data da autorização de funcionamento	22 de março de 2002
Alunos recebidos no ano da inauguração, transferidos de outra escola.	423
Matrícula no ano seguinte da inauguração (2003)	560
Alunos matriculados em 2008, no ano da extinção, para implantação da Educação Profissional em 2009.	673

Fonte: arquivos do CETEP do Sertão Produtivo - Elaboração da autora, 2023.

As atividades pedagógicas e administrativas foram iniciadas no dia 25 de março de 2002. No primeiro ano de funcionamento, a escola recebeu estudantes e professores transferidos de outra unidade de ensino - Colégio Estadual Tereza Borges de Cerqueira. Do ano seguinte (2003) em diante, a demanda superou as expectativas, com a oferta do curso de Formação Geral nos três turnos - matutino, vespertino e noturno. Esse retorno positivo é evidenciado a partir da procura significativa do público jovem e adultos do município de Caetité (zona urbana e rural) e de cidades circunvizinhas, com matrículas aumentando gradativamente. Este público foi atraído pela oferta do Ensino Médio nessa nova rede de escola, bem como a nova proposta pedagógica. A escola fica localizada na região central da cidade, Avenida Anísio Teixeira, S/N, Centro, em um quarteirão também ocupado por outras duas escolas estaduais de grande e médio porte, um Ginásio de Esportes e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), possuindo, portanto, localização privilegiada, com amplo espaço na parte externa, onde há uma praça arborizada e confortável, utilizada pelos estudantes antes e depois do acesso às dependências da escola.

Como mencionado, a fundação dos colégios-modelo foi subsidiada pela nova LDB (Nº 9.394/1996), que atribui novo significado ao Ensino Médio, incluindo-o como etapa final da educação básica no Brasil, proporcionando aos jovens e adultos o acesso a um nível de escolaridade mais elevado. A nova LDB estabelece diretrizes para a implementação de uma educação comprometida, tanto com o pressuposto de “educação para a cidadania”, de caráter geral com vistas à compreensão do mundo atual, como com uma conjuntura de “educação para a competitividade”. As reformas no cenário político educacional, na década de 1990, contribuíram para que essas perspectivas delineassem o Ensino Médio. Por conseguinte, essas mudanças resultaram no atendimento a um maior contingente de estudantes, a partir de novas propostas pedagógicas, e uma estrutura física atraente, com melhores condições para a prática das atividades propostas. Essas reformas ocorridas na rede estadual de ensino na Bahia permitiram a ressignificação do ensino médio propedêutico e a reestruturação da educação profissional. Desta forma, no ano de 2009, no Território de Identidade Sertão Produtivo, foi implementada a Educação Profissional, com a inauguração de um Centro em Caetité, valendo-se do espaço do CMLEM, com mudança do nome da escola e novas organizações estruturais e pedagógicas. Salientamos que as turmas do 2º e 3º anos permaneceram na destituída unidade de ensino, dando sequência na modalidade ora vigente até a conclusão.

3.3 A Educação Profissional e Tecnológica na Bahia e as demandas dos Territórios de Identidade

A retomada da oferta da Educação Profissional e Tecnológica no estado da Bahia ocorreu com reformulações no contexto desta modalidade em virtude do Decreto Federal Nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), que implementa a educação para os cidadãos com possibilidades de formação integrada em todas as dimensões: trabalho, cultura, ciência e tecnologia, proporcionando, assim, uma formação politécnica e omnilateral. Essas mudanças começam a surgir na Bahia a partir do ano de 2006, dois anos após esse decreto. O governo deu início a algumas ações para viabilizar a oferta da educação profissional na rede de ensino, incluindo algumas metas no Plano Estadual, no qual se encontravam as Políticas Públicas para os 10 anos seguintes.

Tomando por base os estudos de Aline Santos (2015) sobre a Educação Profissional na Bahia, em uma dissertação de mestrado intitulada: *Educação profissional integrada na Rede Pública Estadual da Bahia: desafios da construção de uma proposta de educação para a classe trabalhadora*”, podemos perceber que a implementação da educação profissional na rede pública, no Estado da Bahia, aconteceu dois anos depois do decreto do governo federal em 2004. No contexto político do então governador Jacques Wagner, a autora afirma que:

O compromisso de reestruturação da oferta de educação profissional fez parte da plataforma eleitoral do governador eleito e durante o primeiro ano de sua gestão diversas ações foram realizadas no sentido de preparar a expansão da educação profissional na Bahia, que somente pôde ser observada a partir de 2008. A participação de movimentos sociais e dos representantes das escolas foi uma característica marcante na formulação da política. (Santos, 2015, p. 88).

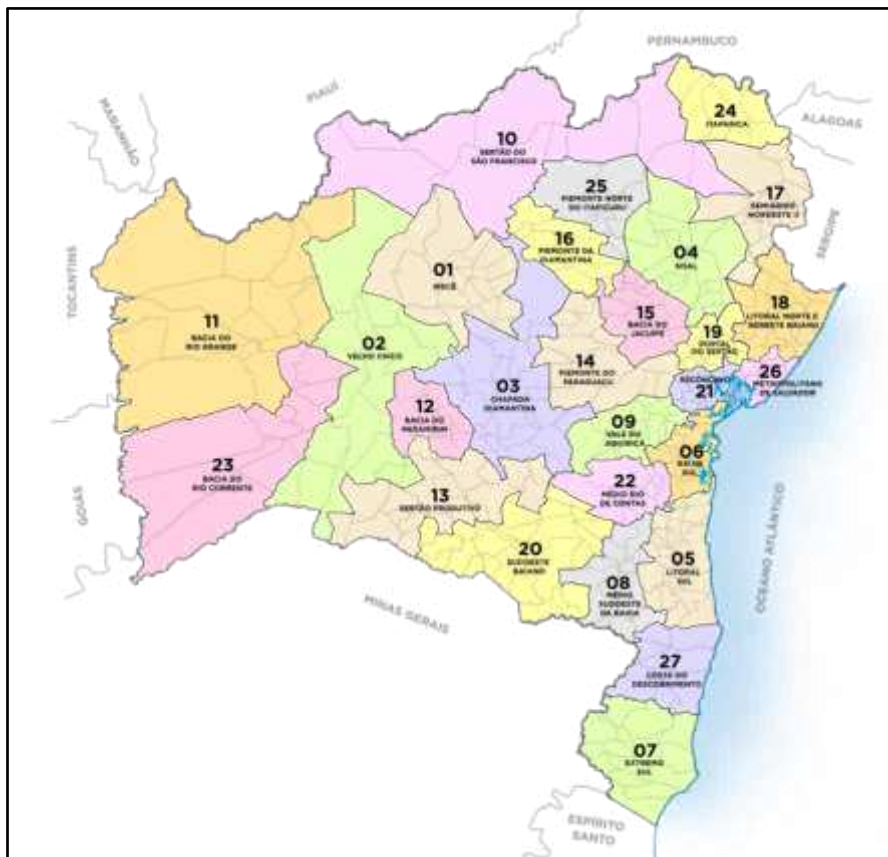
A educação profissional na Bahia configura-se, portanto, em uma política pública prioritária do governo do Estado, articulada às políticas/ações ou aos programas vinculados às demandas dos Territórios de Identidades e arranjos produtivos locais. No ano de 2007, o governador da Bahia, Jaques Wagner, cria a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), uma gerência com a finalidade de planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar e supervisionar as ações na área da Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual, com propósito de garantir que os jovens e trabalhadores tornem-se qualificados para atender às demandas do mundo do trabalho e se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia, enquanto ações do governo no Plano Plurianual (PPA)¹⁷.

¹⁷ O Plano Plurianual 2004-2007 – Bahia. Apontou diretrizes objetivos e metas da Administração Pública Estadual, como instrumento orçamentário e definidor de estratégias relacionadas à dimensão de planejamento: social, econômica, ambiental e espacial, além da dimensão de gestão e intervenções com vistas ao

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), os Territórios de Identidades, conceito atribuído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, são compostos de 26 extensões rurais, que, posteriormente, formaram os 26 Territórios de Identidade da Bahia. Em 2010, foram constituídos como unidades para implementação das políticas públicas do Estado da Bahia, a partir das especificidades dos arranjos sociais e locais de cada região, que, de acordo a SEPLAN, possibilita o planejamento das ações de desenvolvimento do Estado, de acordo com as demandas regionais, que são representadas por órgãos da sociedade civil organizada, levando-se em consideração aspectos sociais, econômicos e culturais.

Com algumas mudanças, posteriormente definidas (alterações de nomes, desmembramentos e transferências de municípios), os Territórios de Identidade reconhecem as necessidades de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento.

Imagem 12 – Divisão da Bahia por Territórios de Identidade.



Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia - SecultBA, s/d.

Quadro 04 – Território de Identidade na Bahia.

01	IRECÊ
02	VELHO CHICO
03	CHAPADA DIAMANTINA
04	SISAL
05	LITORAL SUL
06	BAIXO SUL
07	EXTREMO SUL
08	ITAPETINGA
09	VALE DO JIQUIRIÇÁ
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
11	OESTE BAIANO
12	BACIA DO PARAMIRIM
13	SERTÃO PRODUTIVO
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU
15	BACIA DO JACUIPE
16	PEEMONTE DA DIAMANTINA
17	SEMIÁRIDO NORDESTE II
18	AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE
19	PORTAL DO SERTÃO
20	VITÓRIA DA CONQUISTA
21	RECÔNCAVO
22	MÉDIO RIO DAS CONTAS
23	BACIA DO RIO CORRENTE
24	ITAPARICA (BA/PE)
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
26	METROPOLITANA DE SALVADOR

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

No início de 2008, com intuito de atender à proposta do governo estadual, foi elaborado, pela equipe técnica da SUPROF, o Plano Estadual de Educação Profissional da Bahia – PEE, com objetivo de estabelecer as bases da oferta da educação profissional e elevar a escolaridade e a inserção de jovens, trabalhadores e trabalhadoras, e a sua inserção cidadã no mundo do trabalho. A partir de então, a educação profissional tornou-se prioridade nas políticas públicas do governo. A partir desse plano, pôde-se observar os direcionamentos das ações para o cumprimento da política pública estadual, incluindo a ampliação de vagas para a Educação Profissional e Tecnológica no Estado, com a finalidade de investir na formação de jovens e trabalhadores (as) baianos (as). Essa política visa garantir o desenvolvimento socioeconômico, com a inserção destes sujeitos na vida social e no trabalho, a partir da perspectiva da inclusão. Desta forma, propõe-se a elevação da escolaridade dos trabalhadores, a partir da inovação e diversificação dos currículos escolares, promovendo o acesso aos conhecimentos científicos, artísticos-culturais e a inserção no mundo do trabalho, de modo que jovens e adultos possam atuar em seus municípios, em seus territórios, podendo permanecer em seus locais de origem.

Entre 2007 e 2008, foram inaugurados o Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia - CEEP-BA, em Salvador, e os Centros Territoriais de Educação Profissional, espalhados

por todo o Estado. À SUPROF cabia orientar, acompanhar, coordenar e avaliar todas as ações e projetos correspondentes à Educação Profissional na Bahia, incluindo a construção das ementas e matrizes curriculares dos cursos técnicos, orientação de estágio e certificação profissional. Ações a serem viabilizadas para garantir a formação profissional de qualidade a todos os estudantes na formação para a vida e para que sejam capazes de corresponder às demandas do mundo do trabalho e se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia.

Tendo em vista as propostas para a reestruturação e expansão da oferta de cursos técnicos de nível médio, no Sistema de Educação Estadual de Ensino do Estado da Bahia, foram instituídos, através Decreto Nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008 (Bahia, 2008), os Centros Territoriais de Educação Profissional e os Centros Estaduais de Educação Profissional como um dos mecanismos das políticas de desenvolvimento dos territórios de identidade baianos. Ainda no ano de 2008, através da SUPROF, o Estado mapeou estruturas ociosas existentes na rede estadual de ensino, como, por exemplo, unidades escolares (antigas escolas agro técnicas) e outras escolas que ofertavam o Ensino Médio Regular (alguns denominados colégios modelos), e transformaram em Centros Territoriais de Educação Profissional e Tecnológica (CETEPs) e Centros Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (CEEPs). Estes centros passam a ofertar Educação Profissional, com modificações importantes na estrutura do trabalho administrativo e pedagógico, a partir da oferta de cursos técnicos nas seguintes modalidades: I – formação inicial e continuada; II – educação técnica de nível médio, nas modalidades integrada (EPI) e subsequente (PROSUB); III – educação profissional integrada à educação de jovens e adultos (PROEJA) e IV – educação profissional à distância (semipresencial).¹⁸

Embora os CETEPs e os CEEPAs se caracterizem pela oferta de educação profissional em diversas modalidades, essas unidades de ensino apresentam diferenças em relação às exigências, a saber: os Centros Territoriais objetivam o atendimento das demandas consideradas relevantes nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Já os Centros Estaduais propõem o atendimento das demandas consideradas estratégicas para atender às cidades onde estão sediados. Esse plano proporciona a formação e qualificação profissional de jovens e trabalhadores e a permanência nos seus locais de origem. A oferta da educação profissional acontece também nas Unidades Escolares Compartilhadas, onde funcionam com o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, sem se transformar em Centros¹⁹. Vale

¹⁸ Siglário/Glossário - Educação Profissional da Bahia – DIEESE Acesso: <https://geo.dieese.org.br/supprof/glossario.php>

¹⁹ A Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composta atualmente por 33 Centros Territoriais de Educação Profissional, 38 Centros Estaduais de Educação Profissional, 22 anexos de Centros de Educação

ressaltar que a Educação profissional se expandiu consideravelmente em todo o estado da Bahia, através de oferta de vários cursos técnicos, com apoio técnico e financeiro do Programa Brasil Profissionalizado, iniciativa do governo federal, criado no ano de 2007, a partir do Decreto Nº 6.302/2007.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à Educação Profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais (BRASIL 2007).

Neste processo, os centros territoriais e estaduais se tornam polos para atender à demanda de Educação Profissional e, desde então, tais unidades escolares vêm passando por adequação e modernização, como reforma e ampliação, equipamentos diversos para laboratórios, acervo bibliográfico específico, etc. Além dessas transformações, o Estado também ampliou a oferta de cursos técnicos em outras unidades de ensino, tornando-as Unidades Compartilhadas. O Decreto Nº 5.154/2004, fundamentado na LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que deu sustentação ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, pode ser considerado como o marco legal para a garantia do Ensino Médio Integrado (EMI), principal modo de oferta da Educação Profissional e Tecnológica. E para garantir os objetivos propostos neste Decreto, o MEC, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publica, no ano de 2007, um Documento Base sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, de autoria de Dante Henrique Moura, Sandra Regina de Oliveira Garcia e Marise Nogueira Ramos. A elaboração deste documento foi de fundamental importância, pois apresenta contribuições e princípios sobre os quais deve alicerçar-se a Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. São orientações de caminhos a serem percorridos para o alcance dos objetivos propostos para essa modalidade de ensino.

Este documento base propõe-se à contextualização dos embates que estão na base da opção pela formação integral do trabalhador, expressa no Decreto nº 5.154/2004, apresentando os pressupostos para a concretização dessa oferta, suas concepções e princípios e alguns fundamentos para a construção de um projeto político-pedagógico integrado (Brasil, 2007, p.04).

Profissional e 92 unidades escolares de Ensino Médio que também ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica abrangendo 121 municípios dos 27 Territórios de Identidade.

Fonte: Ascom/Educação site: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoprofissional>.

Este documento traz as concepções e princípios de formação integrada, que “[...] busca garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador, o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política” (Brasil, 2007, p. 41), considerando a dimensão ontológica do trabalho como princípio educativo.

No estado da Bahia, os objetivos traçados pelo Plano Estadual de Educação Profissional e Tecnológica para essa modalidade de ensino foi fundamentada na política educacional proposta pelo MEC. Esse Plano propõe a consolidação e ampliação da oferta da educação profissional em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios baianos, promovendo a inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho. Neste viés, destaca-se também a ampliação, fortalecimento e democratização do acesso à educação profissional de nível médio integral; de cursos de formação inicial e continuada públicos e gratuitos para jovens e trabalhadores; assim como a garantia da inserção dos jovens à cidadania e ao mundo do trabalho e a oportunidades de escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, voltadas à promoção de trabalho, emprego e renda.

Com a finalidade de concretizar os objetivos de ampliação da oferta da educação profissional na Bahia, algumas escolas de Ensino Médio Regular foram transformadas em Centros Territoriais ou Centros Estaduais de Educação Profissional. As escolas mais utilizadas para esse fim foram os Colégios Modelos, por terem estruturas físicas mais adequadas para atender tal demanda, entre outros aspectos individualizados. Algumas dessas escolas foram ampliadas e modernizadas e todas necessitaram de adequações, inclusive de materiais específicos, como laboratórios, por exemplo, para atender às demandas exigidas pela Educação Profissional. Essas adequações foram consolidadas também com a utilização de recursos federais, através do Programa Brasil Profissionalizado.²⁰

As ações relacionadas à educação profissional na rede estadual na Bahia, com a oferta dos cursos técnicos, não pararam de acontecer. No ano de 2008, ocorreu um Seminário intitulado *Educação Profissional: Desenvolvimento Sustentável no Território Sertão Produtivo*, no então Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em Caetité/BA, promovido pela Secretaria da Educação do Estado, pela Superintendência de Educação Profissional (SUPROF) e pela Diretoria Regional de Educação. Os seminários territoriais tinham como objetivo discutir,

²⁰ O Programa Brasil Profissionalizado foi criado por meio do Decreto nº 6.302/ de 12 de dezembro de 2007, com objetivo de conceder apoio financeiro às redes públicas de ensino, para o fortalecimento e expansão da educação profissional e tecnológica, viabilizando construções, reformas e a modernização de unidades escolares, incluindo a aquisição de equipamentos, mobiliários e laboratórios. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-profissionalizado>

junto às comunidades escolares e alguns representantes da sociedade civil, a oferta da educação profissional vinculada à realidade de cada Território de Identidade. Assim, neste mesmo ano, ocorreu o seminário do Território de Identidade²¹ Sertão Produtivo, no então Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (CMLEM), o atual CETEP do Sertão Produtivo. Neste evento, foi discutida a implantação da educação profissional no território de identidade e o então CMLEM foi a escola eleita para ofertar a nova modalidade de ensino, justificada pela excelência na estrutura física, espaços para ampliação, formação do corpo docente em diversas áreas e boa localização.

Na oportunidade, começaram as discussões em torno dos primeiros cursos técnicos a serem ofertados na instituição, considerando as necessidades de formação para o território de identidade Sertão Produtivo. A definição aconteceu em outras oportunidades, em outros encontros com a comunidade interna e externa, para a tomada de decisões a respeito dos cursos a serem ofertados.

Vale lembrar que, nos últimos oito anos, algumas unidades da estrutura da Secretaria da Educação tiveram suas denominações alteradas, a saber: através do Decreto Nº 15.806, de 30 de dezembro de 2014, a Diretoria Regional de Educação (DIREC) foi alterada para Núcleos Regionais de Educação - NRE. O Decreto Nº 17.377, de 01 de fevereiro de 2017, altera as denominações e as finalidades das unidades a seguir: da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), criada em 2008, para Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT), mantendo-se assim até a atualidade; dos Núcleos Regionais de Educação - NRE para Núcleos Territoriais de Educação NTE, agora com maior abrangência administrativa.

Em se falando nos Centros Territoriais e Estaduais de Educação Profissional, é importante mencionar que a organização dos trabalhos administrativos e pedagógicos apresentavam estrutura diferentes em relação às outras unidades escolares ofertantes do Ensino Médio Regular. A formação da equipe gestora para atuar nessas instituições obedecia a uma normativa própria: essa equipe era formada por diretor (40h), vice-diretor técnico-pedagógico, vice-diretor de articulação com o mundo do trabalho e vice-diretor administrativo-financeiro, sendo que a carga horária de trabalho dos vices era organizada da seguinte forma: 20h no cargo administrativo e vice na função que lhe competia. Tal estrutura foi regulamentada pela Portaria Nº 8.676/09. Contudo, o Decreto Nº 19.298, de 22 de outubro de 2019, apresentou mudanças nessa organização administrativa e pedagógica das unidades escolares da Rede Estadual de

²¹ Território de Identidade – Considera-se Território de Identidade o agrupamento indenitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.

Ensino e dispôs sobre o regime de trabalho de diretor, vice-diretor e secretário escolar. No caso da equipe gestora (diretor e vices), todos exercerão o cargo em regime de dedicação exclusiva, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais na mesma função. Além disso, nos Centros ofertantes da educação profissional, foi reduzida a quantidade dos vice-diretores, passando de três para dois vices, para atender as articulações pedagógica, financeira e mundo do trabalho.

3.4 Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo em Caetité/BA

A partir do Decreto Nº. 11.355/2008, que dispõe sobre a instituição dos Centros Territoriais e Estaduais de Educação Profissional no Estado da Bahia, muitas escolas que até então ofereciam ensino propedêutico, iniciaram o ano letivo de 2009 como Centros de Educação Profissional, com propostas diferenciadas daquelas de outrora, suscitando desconstruções e construções de identidades. Essas transformações no âmbito estadual atingiram diretamente o Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhaes, que foi transformado em Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo e passou a ofertar a EPT em Caetité/BA.

O Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo - CETEP do Sertão Produtivo, instituição eleita para o desenvolvimento deste trabalho, localiza-se no município de Caetité/BA, na região denominada Alto Sertão da Bahia, uma denominação de significado cultural, quando:

Nas publicações dos órgãos estatísticos e de planejamento do governo federal e estadual, não há referências ao Alto Sertão. No entanto, a expressão existe e foi bastante utilizada pelos habitantes do extremo sudoeste da Bahia, em períodos recuados, tendo sido até mesmo consagrada por cronistas regionais (Estrela, 2003, p. 35).

Apesar das dificuldades na delimitação geográfica, a referida cidade vem, desde o século XIX, ocupando um papel de importância com relação às questões políticas, culturais e econômicas.²² O CETEP do Sertão Produtivo, lócus dessa pesquisa, é um centro do Território de Identidade composto por 20 municípios, que atende a um público diversificado, entre adolescentes e adultos de realidades socioeconômicas variadas, tanto de Caetité, quanto das cidades circunvizinhas, resultado da abrangência territorial que representa.

²² Fizeram parte da trajetória de construção da cidade de Caetité figuras como Anísio Teixeira, que teve grande participação política a nível estadual e tornou-se referência nacional em educação; além disso diversas pesquisas são feitas com a figura de sua irmã, Celsina Teixeira, de destaque para a economia local e sobre seu pai Deocleciano, figura coronelista da região no período escravocrata. (Para mais informações ver: AGUIAR, 2011).

Os Centros Territoriais de Educação Profissional, embasados no Plano de Educação Profissional da Bahia (PEPB), apresentam, como proposta pedagógica, o trabalho como princípio educativo, de forma contínua e sistemática, com objetivo de formar jovens e trabalhadores/as baianos/as de forma integral e sujeitos de direitos.

Uma das propostas do PEPB é a construção e implementação de Centros Territoriais e Centros Estaduais de Educação Profissional em várias cidades do território baiano. Desta forma, foi implantado em Caetité um desses Centros Territoriais, como já relatado, utilizando-se do mesmo prédio onde funcionava o CMLEM.

É mister dizer que o atual CETEP do Sertão Produtivo é resultado das políticas educacionais implementadas na Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia, que provocaram diversas transformações na sua institucionalidade, com interferência na modalidade de ensino ofertado, duração do curso para a sua conclusão, com mudanças frequentes nas matrizes curriculares e nas ementas. A implantação da Educação Profissional em Caetité, com a oferta de cursos técnicos diversificados, tem preparado muitas pessoas para atender às exigências do mundo do trabalho em diversas áreas. Também vem impulsionando o setor econômico local e regional, além de formar sujeitos autônomos. Outros tantos não buscam a inserção imediata no trabalho, pretendendo dar continuidade aos estudos (curso superior) em áreas afins ou diferentes.

Imagem 14 – Prédio do CETEP do Sertão Produtivo em Caetité/BA.



Fonte: Leila Aranha, 2020.

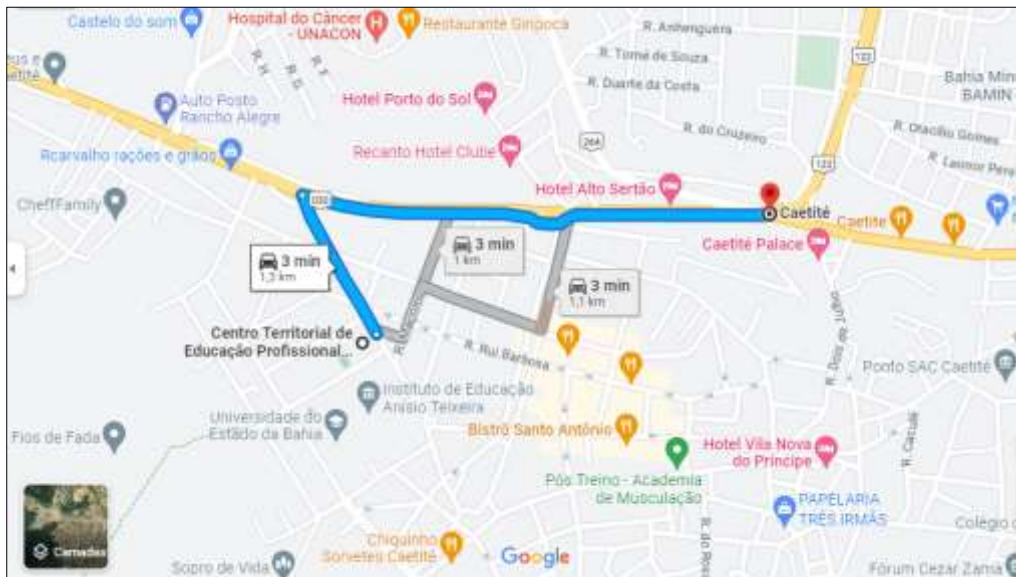
Quadro 5 – Dados cadastrais do CETEP do Sertão Produtivo – Caetité.

Unidade Escolar	Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo
Endereço	Avenida Anísio Teixeira, s/n
Telefone	(77) 3454 4024
Endereço eletrônico	cetepcaetite@yahoo.com.br
Modalidade de Ensino	Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Pós-Médio
Autorização de funcionamento	Portaria Nº 8677/09 – Diário Oficial de 17/04/2009
Cadastro no MEC/Inep	29428394
Matrícula - ano da inauguração (2009)	650
Matrícula – atualidade (2022)	986

Fonte: arquivos do CETEP do Sertão Produtivo - Elaboração da autora, 2022.

No intuito de apresentar, de forma simplificada, alguns fragmentos de memória e história do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, faz-se necessária uma divisão temporal. A história dessa instituição é dividida em dois períodos. Circunscreve-se um período que se inicia com a fundação do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, com a oferta do ensino médio regular, até o ano de 2008. No entanto, esta escola foi transformada em Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP, através da portaria nº 8677/09, publicada no Diário Oficial do Estado de 17 de abril de 2009, funcionando até a atualidade. Essa unidade escolar tem como objetivo atender à demanda do Território de Identidade, inserido no contexto das políticas públicas da Educação Profissional no Estado da Bahia, com intuito de construir, neste Território de Identidade, uma formação integral de qualidade (formação do cidadão consciente do seu papel dentro da sociedade) e para o mundo do trabalho. Essa proposta é pautada no que determina o Plano Estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia, considerando as particularidades do território de identidade, nas suas dimensões socioeconômicas, em conexão com o Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, que determina, em seu artigo 1º, “ênfase na educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”.

Imagem 15 – Localização do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo em Caetité/Bahia.



Fonte: Google Maps, 2022.

O CETEP do Sertão Produtivo oferta diversos cursos técnicos, estruturados em três formas de articulação da educação profissional técnica de nível médio: Educação Profissional Integrada – EPI; Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente – PROSUB e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA. Cada curso é articulado por um Eixo Tecnológico e possui um ementário contendo a Base Nacional Comum, Formação Técnica Geral, Formação Técnica Específica, apresentando variações conforme as modalidades de ensino e conforme o curso.

Em referência à demanda, esta instituição de ensino atende a um público com características que variam de acordo com a origem, a modalidade do curso em que estão matriculados e do turno em que estudam. A clientela do diurno é formada, na maioria, por adolescentes que cursam a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – EPI, classificada numa faixa etária que varia entre 14 e 18 anos que, na grande maioria, não possui experiência profissional, são filhos de famílias de classe social média e/ou baixa e grande parte destes, do turno vespertino, são residentes na zona rural do município, tendo que se deslocar diariamente para a cidade por meio do Programa de Transporte Escolar. Alguns desses estudantes são oriundos de municípios vizinhos como Igaporã, Ibiassucê, Caculé e Guanambi, e custeiam seus deslocamentos diários. Temos ainda, em número menor, alunos que, por serem de municípios distantes, como Sebastião Laranjeiras, Palmas de Monte Alto e Riacho de Santana, moram em pensionatos com o objetivo exclusivo de se matricularem nos Cursos Técnicos oferecidos neste

Centro. Entre estes estudantes, é comum o objetivo de buscar uma formação que possibilite a inserção rápida no mundo do trabalho enquanto cursam o Ensino Superior.

A matrícula nas modalidades Subsequente (PROSUB) e PROEJA, no turno noturno, é composta por adultos, normalmente chefes de família que possuem uma vida profissional encaminhada. Segundo estes estudantes, ao buscarem os cursos técnicos, pretendem ampliar as possibilidades de emprego e aperfeiçoar a prática de trabalho.

A escola funciona sob a jurisdição a nível local do Núcleo Territorial de Educação - NTE 13 e caracteriza-se como unidade escolar de porte especial, vinculada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia. A definição dessa categoria foi determinada pelo Decreto Nº 11.355/2008, consideradas as peculiaridades tanto dos Centros Estaduais, quanto dos Centros Territoriais de Educação Profissional da Bahia:

Art. 2º - Os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional, estruturados em eixos tecnológicos de formação, serão considerados Unidades Escolares de Porte Especial em decorrência de suas características específicas, competindo à Superintendência de Educação Profissional, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, planejar, coordenar, promover, acompanhar, supervisionar e avaliar os programas, ações e projetos desenvolvidos nestas unidades escolares, incluindo orientação e certificação profissional (Bahia, 2008).

O CETEP do Sertão Produtivo busca ofertar a Educação Profissional de qualidade aos jovens e adultos que fazem parte do Território de Identidade Sertão Produtivo. Este desafio encontra-se delineado na missão apresentada em seu Projeto Político Pedagógico, que é ser excelência na oferta da Educação Profissional de qualidade, através da formação de cidadãos éticos, solidários e competentes para atuarem no mundo do trabalho. Este Centro Territorial de Educação Profissional tem se consagrado como unidade de ensino de referência e principal contribuinte na mudança da realidade social, política e econômica do Território de Identidade Sertão Produtivo, visto que a demanda cresce gradativamente, principalmente em relação a alguns cursos ofertados, como os Cursos Técnicos em Administração, Análises Clínicas, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho. A oferta desses cursos propicia o desenvolvimento de projetos de intervenção social na comunidade local, além da oportunidade de empregos temporários e efetivos aos egressos.

Muitos são os desafios e os registros comprovam todo o caminho traçado por um Centro ofertante de Educação Profissional galgando espaços na sociedade ainda desprovida do costume de formar parcerias, o que pode ser observado, por exemplo, quando a instituição busca apoio para os estágios supervisionados. Muitas dificuldades, algumas superações e

outras que precisam ser superadas através de representações do poder público local, de Conselhos Territoriais, no sentido de garantir melhorias na Educação de forma democrática neste Território de Identidade.

Dentre os desafios, pode-se mencionar a insuficiência de formação docente em diversos componentes curriculares para atendimento efetivo das necessidades da formação técnica e formação geral do aluno da Educação Profissional, o melhor equipamento dos laboratórios e apoio administrativo, outras dificuldades que se referem aos campos de estágios, o que indica a necessidade de firmar diversas parcerias para conseguir campos de estágio para atender aos estudantes formandos.

Apesar de tudo, no ano de 2012, o CETEP do Sertão Produtivo celebrou a primeira formatura dos estudantes da Educação Profissional, na forma de articulação integrada ao Ensino Médio. Assim formaram os novos Técnicos em Administração, Agroecologia, Enfermagem e Mineração.

3.5 Cursos ofertados no CETEP do Sertão Produtivo - 2009 a 2022

O CETEP do Sertão Produtivo oferta a Educação Profissional e Tecnológica em consonância com a política pública que subsidia essa modalidade de ensino, tem como base, para as definições das demandas, os aspectos locais e territoriais. Do ano de 2009 a 2022, foram doze cursos organizados em cinco eixos tecnológicos, conforme apresenta o quadro seguinte.

Quadro 6 – Cursos ofertados no CETEP do Sertão Produtivo de 2009 a 2022.

Formas de Articulação / Turnos	Eixo tecnológico	Cursos Técnicos	Quantidade de turmas
EPI (Matutino e vespertino)	Recursos Naturais	Geologia	02
		Agroecologia	02
	Ambiente e Saúde	Controle Ambiental	02
		Farmácia	03
	Controle e processos industriais	Sistemas de Energia Renovável	01
	PROSUB (Noturno)	Gestão de Negócios	Contabilidade
Secretariado			02
Ambiente e Saúde		Enfermagem	10
Recursos Naturais		Mineração	02
PROEJA (Noturno)	Gestão de Negócios	Secretariado	02

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Todos esses cursos objetivam atender jovens e adultos de acordo com as disponibilidades apresentadas e possuem um ementário, contendo a Base Nacional Comum, Formação Técnica Geral, Formação Técnica Específica, apresentando variações conforme as modalidades de ensino e o curso. Vale ressaltar que há rotatividade na oferta e variação por turno e isso acontece de acordo com a demanda e aceitação, como mostra a seguir.

Quadro 7 – Cursos ofertados no CETEP do Sertão Produtivo - ano 2022.

Formas de Articulação/ Turnos	Eixo tecnológico	Cursos	Quantidade de turmas
EPI (Matutino e vespertino)	Gestão de Negócios	Técnico em Administração	11
		Técnico em Serviços Jurídicos	02
	Ambiente e Saúde	Técnico em Análises Clínicas	02
		Técnico em Nutrição e Dietética	02
PROSUB (Noturno)	Gestão de Negócios	Técnico em Administração	05
	Ambiente e Saúde	Técnico em Análises Clínicas	02
		Técnico em Meio Ambiente	02
	Infraestrutura	Técnico em Edificações	02
	Recursos Naturais	Técnico em Mineração	01
	Segurança	Técnico em Segurança do Trabalho	02
PROEJA (Noturno)	Gestão de Negócios	Técnico em Administração	04

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A respeito da estrutura física, essa unidade de ensino conta com a mesma estrutura do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhaes, acrescida de alguns espaços que foram reorganizados com objetivo de atender à demanda específica da modalidade de ensino ofertado, como: uma sala para aulas e orientação de estágio, 03 laboratórios (mineração, enfermagem e edificações). O prédio contém uma sala de arquivo que está inativa para este fim, utilizada como depósito de alguns equipamentos sonoros.

Em todos os pavimentos, há banheiros para estudantes, professores e portadores de necessidades especiais. Atualmente, já está na fase final o processo de ampliação do prédio, com a construção de um pavilhão, com laboratórios para atendimento das aulas práticas dos cursos técnicos.

A escola possui estrutura física razoável para atender a educação especial e a inclusão, como rampas e outros acessos com piso tátil, banheiros adaptados e duas salas de aula com emissor de sinal (sinalizador luminoso). Estas são ferramentas utilizadas para oferecer acessibilidade a deficientes visuais e surdos. E para melhor atender a essa modalidade de ensino (a Educação Especial), a escola firma parceria com uma instituição que oferta essa modalidade na mesma cidade, o Centro Integrado de Educação Especial de Caetité (CIEEC), com apoio técnico e material. Também conta com um Colegiado Escolar ativo/participativo, que muito colabora com as decisões administrativas e pedagógicas da escola. Já com relação ao Grêmio Estudantil, há ausência dessa auto-organização dos estudantes.

No CETEP do Sertão Produtivo, já foi ofertado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego PRONATEC, no período de 2013 e 2015. A partir da política de Implantação de Anexos para oferta de Cursos Técnicos, este CETEP administrou dois anexos: um localizado no município de Caculé/BA, com utilização do espaço de uma escola ofertante do ensino Médio - Escola Estadual Norberto Fernandes, no período compreendido entre 2010 a 2019, ofertando os cursos técnicos em Enfermagem, Agroecologia e Administração. Além desse, administrou outro anexo no município de Livramento de Nossa Senhora, de 2016 a 2018, com oferta dos cursos técnicos em Agrimensura, Administração e Agroecologia, em um espaço ocioso onde funcionava uma instituição de ensino daquele município.

Vale ressaltar que a consolidação de uma educação de Ensino Técnico, implantada numa escola que ofertava apenas o ensino médio regular como modalidade de ensino, com suas especificidades, fundada a partir da demanda observada a nível de território de identidade, no intuito de atender demandas sociais, econômicas e educacionais da população, não ocorreu de uma hora para a outra. A mudança na oferta e, conseqüentemente, no currículo não interferiu na mudança do perfil do público do diurno, mas percebeu-se uma mudança no público do noturno no tocante à faixa etária, devido à maior procura de adultos (um público mais homogêneo) a um curso técnico neste turno. A oferta da educação profissional fez despertar o interesse desse público adulto por oportunidade de formação técnica e preparo para a inserção no mundo do trabalho. Foi observado o aumento da procura no noturno, algo propiciado tanto pela nova oferta de educação profissional, quanto pela estrutura física da escola.

É possível afirmar que as mudanças ocorridas no processo de ensino-aprendizagem, nesse período de início do século XXI, com a implantação da educação profissional no antigo Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em Caetité, significaram mudanças repentinas nas práticas pedagógicas. Apesar do processo de redimensionamento da oferta do ensino médio, os valores educacionais ainda estavam pautados em desenvolvimento de projetos e diversas atividades pedagógicas que marcaram o período anterior.

Como vimos, a implantação de escolas ofertantes de cursos técnicos e sua ampliação configura em uma das ações que atendem às demandas dos Territórios de Identidade e arranjos produtivos locais. Desta forma, o governo da Bahia articula o planejamento de ações para atender os 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Esses territórios são constituídos com base no sentimento de pertencimento, desta forma, conforme o Ministério de Desenvolvimento Agrário:

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (Brasil, 2003, p. 4).

O foco desta pesquisa abrange o território de identidade denominado Sertão Produtivo, que compreende os municípios de Brumado, Caculé, Caetité (sede do território), Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.

Considerando a trajetória dessa escola e o contexto atual de sua abrangência no tocante à representatividade no Alto Sertão da Bahia, percebe-se que há muitas experiências presentes nas memórias contidas nos documentos que necessitam de uma sistematização, para que assim possam ser revisitadas sempre que necessário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que se refere ao resultado da pesquisa, a análise dos dados requer cautela e a primeira ação foi fazer a leitura das respostas, observando as coincidências e as diferentes respostas, o que confirmam ou rejeitam as hipóteses. Goldenberg (2004) reitera que ao organizar os dados de forma paciente do início ao fim exige tempo de reflexão e dedicação para que consiga adquirir o máximo de informações das respostas. “É o ponto em que se percebe com mais nitidez o estilo do pesquisador: seu conhecimento teórico acumulado durante anos, sua criatividade para analisar cada dado e seu bom senso” (Goldenberg, 2004, p. 94). A organização e a análise dos dados desta pesquisa implicaram tanto na interpretação das respostas para entender aspectos subjetivos, como ideias, ponto de vista, comportamentos, quanto na quantificação de um problema, entendendo a sua dimensão.

As entrevistas com os professores, assim como as ex-diretoras foram realizadas nos momentos de encontros para as Atividades Complementares (AC) e com a atual diretora ocorreu no seu ambiente de trabalho (sala da direção). Uma parte respondeu de forma imediata, todos individualmente, enquanto outra, preferiu responder fora da escola e fazer a devolução depois.

O contato para essa coleta de dados com a participação das funcionárias, que atuam no setor administrativo da escola, aconteceu no seu espaço de trabalho (secretaria), e ali mesmo elas responderam ao questionário em turnos diferentes de trabalho. A receptividade dos colegas para a participação na pesquisa foi amigável, com demonstrações de disponibilidades para tal.

4.1 Percepções docentes sobre o arquivo documental do CETEP do Sertão Produtivo

Quadro 08 – Perfil dos docentes entrevistados.

Professor/a	Área de atuação / Formação	Função/Cargo (antigo e atual) na instituição	Tempo de atuação na carreira
P1	Linguagens / Mestrado	Professora de L. Portuguesa e Arte. Foi Articuladora de Eixo Tecnológico.	Mais de 10 anos
P2	Linguagens / Especialização	Professora de L. Portuguesa. Foi Articuladora de Eixo Tecnológico.	Mais de 10 anos
P3	Linguagens / Especialização	Professora de L. Portuguesa.	Mais de 10 anos

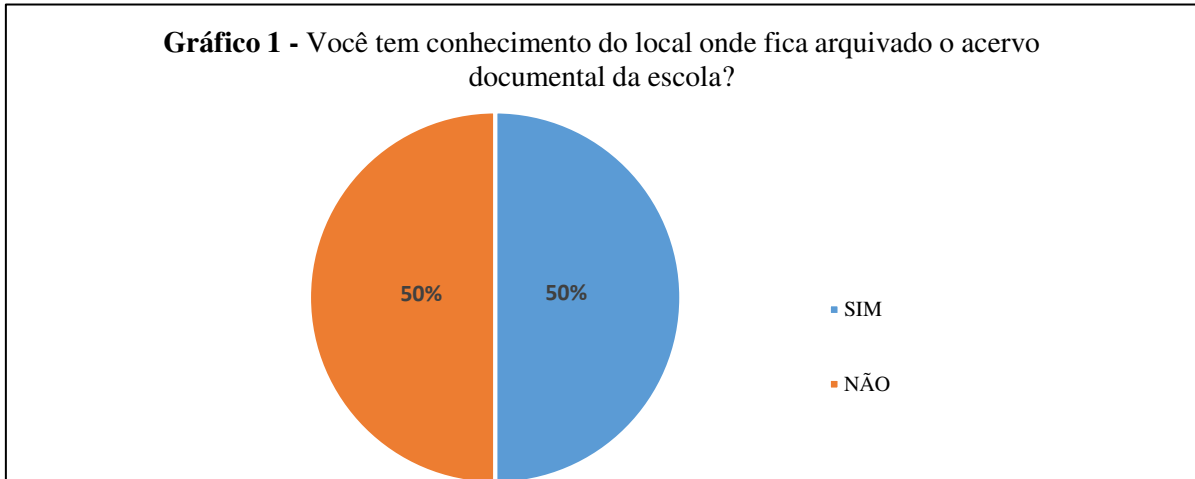
P4	Linguagens / Especialização	Professor de L. Inglesa.	Mais de 10 anos
P5	Humanas / Mestrado	Professora de História. Foi Articuladora de Eixo Tecnológico.	Mais de 10 anos
P6	Humanas / Mestrado	Professora de História. Foi Articuladora da área de Humanas.	Mais de 10 anos
P7	Humanas / Especialização	Professora de História.	Mais de 10 anos
P8	Humanas / Especialização	Professor de Geografia	Mais de 10 anos
P9	Humanas / Especialização	Professor de Geografia. Foi Vice-diretor e Articulador de Eixo Tecnológico.	5 a 10 anos
P10	Matemática / Mestrado	Professor de Matemática	1 a 4 anos

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Quanto ao perfil dos docentes foi possível observar que todos são efetivos, com formação entre especialização e mestrado, atuantes em três áreas distintas (Linguagens, Humanas e Matemática) e a maioria possui experiência na carreira docente, em mais de uma década de atuação na escola em questão e experiência também em outras atividades na escola.

4.1.1 Sobre o arquivo documental da escola – visibilidades e perspectivas

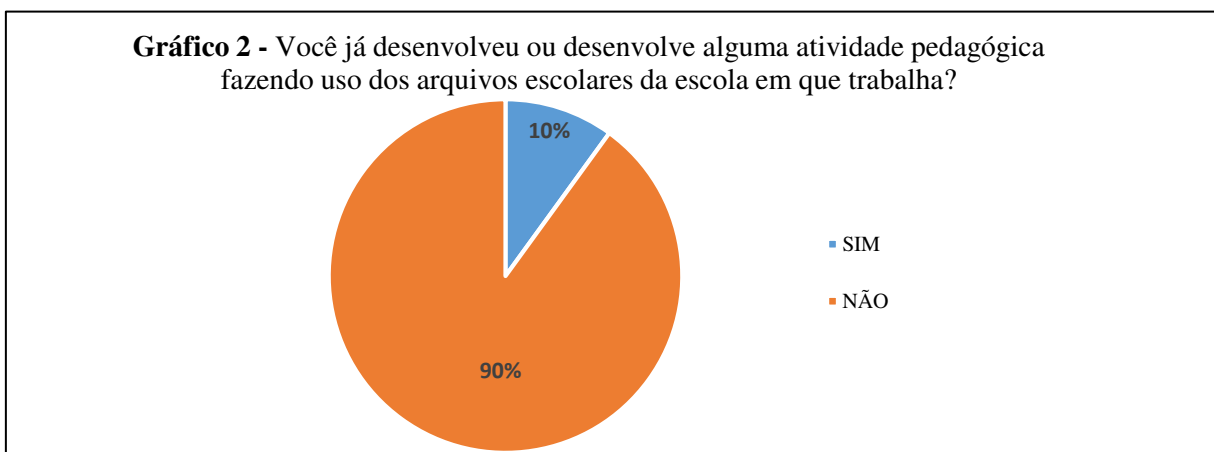
Durante esta fase do tratamento do material, os dados evidenciaram diversos pontos em comuns com relação às percepções dos docentes entrevistados e isso confirma a hipótese levantada na pesquisa. Quando indagados sobre o conhecimento do local de guarda do arquivo documental da escola que trabalham, a resposta evidencia o quanto é necessário dar visibilidade a esse espaço não menos importante na escola que pode ser utilizado como espaço de pesquisa, visto que, o resultado apresentado no gráfico 01 nos revela que 50% dos professores entrevistados desconhecem o local de guarda desse acervo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

Esses dados revelam a pouca relação dos professores com o arquivo da escola. No que diz respeito ao conhecimento do local onde são guardados os arquivos, as respostas evidenciam que a metade desta amostragem sequer sabe dizer onde a documentação da escola fica arquivada.

Quanto ao uso de documentos do arquivo permanente da escola como fonte de pesquisa, apenas um respondente, que corresponde a 10 %, revelou que já fez uso deste fundo em suas atividades pedagógicas. Contudo, os dados apresentados no gráfico 02 evidenciam que visitas ou pesquisas com uso da documentação escolar praticamente não fazem parte do plano de curso ou planejamento das aulas desses professores.

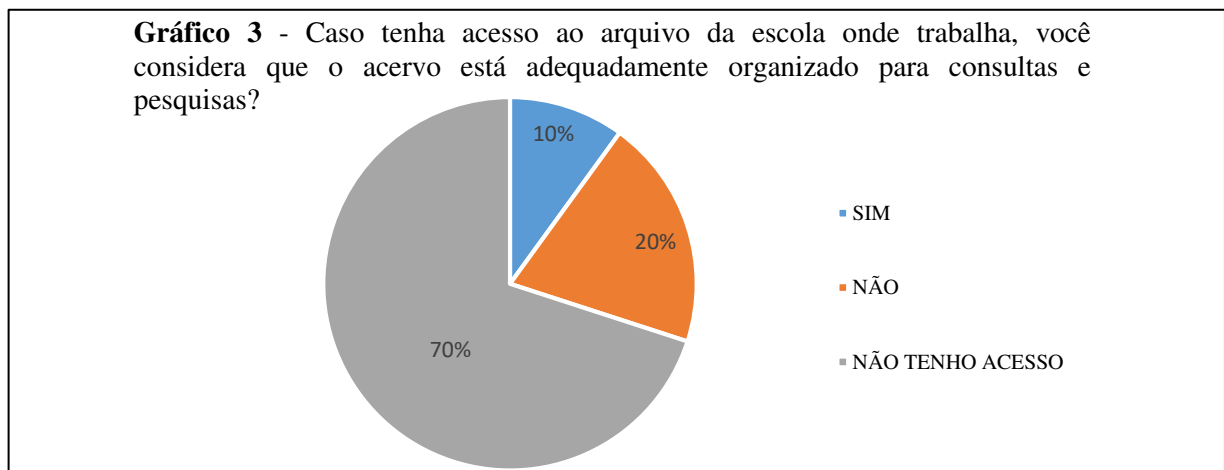


Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

Os dados evidenciados no gráfico 02, com essa percentagem expressiva dos professores que não usam o arquivo em suas atividades pedagógicas confirmam a inquietação que motivou essa pesquisa, com foco no estímulo do acesso ao arquivo escolar. Isso aponta a necessidade de

discussões sobre a história e a memória da escola, assim como a história da educação, para o direcionamento de atividades com uso de fontes que retratam a cultura escolar, fato que inclui a própria história dos estudantes. Mas, para isso, é fundamental o incentivo com um arquivo organizado e de fácil acesso.

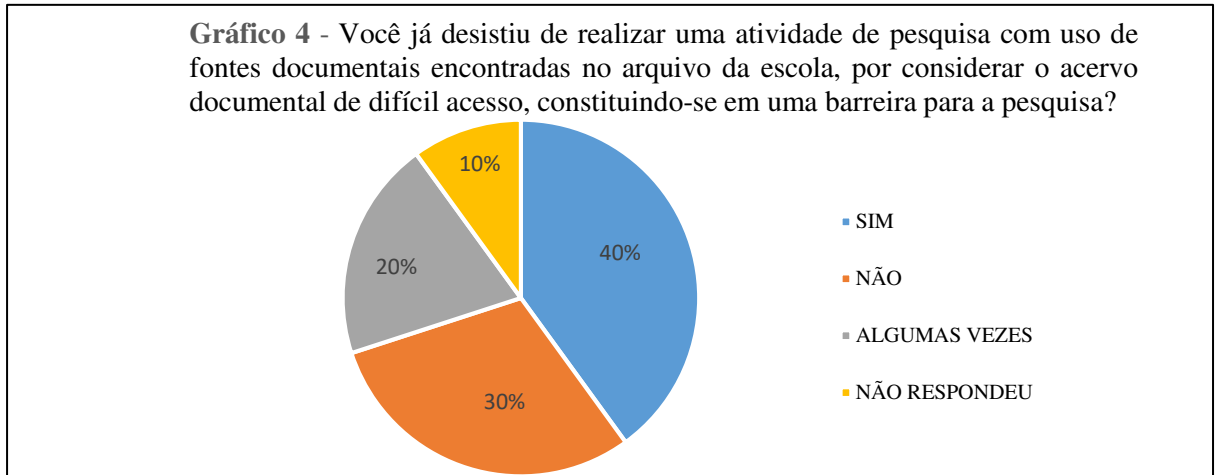
Dando prosseguimento, indagamos sobre a situação em que se encontra o arquivo da escola e quanto à atração deste para integrar à metodologia de ensino como instrumento pedagógico no processo educacional. Os dados continuam revelando a distância do professor em relação ao espaço de guarda dos arquivos. O gráfico 03 aponta que 70% deste segmento não tem acesso a esse local, 10% tem acesso e considera organizado adequadamente para consultas e pesquisas, no entanto, 20%, também tem acesso e considera em condições desfavoráveis para realização dessas atividades.



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

Essa investigação nos revela a existência de um gargalo na aproximação da comunidade escolar ao arquivo documental da instituição, pois sabemos que não somente o pessoal do administrativo e professores devem ter acesso aos documentos de valor histórico, mas toda a comunidade escolar, interna e externa, visto que são fontes preciosas para a pesquisa de reconstrução da memória de uma instituição que faz parte da história de um povo e que constitui a identidade desse povo.

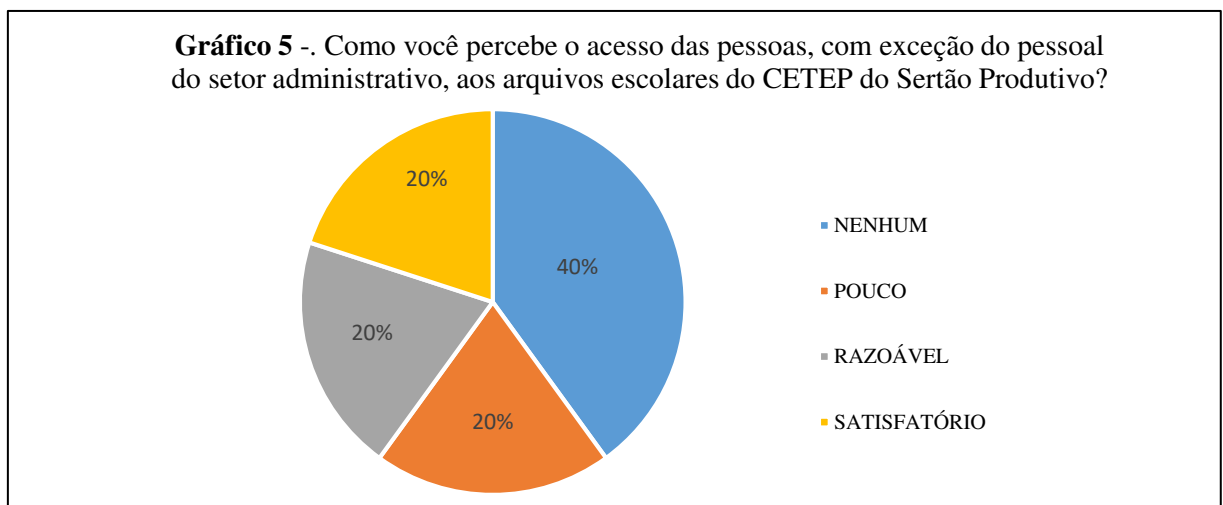
Na pergunta em que indagamos sobre a possível desistência da realização de uma atividade no arquivo da escola, por considerar o acervo de difícil acesso, os dados mostram que já houve desistência da ideia de planejamento de atividade com uso do arquivo por 40 % dos professores e 10% preferiu não responder.



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

As respostas evidenciadas no gráfico 04 sugerem um entendimento, de que a dificuldade de acesso aos documentos arquivísticos constitui-se em entrave no planejamento de atividades pedagógicas, nos apontando como principal desafio a facilitação do acesso a esse espaço de pesquisa.

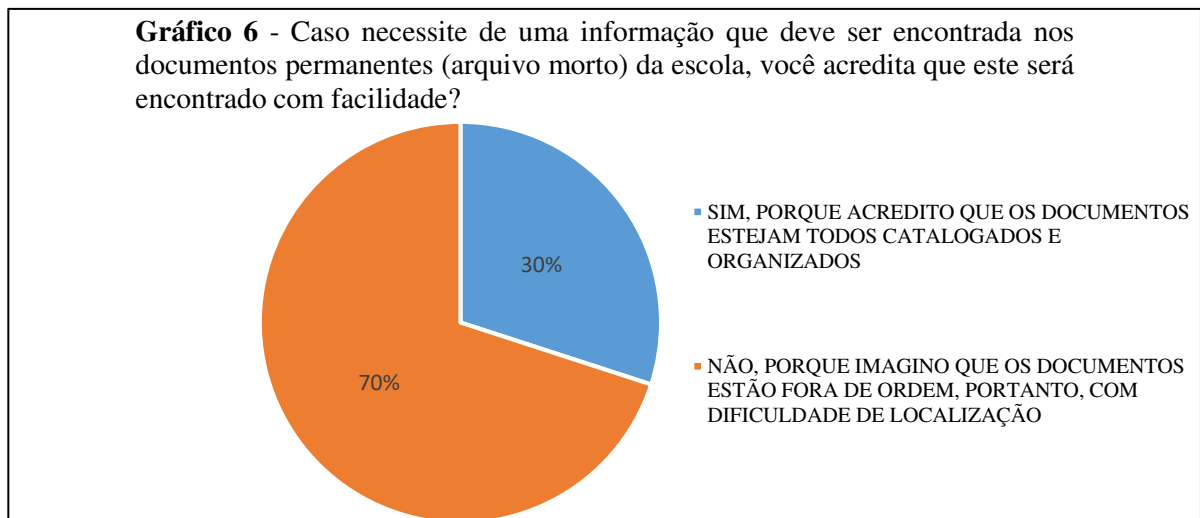
Sabemos que os espaços arquivísticos das instituições escolares constituem-se em locais importantes para serem utilizados na prática pedagógica e em outros estudos. Para tanto, indagamos sobre a percepção dos entrevistados quanto ao acesso de pessoas de diferentes seguimentos ao arquivo da escola. Os dados evidenciam que a maioria, 40 % dos entrevistados, não percebe o acesso da comunidade a esse espaço, e as demais respostas coincidem quantitativamente em pouco, razoável e satisfatório (20%).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

Vale lembrar que um dos professores (P 9), que afirmou ser satisfatório, foi vice-diretor na unidade de ensino há pouco tempo, este teve acesso frequente ao local de guarda desse acervo. Possivelmente, justifica sua resposta. Assim, verificamos que ainda se constitui como desafio o uso do arquivo escolar pela comunidade interna e externa.

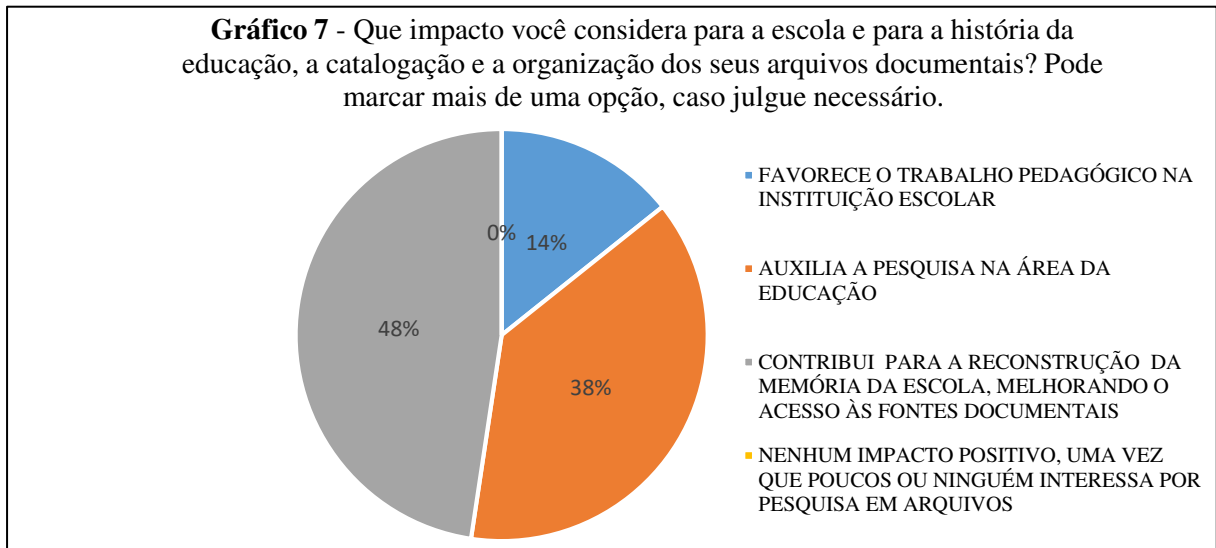
Na pergunta sobre a visão que os professores têm do arquivo da escola em que atuam como docentes, ou seja, como eles acreditam que estejam as condições deste acervo para a possível busca de um documento histórico (permanente) necessário para investigação. Os dados revelados no gráfico 06, confirmam a visão que esse seguimento tem sobre os documentos da escola: 70% os considera como materiais de difícil localização. Essa visão foi comprovada no gráfico 04, em que quase metade dos docentes entrevistados afirma já ter desistido de realizar ou orientar pesquisas com uso de documentos do arquivo da escola por considerá-lo de difícil acesso.



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

Os dados do gráfico 06 notabilizam a perspectiva do professor diante da necessidade de busca ou de uso de algum material arquivado na escola. Esse resultado denuncia a ausência de técnicas adequadas de arquivamento e de instrumento orientador para facilitar a localização de um documento.

Para concluir esta busca com a participação dos professores, fizemos uma pergunta sobre o impacto da catalogação dos arquivos documentais para a escola e para a história da educação. Nesta questão orientamos que pudesse marcar mais de uma opção. As respostas evidenciam o quanto a construção de um instrumento de pesquisa contribui neste sentido.



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2023.

O gráfico 07 nos mostra o quanto os professores consideram importante a sistematização dos arquivos da escola, sendo possível observar que a quase totalidade posicionou-se positivamente à proposta, afirmando que este trabalho favorece a prática pedagógica na instituição escolar e auxilia a pesquisa em educação. Assentiram também a sua importância para possibilitar a reconstrução da memória e da identidade da escola.

4.2 Percepções de docentes com experiência na gestão escolar

Quadro 9 – Perfil da então diretora e de duas ex-diretoras do CETEP do Sertão Produtivo.

Professora	Área de atuação Formação	Cargo (antigo e atual) na instituição	Tempo de atuação na carreira
D1	Linguagens / Mestrado	Atual diretora da escola (ano 2022).	5 a 10 anos
ED1	Humanas / Mestrado	Ex-diretora / professora de História e outros componentes curriculares da área específica dos cursos técnicos.	5 a 10 anos
ED2	Humanas e Ciências Biológicas / Mestrado	Ex-diretora / professora de Biologia e outros componentes curriculares da área específica dos cursos técnicos.	Mais de 10 anos

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Este questionário foi destinado a três professoras, sendo duas ex-diretoras e uma atual diretora da escola, sendo, portanto, docentes com experiência na gestão escolar. Para este seguimento, o questionário foi composto de perguntas abertas (subjativas), com o propósito de dar mais oportunidade para respostas espontâneas diante de suas observações e opiniões.

Depois da identificação, iniciamos com as questões subjetivas, ressaltando o dever das instituições escolares, quanto à preservação dos seus arquivos documentais, fundamentado na Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos.

Sabe-se que o poder público tem o dever de preservar seus arquivos, através da gestão de documentos, tendo por fundamento a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. Uma das ações de salvaguarda documental é a política de armazenamento. No CETEP do Sertão Produtivo há um espaço destinado ao acervo documental recebido e produzido pela escola. As informações sobre esse espaço e as ações relacionadas à guarda documental configuraram como pontos norteadores das perguntas para este grupo.

4.2.1 Sobre o arquivo documental da escola – desafios da gestão de documentos

Na primeira questão fizemos referência à política de armazenamento documental. Para tanto, perguntamos às gestoras se no CETEP do Sertão Produtivo há um espaço destinado ao acervo documental recebido e produzido por essa escola. Nas respostas houve unanimidade das entrevistadas quanto à confirmação da existência desse espaço considerando-o como sendo a sala da diretoria e a secretaria da escola. Também mencionaram “outro espaço”. Uma ex-diretora afirma que “a escola possui espaço próprio para arquivamento”, no entanto, a pesquisa mostra que o “outro espaço” se trata do almoxarifado da escola e que o referido “espaço próprio” ainda não foi utilizado para tal fim. Quanto ao arquivamento da documentação escolar, perguntamos quem se responsabiliza por essa função e se há uma política de organização e preservação desse acervo. Neste questionamento, todas responderam que não há um profissional responsável para tal atividade, afirmando que a guarda documental é feita por funcionários do setor administrativo e pela equipe gestora. Quanto à existência de uma política de gestão documental e preservação desses documentos, houve compatibilidade nas respostas de que não existe este procedimento de forma sistematizada.

Dando sequência, fizemos um questionamento se a escola já foi procurada para a realização de pesquisa com a utilização do acervo documental. Caso isso tenha acontecido, como se deu o acesso aos documentos. Duas das pesquisadas responderam que nunca houve essa procura e outra lembra de uma pesquisa realizada por estudantes da UNEB, Campus VI, sobre o Projeto Político Pedagógico da escola e o acesso ocorreu em três espaços: secretaria, direção e biblioteca.

Quanto ao uso de técnicas que atendam aos parâmetros arquivísticos, relacionados à guarda documental, percebemos a necessidade de formação dos profissionais que manuseiam os arquivos escolares. Nesse viés, foi questionado a esse seguimento, se o CETEP do Sertão

Produtivo já recebeu algum apoio neste sentido. Tivemos como resposta de uma ex-diretora que, quando assumiu o cargo, os gestores de algumas escolas haviam participado de uma formação para o exercício da função, que incluía a pauta: arquivamento de material. No entanto, as outras duas entrevistadas não participaram de nenhum tipo de qualificação relacionada à gestão documental e desconhece qualquer formação sobre técnicas de arquivamento na escola.

Em relação à pergunta sobre a existência de algum método de arquivamento adotado pelos profissionais responsáveis pela guarda da documentação escolar no CETEP do Sertão Produtivo para a guarda dos documentos, as respostas confirmam o exposto anteriormente, evidenciando o prejuízo da falta de qualificação para tal fim. Quanto à técnica adotada na escola para arquivamento documental, uma das pesquisadas respondeu que não existe um método específico para esta ação e que a escola sempre se preocupou em guardar seu acervo da melhor forma possível. Já as outras duas responderam que os arquivos são organizados por data/ano, tipo e alguns em ordem alfabética. Nesta conjuntura, sabemos que a organização de uma massa documental cujo ordenamento apenas por data e tipo não garante a organização e o acesso de forma satisfatória.

A seguir, salientamos no corpo da pergunta a importância do arquivo permanente para a pesquisa no âmbito educacional e indagamos se a escola tem mantido esses documentos ou faz descartes com frequência. Neste caso, todas mencionaram em suas respostas a importância da manutenção dos documentos na escola, inclusive os também denominados de “inativos”. Quanto ao descarte, responderam que já aconteceu na escola, porém, esta ação ocorreu conforme orientação legal. Contudo, a escola ainda procura manter os documentos permanentes/históricos, considerando-os como “essenciais para o acompanhamento e direcionamento da vida escolar dos estudantes e das atividades administrativas”. Vale ressaltar, que a manutenção ou a guarda de forma assertiva desses documentos tem por principal objetivo salvaguardar a memória da escola. Como assevera Vidal (2000), ao preocupar com o descarte aleatório de documentos.

Em relação à manutenção dos arquivos permanentes na escola, houve unanimidade nas respostas de que é uma ação necessária e importante, pois “constitui a vida e a memória da escola” e ainda afirmaram que esse acervo deve ser “preservado de maneira organizada e acessível”.

Através das respostas, observamos que, embora as gestoras revelassem dificuldades quanto à gestão documental na escola, ficou evidente uma visão positiva em relação à importância social e cultural do arquivo e demonstra preocupação em mantê-los na escola, evitando o descarte aleatório. Ainda que a maioria não possua formação para lidar com acervo documental, conseguiu manter os arquivos, de alguma forma, ordenados e relativamente

preservados, apesar do não uso do local de guarda a eles destinados. E assim, resultando em acumulação de documentos, sem o devido tratamento arquivístico, causando estragos em alguns deles, como oxidação devido a utilização de cliques e grampos de metais, amasso e alguns documentos com estragos provocados por insetos que atacam papéis, como os isópteros – representados pela família dos cupins.

A ausência de profissional habilitado para fins de guarda documental, a falta de qualificação dos profissionais do setor administrativos e de pesquisadores que “abracem a causa” para pedir socorro em prol da preservação dessa tão importante fonte de pesquisa, torna o trabalho de organização e preservação dos arquivos relativamente inerte.

Seguimos com o resultado da entrevista com as duas funcionárias atuantes na secretaria da escola, que também ocorreu de forma bastante harmoniosa. Vale lembrar que ambas possuem experiência nessa função no setor administrativo da escola entre cinco e mais de dez anos.

4.3 Percepções de funcionários do setor administrativo do CETEP do Sertão Produtivo

Quadro 10 – Perfil de duas funcionárias atuantes na secretaria da escola.

Funcionária	Formação	Função / Área de atuação na escola	Tempo de atuação nesta função
F1	Ensino Médio	Assistente de secretaria: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Documentação de alunos e professores; ✓ Pastas de notas e diário de classe; ✓ Matrícula e livro de pontos; ✓ Arquivamento de documentos recebidos e produzidos pela escola. 	Mais de 10 anos
F2	Ensino Médio	Assistente de secretaria: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Documentação de alunos e professores; ✓ Pastas de notas e diário de classe; ✓ Matrícula e livro de pontos; ✓ Arquivamento de documentos recebidos e produzidos pela escola; 	5 a 10 anos

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

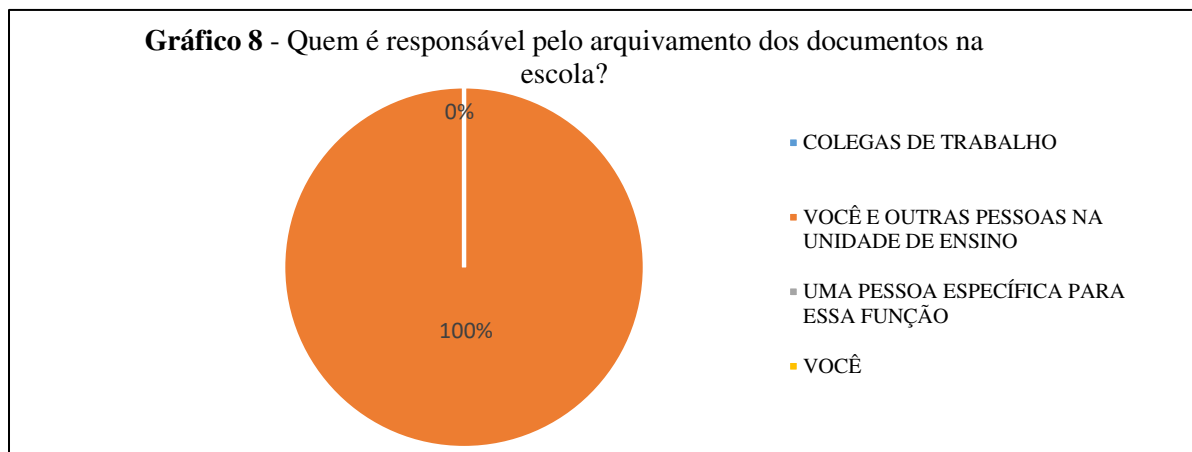
Esta investigação foi feita preparada para profissionais do setor administrativo da escola que lidam com documentação escolar, com intento de buscar informações sobre a visão que se tem de arquivo escolar e de guarda documental. Nesta pesquisa, com este seguimento, pretendemos também entender o modo pelo qual os documentos escolares estão sendo

organizados, inclusive o tratamento dispensado ao arquivo permanente nesta instituição, bem como as concepções referentes à memória e identidade da escola, efetivadas no arquivo escolar.

4.3.1 Sobre o arquivo documental da escola – concepções, tratamento e acesso

Considerando a importância de um profissional com formação específica ou treinamento para cuidar da documentação que compõe o arquivo escolar, a primeira pergunta direcionada às funcionárias da secretaria da escola refere-se ao/s responsável/is pelo arquivamento dos documentos na escola.

A partir dos dados coletados sobre essa questão foi possível verificar, através da unanimidade nas respostas, que os profissionais do setor administrativo exercem a função de arquivistas na unidade de ensino, configurando-se como uma das atividades desenvolvidas neste setor.

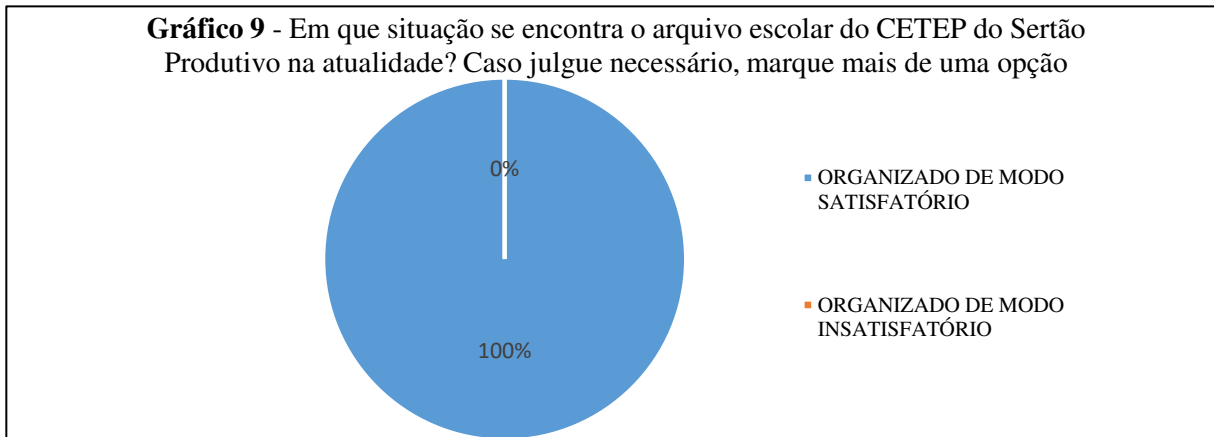


Elaborado pela autora – 2023.

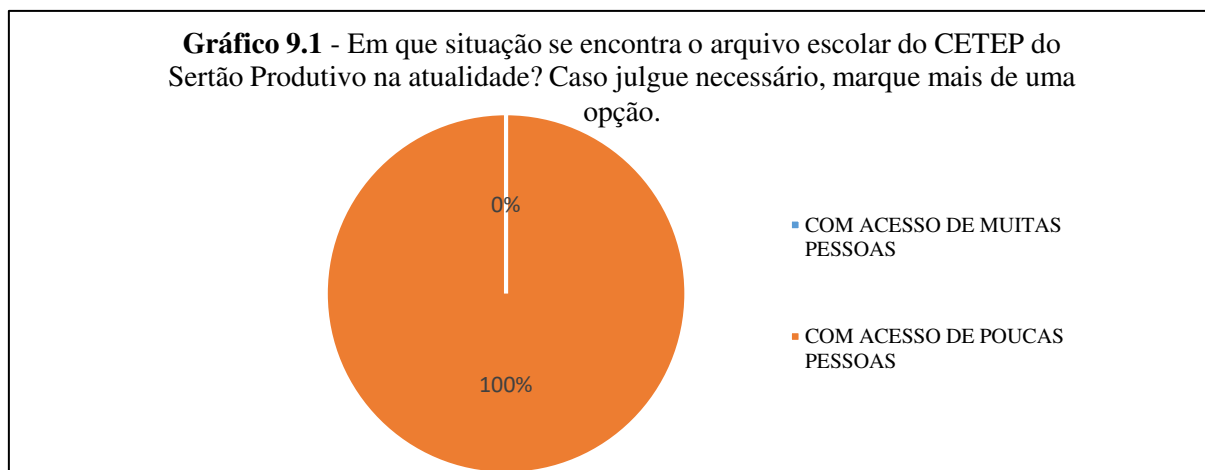
Nesta questão sobre a/s pessoa/s responsável/is pelo arquivamento do acervo documental da escola observamos que não houve variação nas respostas. Os dados no gráfico 08 confirmam a versão das gestoras, que as funcionárias estão entre as pessoas responsáveis pela guarda documental da escola, inferindo que realmente não existe um profissional responsável pelo arquivamento documental. Ao confirmarem a existência de uma pessoa encarregada para tal função, também corrobora as respostas anteriores, que as “outras pessoas” são os integrantes da equipe gestora, levando também a crer que outros funcionários técnicos administrativos também o fazem.

Em seguida, indagamos quanto à situação em que se encontra o arquivo escolar do CETEP do Sertão Produtivo na atualidade, dando oportunidade de marcarem mais de uma opção, se assim o desejassem. E assim o fizeram, portanto apresentamos as respostas desta pergunta em dois gráficos. Estes apresentam resultados semelhantes quanto à organização do

arquivo e seu acesso. O gráfico 09 mostra que as respondentes consideram que o arquivo se encontra organizado de modo satisfatório. Em seguida, no gráfico 9.1 apresentamos as suas versões sobre o acesso a este espaço. Os dados revelam o distanciamento das pessoas ao arquivo da escola.



Elaborado pela autora – 2023.



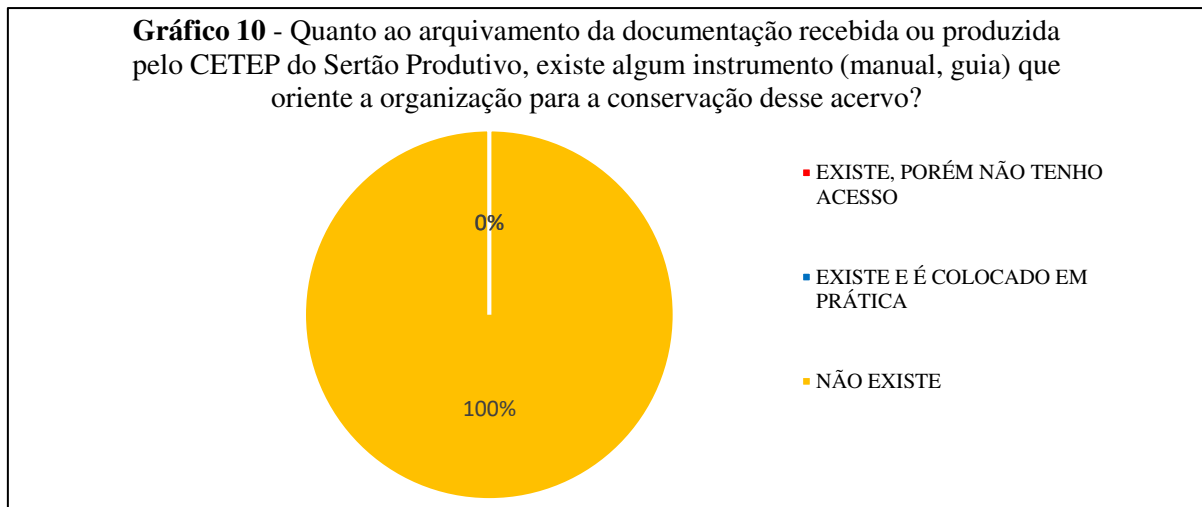
Elaborado pela autora – 2023.

A resposta positiva observada no gráfico 09 nos conduz ao entendimento de que a técnica de arquivamento utilizada por essas funcionárias é satisfatória, por desconhecer outras técnicas pautadas em métodos arquivísticos. Nessa mesma pergunta, apresentada no gráfico 9.1, observamos a afirmação de que poucas pessoas têm acesso a esse espaço, confirmando também a versão da maioria dos professores pesquisados.

Na sequência, referimos ao arquivamento da documentação recebida ou produzida pela escola, se existe algum material que oriente a organização para a salvaguarda desse acervo.

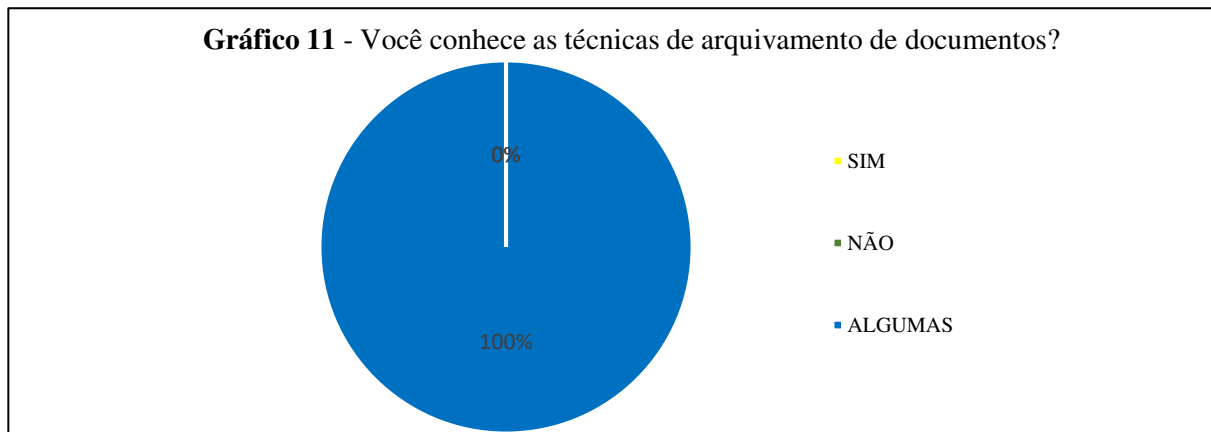
Através dos dados apresentados no gráfico 10, podemos observar que a guarda documental é feita a partir de conhecimento empírico, do senso comum. As duas entrevistadas afirmam que não existe nenhum material (manual, guia) orientador desta ação não menos

importante na escola. Isso significa que se há algum documento desta natureza na escola, não é de conhecimento destas.



Elaborado pela autora – 2023.

As respostas expressas no gráfico 11 nos mostram que elas apenas conhecem algumas técnicas de arquivamento documental. Sabemos que essa realidade desfavorece a organicidade documental.

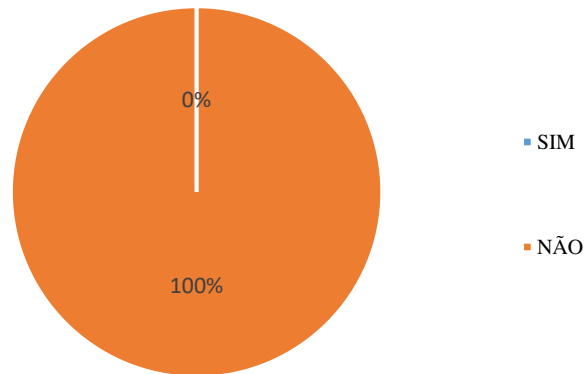


Elaborado pela autora – 2023.

Dando prosseguimento, perguntamos se já haviam participado de alguma formação ou qualquer tipo de orientação sobre as técnicas de arquivamento documental. Apresentamos outra opção caso a respondente desejasse acrescentar algo para justificar sua atuação na atividade de arquivamento da documentação da escola onde trabalha.

Constatamos que as duas funcionárias que também cuidam do arquivamento não possuem formação relacionada à organização de arquivos. São, portanto, leigas neste sentido, desconhecendo os métodos apropriados para arquivamentos que favorecem a preservação desse patrimônio cultural. As respostas evidenciam as ausências de orientações de pessoal que cuida dos acervos documentais nas escolas.

Gráfico 12 - Você já participou de alguma formação ou qualquer tipo de orientação sobre as técnicas de arquivamento documental? Caso julgue necessário, marque mais de uma opção

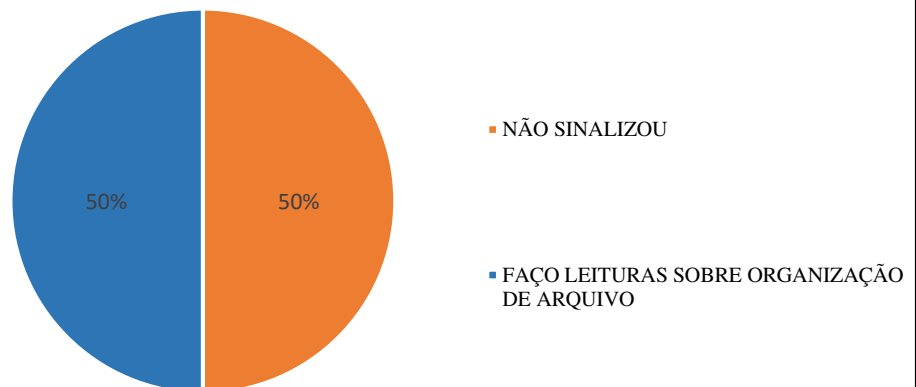


Elaborado pela autora – 2023.

Uma das entrevistadas sinalizou que faz leitura sobre o assunto (organização de arquivo) por conta própria, como mostra o gráfico 12.1. Desta forma, foi possível perceber que, para o processo de arquivamento do acervo documental na escola, não houve treinamento de pessoal, o que confere uma lacuna nos setores administrativos responsáveis pelo apoio à gestão documental da escola, constatação ratificada pela ausência de melhores procedimentos técnicos arquivísticos no acervo escolar catalogado.

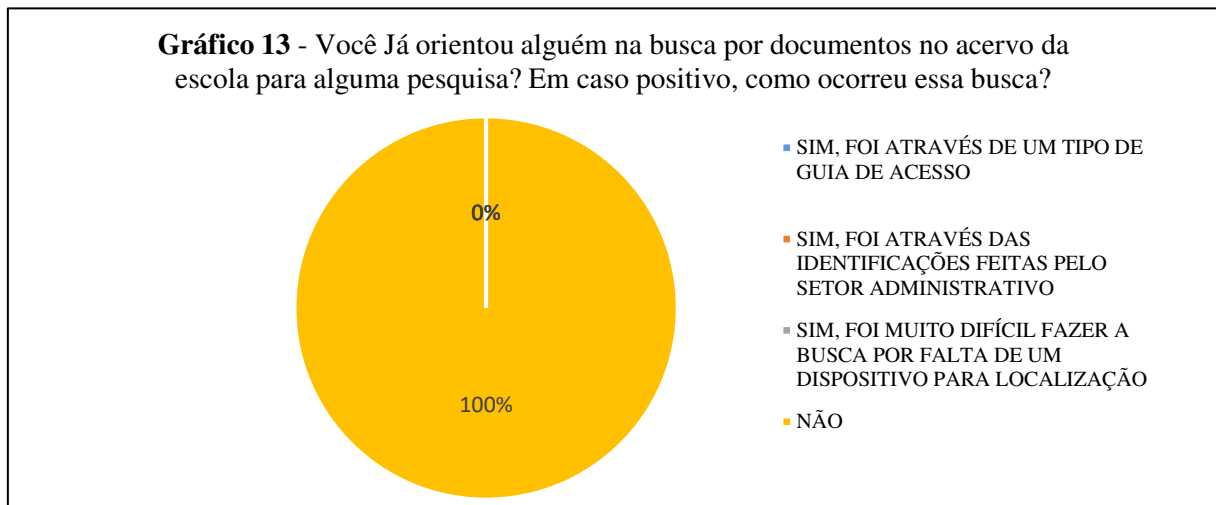
Elaborado pela autora – 2023.

Gráfico 12.1 - Você já participou de alguma formação ou qualquer tipo de orientação sobre as técnicas de arquivamento documental? Caso julgue necessário, marque mais de uma opção



Para a realização de uma pesquisa numa escola, geralmente uma pessoa que conhece o arquivo escolar cumpre a tarefa de acompanhar e subsidiar o pesquisador na busca do documento desejado. Neste sentido, perguntamos se elas já orientaram alguém que fosse à busca por documentos no acervo da escola. Caso já tenha ocorrido, como foi a procedência. Os dados apresentados no gráfico a seguir são reveladores da ausência dessa orientação, inferindo

o distanciamento entre pesquisadores e o acervo da escola. Isso preconiza a necessidade de organização e divulgação do acervo documental existente na instituição.

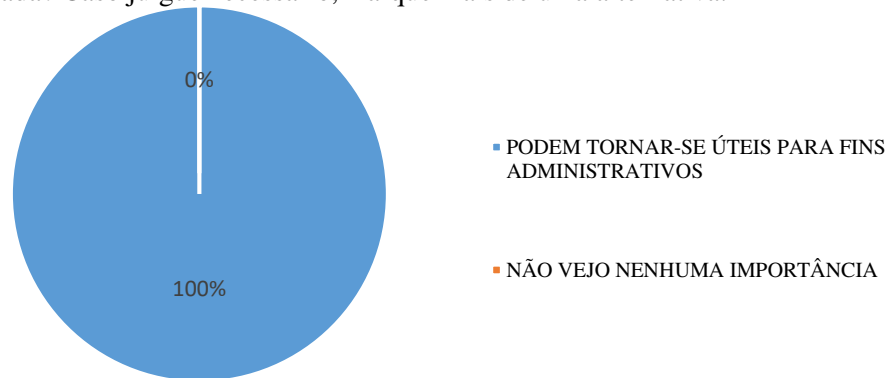


Elaborado pela autora – 2023.

Em se tratando da carência de profissionais habilitados para manusear um arquivo escolar, a pesquisa ainda aponta que não há formação de pessoas para este fim. Nesta direção, Chiavenato (2010, p. 125), menciona que “o treinamento é o ato intencional de fornecer os meios para proporcionar a aprendizagem” que por sua vez, “é uma mudança de comportamento humano decorrente de novos conhecimentos, novas habilidades, novas atitudes e novos conceitos”. Assim, fazendo uma análise das respostas acima, vemos que os dados apontados nos gráficos 10,11,12, 12.1 e 13 revelam a necessidade da atenção por parte dos órgãos responsáveis pela preservação documental; começando com um olhar mais atento ao arquivamento desse patrimônio histórico cultural, fundamental para contar a história da educação, a história de uma sociedade.

Dando prosseguimento, indagamos sobre a importância de se manter os documentos de valor histórico na escola, e a necessidade de mantê-los de forma organizada e preservada. Nesta pergunta também demos oportunidade de marcar mais de uma opção, se assim fosse desejado. Os dados revelam a preocupação das funcionárias em manter os arquivos na escola com vistas à sua utilidade, tanto para fins administrativos, quanto para fonte de pesquisa.

Gráfico 14 - Qual a importância da manutenção (não fazer descartes aleatoriamente) dos arquivos documentais da escola e arquivá-los de forma organizada? Caso julgue necessário, marque mais de uma alternativa.



Elaborado pela autora – 2023.

Gráfico 14.1 - Qual a importância da manutenção (não fazer descartes aleatoriamente) dos arquivos documentais da escola e arquivá-los de forma organizada? Caso julgue necessário, marque mais de uma alternativa.

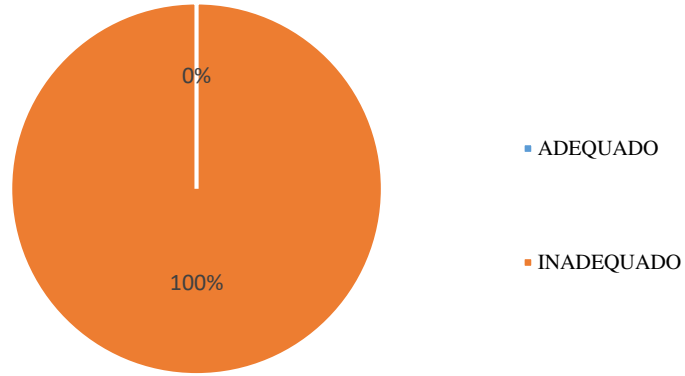


Elaborado pela autora – 2023

No que concerne à manutenção dos documentos permanentes na escola, não praticando descartes aleatoriamente, percebemos o entendimento das pesquisadas sobre a importância de mantê-los na escola. Foram também unânimes no entendimento de que podem ser úteis para fins administrativos e na mesma proporção, para fontes de pesquisas. Essa resposta evidencia que há intenção da guarda documental na escola, por parte das equipes gestoras e técnicos administrativos, pois, embora não seja um arquivo de longa data, existe uma quantidade considerada destes documentos na instituição pesquisada.

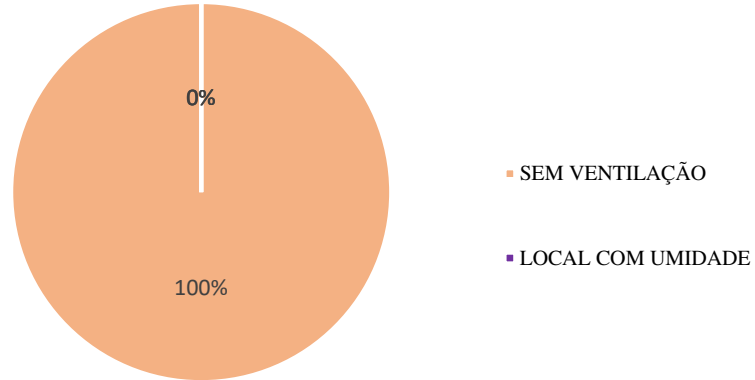
Prosseguimos com a busca da visão das pesquisadas sobre o espaço físico onde o arquivo permanente se encontra armazenado atualmente, com resposta mostrada no gráfico 15. Na mesma linha de raciocínio elaboramos outra pergunta (apresentada no gráfico 16), as quais trouxeram revelações sobre alguns problemas no espaço físico do atual arquivo da escola. Nesta última também com opções para marcar mais de uma alternativa.

Gráfico 15 - O espaço físico onde atualmente encontram-se armazenados os arquivos permanentes do CETEP do Sertão Produtivo é:



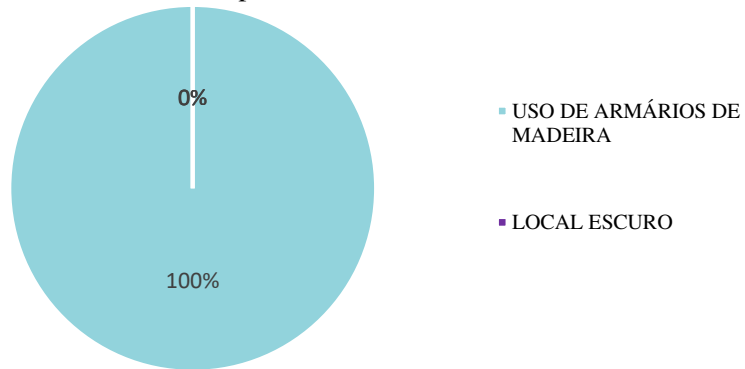
Elaborado pela autora – 2023.

Gráfico 16 - Caso considere inadequado, marque o/os problema/s apresentado/s.



Elaborado pela autora – 2023.

Gráfico 16.1 - Caso considere inadequado, marque o/os problema/s apresentado/s.

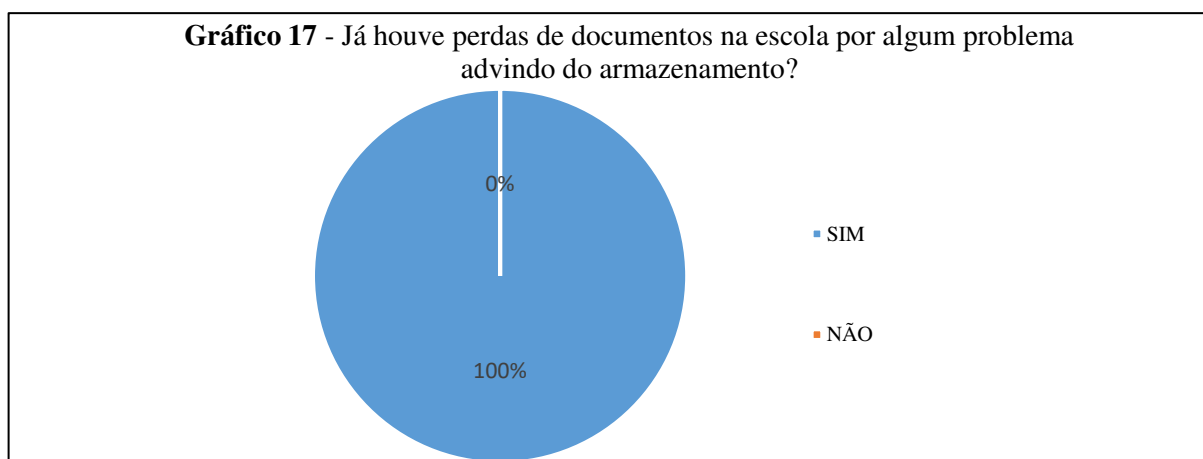


Elaborado pela autora – 2023.

Vale destacar que as respostas evidenciadas nos dados dos gráficos 15, 16, 16.1 corroboram a nossa observação durante a pesquisa de campo, quanto ao espaço físico da guarda documental atualmente. Observamos um espaço pequeno, sem luminosidade e ventilação, compartilhamento do mesmo espaço com outros objetos, além de uso de armários inapropriados para tal fim. Convém ressaltar que 100% desse seguimento pesquisado confirmou tal realidade, como mostram os gráficos 16 e 16.1. Posto isso, entendemos que há a necessidade de intervenção para aperfeiçoar o armazenamento deste patrimônio do CETEP do Sertão Produtivo.

Apesar de termos entrevistado apenas duas funcionárias atuantes na secretaria da escola, pudemos nos basear sobre a realidade situacional no que se refere ao manuseio dos referidos documentos. Entendemos que esta situação configura em prejuízos sob o ponto de vista das pesquisas, pois a ausência de uma gestão documental eficiente põe em xeque o conhecimento que pode ser adquirido nesse espaço cultural.

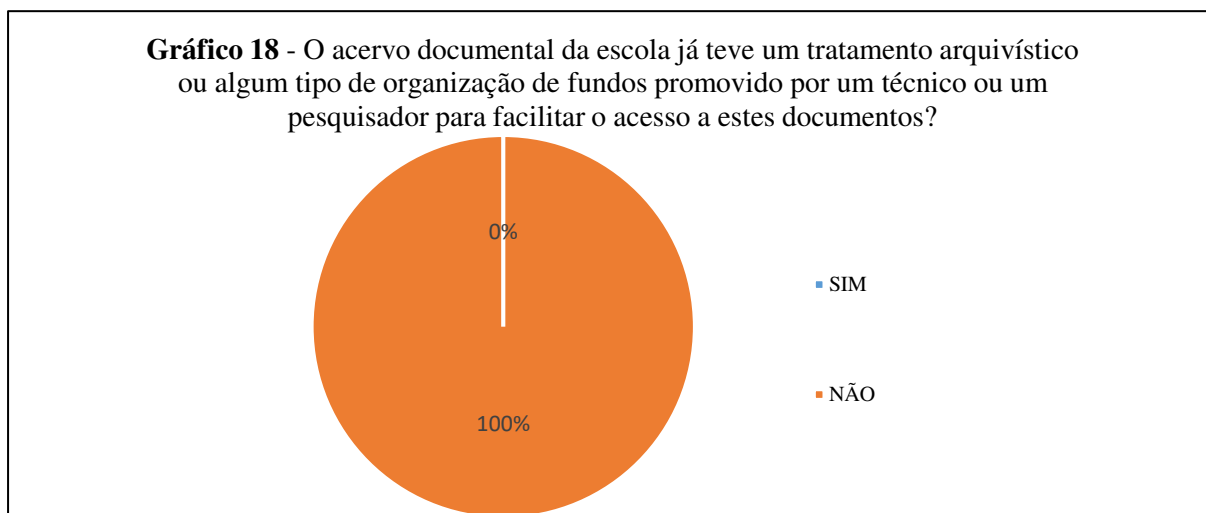
Sabemos que um arquivo acondicionado e armazenado sem as técnicas adequadas, pode provocar perdas documentais por meio de diversos fatores, causando diversos prejuízos. Assim, indagamos se já houve perdas de documentos no CETEP do Sertão Produtivo, por algum problema relacionado à técnica de armazenamento. O gráfico 17 revela a ausência de um gerenciamento de arquivo mais eficaz, evidenciando que já houve perda de documentos devido a algum problema.



Elaborado pela autora – 2023.

Vale ressaltar que, durante a catalogação, constatamos vários documentos com danos provocados por insetos – cupins, o que endossa a resposta. Isso leva a crer que documentos podem ter sido descartados por esse motivo.

Ao finalizar esta etapa de perguntas por seguimento, desejamos saber também se o acervo documental da escola já teve um tratamento arquivístico ou algum tipo de organização de fundos promovido por um técnico ou um pesquisador para facilitar o acesso a estes documentos. As respostas corroboram o propósito deste trabalho.



Elaborado pela autora – 2023.

Sobre a atuação de profissionais habilitados ou pesquisador/a com algum projeto arquivístico que pudesse contribuir com o melhor acesso aos documentos, foi informado que não existe e nunca existiu esse tipo de trabalho. Portanto, esta prática não é de conhecimento das funcionárias, confirmando a ausência de ações facilitadoras de pesquisas nos arquivos desta unidade escolar.

4.4 Sobre a construção de um catálogo com as descrições do arquivo permanente da escola

A última pergunta do questionário (questão aberta) foi direcionada a todos os participantes (a mesma para a equipe técnico-administrativa, professores e gestoras escolares), com o intento de observar a visão destes com relação ao produto desta pesquisa. Indagamos a importância de um catálogo com descrições do arquivo permanente da escola e se o considera como uma ferramenta necessária para subsidiar o acesso das pessoas ao patrimônio documental do CETEP do Sertão Produtivo. As respostas endossam a proposta apresentada como produto deste trabalho, enquanto um instrumento de pesquisa que subsidie trabalhos de professores e outros pesquisadores. De modo geral, as considerações evidenciaram a importância desse instrumento de apoio à pesquisa e sua potencialidade para redimensionar aspectos de cidadania, a partir dos vínculos entre um patrimônio cultural (neste caso, um arquivo documental) com as

suas respectivas comunidades e assim, tornar indivíduos mais conscientes, preservando elementos de memórias e de identidade. Foi possível observar que, de forma unânime, consideram necessária a catalogação do acervo permanente da escola, que contemple a memória e patrimônio de uma instituição de ensino, associada às noções de identidade e cidadania.

Seus pareceres positivos estão evidenciados nos fragmentos a seguir, tendo como pergunta formulada: Qual a importância de um catálogo com as descrições do arquivo permanente de uma escola? Você o considera como uma ferramenta necessária para subsidiar o acesso a esse acervo documental no CETEP do Sertão Produtivo?

A maioria dos professores pesquisados salientou a importância para o aluno conhecer a história da escola, e/ou da região a qual pertence, afirmando que esta ação abre um leque de possibilidades para a aproximação dos sujeitos às narrativas locais, favorecendo a constituição da própria identidade. O P2, por exemplo, frisou que “a catalogação e organização do patrimônio documental e histórico da unidade de ensino é extremamente importante tanto para a pesquisa quanto para a preservação desses documentos”. Vale ressaltar a fala de outro professor (P10), que evidencia a importância da facilitação do acesso aos documentos para pesquisa através de um catálogo, dizendo que “a ferramenta é importante, pois é um estímulo à pesquisa. Não se trilha com disposição um caminho com barreiras”. Outros professores sinalizaram a relevância desse tipo de sistematização documental e a necessidade de incentivar as pesquisas em acervos escolares. O P3 diz que “o catálogo torna possível qualquer pesquisa relacionada ao CETEP do Sertão Produtivo de forma célere”. Neste viés, outra professora (P9) afirma que conhece o local de guarda documental da escola e julga “necessário um local apropriado para destino e organização do acervo, para que a memória e a história dessa instituição não se desviem ao longo dos anos”. A resposta de outra professora (P 6) endossa essas ideias ao responder essa questão, quando afirma que “a ação de catalogar os documentos da escola assegura a integridade do acervo em questão e torna-o acessível, seguro e imediato”.

Apresentamos também as respostas atribuídas a esta última questão pela diretora, ex-diretoras e as duas funcionárias da escola. A D1 reitera que “Um catálogo é um guia que ampara e orienta na busca de documentos. É uma ferramenta de extrema importância para auxiliar no acesso ao patrimônio documental de uma instituição”. Sobre esse instrumento de pesquisa a ED1 disse: “Com certeza. O catálogo é uma ferramenta necessária, e, embora já tenham sido discutidas formas de organização do acesso a esse acervo e de sua manutenção, ainda não temos essa ferramenta”. Para concluir as respostas desta questão neste seguimento, a ED2 também endossa as afirmações dizendo: “Sim. A organização e acessibilidade do acervo

de guarda temporária ou permanente são indispensáveis para garantir a publicidade do patrimônio documental”.

As duas funcionárias também responderam, ressaltando a importância de uma ferramenta de pesquisa contendo a descrição do arquivo permanente de uma escola. Uma ainda lembrou que já havia sido mencionado na escola um trabalho dessa natureza, porém deixado cair em esquecimento. Ambas disseram que estão com “boas expectativas” por este produto.

A partir da análise do resultado desta última questão, fica evidenciado que houve unanimidade nas respostas dos entrevistados, dentre as quais emergiram três aspectos que podemos considerar como fator preponderante neste trabalho, sendo o primeiro: a visibilidade do acervo documental da escola como possibilidade de pesquisa para a reconstrução da história e da memória da escola; no segundo, o fato de que os documentos escolares são matrizes de identidade de um povo e, por fim, a importância da organização e facilitação do acesso e localização de um arquivo em um acervo documental.

5 PRODUTO

As ações desenvolvidas por meio da pesquisa Catalogação dos Arquivos Escolares Permanentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetitê/Ba: Subsídio para Preservação da Memória e Acesso ao Patrimônio Documental, desenvolvida através do programa de Pós-graduação Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VI, resultaram no seguinte produto: *Catálogo de Fontes Documentais 2002 - 2015: Memórias do CETEP do Sertão Produtivo*. Este produto foi originado a partir da sistematização do arquivo permanente do CETEP do Sertão Produtivo com objetivo de estimular seu potencial metodológico dentro e fora da escola. O Catálogo, como instrumento de pesquisa, traz descrições desse acervo documental com orientações para facilitar as buscas.

A proposta apresentada permite a visibilidade dos documentos por parte da comunidade escolar interna e externa, principalmente o corpo pedagógico e estudantes, que poderão fazer uso desse patrimônio cultural para diversos fins. Assim, com mais acesso à própria história, pretendemos estabelecer uma relação afetiva entre a escola e todas as pessoas que, de alguma forma estão envolvidas nessa história. É um trabalho que subsidia a construção da identidade e o sentimento de pertencimento da comunidade diante do seu percurso histórico. Para tanto, o Catálogo aponta alguns objetivos, como: facilitar a localização dos arquivos permanentes da instituição, servindo como ponto de partida para o encontro de uma fonte de consulta, contribuindo para que os arquivos escolares se tornem acessíveis para diversos fins, sobretudo para o desenvolvimento de pesquisas diversas e de ações educativas; aproximar professores e estudantes do CETEP do Sertão Produtivo e outras pessoas ao arquivo da escola; sensibilizar a comunidade interna e externa quanto à importância do acervo escolar para as narrativas históricas e a construção de memórias.

Esse produto consiste na descrição de parte do acervo documental da escola (arquivos permanentes), com vistas a garantir o acesso racionalizado a essa documentação produzida e recebida na escola, que versa a trajetória da educação baiana nas últimas duas décadas e suas peculiaridades, assim como os registros da cultura escolar, que, segundo Pollak (1989), “[...] um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória [...]” (POLLAK, 1989, p.13). Por conseguinte, a sistematização desses documentos não permite que o acesso a essas fontes seja dificultado pela falta de organização. A estes arquivos não basta estarem disponíveis, precisam estar acessíveis e, para que isso aconteça, demanda uma ferramenta de pesquisa, resultado da organização

arquivística, pós catalogação, acondicionamento e armazenamento nos equipamentos e locais adequados, visando acessibilidade, conservação e preservação.

O catálogo, delineado no ramo da arquivologia como um instrumento de pesquisa, que se caracteriza como um dos preceitos da gestão de documento de arquivo, reúne a descrição particularizada dos documentos previamente estabelecidos, tornando-se um instrumento de mediação e difusão de um acervo, firmando-se na função social educativa dos arquivos escolares. Estes dispositivos de pesquisas utilizados tanto nos arquivos quanto nas bibliotecas, além de promover a visibilidade dos materiais, beneficia na conduta relacionada à organização e, conseqüentemente, na preservação de documentos históricos. Quanto aos catálogos construídos nas bibliotecas, Mey (1995) diz que:

Como se tornaria impossível aos usuários das bibliotecas, para escolha do mais conveniente, folhear todos os livros, ou ouvir todos os discos, ou manusear todas as outras formas de registro disponíveis no acervo, mesmo que os itens estivessem ampla e corretamente organizados, nós, bibliotecários, elaboramos representações desses itens, de forma a simplificar a busca. Essas representações abrangem tanto o aspecto físico dos itens como seu conteúdo (Mey, 1995, p.1).

Assim acontece em um arquivo escolar. O instrumento de pesquisa constituído em um catálogo tem como objetivo ordenar, relacionar e descrever individualmente as séries dos documentos contidos no acervo, pois, desta forma, simplifica a busca. O catálogo é diferente do inventário. Este descreve sumariamente os documentos, enquanto o primeiro dá continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, podendo constituir-se em instrumento direcionado para a localização específica de unidades documentais. Segundo Bellotto (2004, p. 202), o catálogo é “o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação”. Neste sentido, o autor afirma que esse manual possibilita o “rastreamento” dos documentos de um arquivo para que suas informações sejam utilizadas para diversos fins.

Como asseveram Mey e Silveira (2009), para um catálogo tornar-se de fácil consulta e de fácil manutenção, deve ser flexível, ou seja, permitir inserção de registros de itens incorporados ao acervo ou exclusão de itens descartados, dentre outras alterações. Ser de manuseio facilitado; com boa sinalização, localizado em espaços visíveis e acessíveis e apresentar instrução de uso. Ainda deve conter portabilidade (permite ser consultado à distância) e, por fim, a compacidade (ocupar pouco espaço). Vale ressaltar que as inquietações ocorridas que culminaram neste produto de mestrado nasceram justamente do entendimento de

que se faz necessária a construção de um dispositivo como guia, que fosse atraente, dinâmico e capaz de suscitar diversas buscas com facilidade, democratizando o acesso à informação.

O Catálogo, produto deste estudo, encontra-se organizado da seguinte forma: elemento pré-textual - capa, contracapa, creditação e sumário, seguido dos elementos textuais - apresentação, introdução, campo empírico e objeto de pesquisa, organização arquivística, catálogo e catalogação, caminhos percorridos, exemplos de séries documentais organizados, acesso à informação, descrição dos documentos permanentes catalogados e as considerações finais. Na fase da edição gráfica do Catálogo, recorreremos à plataforma online Canva, para a montagem da estrutura e da diagramação. Contém também imagens de algumas etapas do processo da pesquisa.

Para se ter acesso a esse produto, procuramos contemplar aos consulentes por meio de duas opções: Primeira, fazendo uso de um computador, já disponível no espaço de guarda documental, localizado no CETEP do Sertão Produtivo, abrir uma pasta nomeada *acervo do CETEP sertão produtivo 2002 a 2015*, onde são encontrados dois arquivos: o Catálogo completo, fruto deste trabalho, e a lista descritiva dos documentos catalogados, contendo série documental, assunto, data-limite e a localização. Esta lista foi produzida com uso do Microsoft Word, que fomenta uma técnica de localização de documentos através da ferramenta de busca *localizar* e o assunto desejado para a pesquisa.

A outra opção para fazer uso desse instrumento de pesquisa é por meio das plataformas digitais, com a utilização do Google Drive, cujo acesso pode ocorrer tanto através de link, https://drive.google.com/file/d/1ulBEs01ip8-aS5fTze5ul_jlT8uEKVJ0/view?usp=drive_link quanto de um código QR (disponibilizado abaixo). O produto digital contém duas abas norteadoras para a localização desses materiais, como mostra a figura a seguir.

Imagem 16 – Página inicial da versão digital do Catálogo.



Fonte: Template do Canva. Hugo Carvalho, 2024.

Na página inicial da versão digital, os conteúdos do Catálogo podem ser acessados através de duas abas: ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL e ACESSO AOS ARQUIVOS. Ao clicar na primeira aba, encontram-se duas páginas: *Memórias dos CETEP 2002 – 2015*, que exhibe a versão escrita do catálogo e *Fontes Iconográficas 2002 – 2015*. Estas trazem alguns elementos constitutivos destes fundos. Na outra aba intitulada ACESSO AOS ARQUIVOS, são encontrados os documentos catalogados e descritos, distribuídos em três páginas: *Caixas-Arquivo, Pastas-Arquivo e Diários de Classe*.

Vale ressaltar que não houve descrição minuciosa de todos os documentos, em especial os ofícios. Destes, nesta pesquisa, a prática se resumiu na organização por ano de recebimento e expedição. De modo geral, o critério utilizado neste trabalho foi o de descrever categorias temáticas amplas e informações de suas datas-limite. Ressaltamos também que os endereços eletrônicos se encontram disponibilizados no catálogo, em espaços físicos da escola nas suas redes sociais, além de outros dispositivos oportunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arquivos Escolares, enquanto fonte histórica de informação, vêm sendo discutidos por diversos pesquisadores, educadores e outros sujeitos interessados, despertando novos olhares em relação aos documentos arquivísticos, com elevação a um diálogo que emerge tanto das teorias utilizadas para a organização e preservação destes documentos no âmbito arquivístico, quanto na reconstrução das memórias das escolas e nas investigações acerca da história da educação, a partir do acesso a estas fontes, tema tratado nesta pesquisa. Em contrapartida, vemos que existem empecilhos quanto à materialização de investigações, uma vez que há distanciamentos da comunidade escolar interna e externa ao lugar de guarda documental, causando impactos negativos nas construções das histórias e das memórias.

Tendo em vista o valor histórico-cultural dos documentos permanentes e a escola enquanto espaço cultural a ser explorado, com muitas histórias a serem contadas, como peculiaridades da cultura escolar que vai sendo construída no dia a dia, é possível assentir o potencial que tem esse acervo, que se constitui em um conjunto de documento rico e plural, sobretudo, em ações educativas. Neste viés, diversos autores sinalizam inúmeros desafios e possibilidades da utilização dessa massa documental como fonte de estudo da história da educação e como subsídio para o trabalho docente, pois é nesse espaço que encontramos a documentação escolar que são reflexos das atividades-fim e atividades-meio da escola.

Neste trabalho de abordagem quali-quantitativa, buscamos, ao longo das leituras e das investigações, algumas teorias que trazem à baila a relevância dos arquivos escolares, as potencialidades desse acervo, em especial os arquivos permanentes, que, equivocadamente, ainda vêm sendo chamados de “arquivo morto”. Teve como desígnio proporcionar um olhar sobre os arquivos documentais do CETEP do Sertão Produtivo, guardião das memórias de duas instituições: uma extinta e outra que oferta atualmente a Educação Profissional. Apresentamos como problemática, neste estudo, a percepção social sobre o impacto da catalogação dos arquivos permanentes do CETEP do Sertão Produtivo, para a constituição da memória e identidade da escola e a pesquisa em educação no território de identidade. Neste viés, foi evidenciada a aprovação dos participantes desta pesquisa, confirmando a sua relevância, presumindo que terá efeito positivo para a qual foi criada.

Mediante a catalogação dos documentos, foi possível visualizar suas potencialidades para subsidiar estudos sobre a cultura escolar, enquanto políticas e práticas educacionais desenvolvidas numa instituição em um determinado tempo e espaço. Na pesquisa de campo, observamos como ponto forte a perspectiva otimista dos entrevistados quanto ao trabalho de organização e preservação dos arquivos documentais da escola. Foi evidenciada a inexistência

do vínculo efetivo entre professores e essa fonte de pesquisa (arquivo escolar), situação que também nega a aproximação dos estudantes a esse espaço e materiais de grande importância na formação do cidadão conhecedor de sua história. Observada também a dificuldade enfrentada pelos profissionais do setor administrativo no que tange ao manuseio e guarda documental. Assim, constatamos que a organização do arquivo e a existência de um instrumento para auxiliar na localização de um documento beneficiam não somente pesquisadores, como também a equipe técnica da escola.

Ao realizar este trabalho, consideramos como um grande desafio para a escola e os órgãos responsáveis pela preservação documental, a busca de solução de problemas relacionados ao espaço físico, ao melhor acondicionamento e armazenamento desse acervo, no intuito de transformar a realidade encontrada, como: condições físicas inapropriadas, inclusive documentos dividindo espaços com outros tipos de materiais, iluminação inadequada, dificuldade de acesso às informações, recursos humanos escassos, desconhecimento sobre gestão de documentos por parte das pessoas que lidam com a documentação, dentre outras dificuldades. Neste prisma foi observado, a partir da realidade empírica e da literatura que trata do tema, que há lacunas quanto aos mecanismos de gestão arquivística que atendam, de modo satisfatório, as funções do arquivo, conforme prevê a Lei Nº 8.159/1991, que ampara instituições e órgãos a tratarem seus documentos, assim como a Lei Nº 12.527 de 2011, que regulamenta o direito ao acesso às informações públicas.

Um desses desafios claramente percebido refere-se à ausência de formação dos funcionários do setor administrativo da instituição e da equipe gestora. Trata-se de uma ação que contribui para potencializar a gestão documental quanto à organicidade da documentação escolar. Vale ressaltar que, apesar das limitações com relação ao conhecimento técnico para guarda documental, testemunhamos o quanto os profissionais responsáveis pelo arquivamento se esforçam para manter a documentação permanente. Encontramos esta massa documental em grande quantidade, que, depois do processo de catalogação e acondicionamento, obtivemos um total de 136 caixas arquivo, 14 pastas arquivo, além de 87 maços com diários de frequência e de rendimento escolares, tendo como invólucro, papel metro pardo.

Em virtude dos dados levantados para a estruturação desta pesquisa, podemos concluir que o Arquivo Permanente do CETEP do Sertão Produtivo configura como um campo de atuação com infinitas possibilidades de estudos e pesquisas. Para tanto, verificamos que se fazem necessárias ações que visem tornar o local de guarda documental adequado, tanto no âmbito estrutural quanto na questão técnica, além de formação do quadro funcional, por parte das Entidades Mantenedoras, sobretudo, no que se refere aos procedimentos fundamentados nos parâmetros arquivísticos de fomento à conservação e preservação documental. Foi

observado que a forma com que os documentos são arquivados atendem às necessidades básicas do setor e esta situação, por si só, não permite que um documento seja consultado facilmente.

No processo de catalogação, foi possível observar o envolvimento dos estudantes pela pesquisa, superando minhas expectativas, uma vez que o grupo demonstrou muito interesse, permanecendo firme do início ao final deste trabalho. Foi gratificante contar com a participação desses estudantes, que, nessa trajetória, pudemos perceber o quanto as descobertas, a partir de diversos materiais manuseados, propiciaram-lhes entusiasmo, nutridos pelo prazer de contribuir com a salvaguarda de um patrimônio cultural. Tal participação demonstrou sensibilidade quanto ao real valor de uma massa documental como suporte necessário para as narrativas educacionais em qualquer contexto e que essas ações têm o poder de subsidiar a conservação e preservação do acervo arquivístico, garantindo a possibilidade de propagação da memória histórica e institucional.

Esperamos que este trabalho oportunize a sensibilização da comunidade escolar interna e externa ao demonstrar que o Arquivo Permanente da escola está vivo, tornando-o reconhecido como um patrimônio cultural preservador de memórias. Pretendemos incentivar o diálogo constante entre acervo escolar e pesquisadores através de um dispositivo de pesquisa capaz de facilitar a localização de um documento, que ficará disponível na escola, tanto para acesso físico, quanto através das redes sociais.

É mister destacar que um passo importante foi dado em busca de modificações relevantes no cenário do Arquivo Escolar do CETEP do Sertão Produtivo. As ações prestadas neste trabalho não se resumiram apenas na organização do arquivo permanente. Foram colocadas em prática algumas contribuições para a preservação destes documentos, visto que, tratou-se de uma pesquisa com foco na sistematização desse acervo e na busca de estratégia para facilitar a localização, que foi materializada na construção do produto. No entanto, amplie-se a possibilidade para a continuação desta pesquisa, vez que outras problemáticas e novos olhares devem surgir com diversas possibilidades que emergem na salvaguarda de arquivos documentais com acessos facilitados, tendo muito a contribuir com a história e a memória das instituições escolares. Neste contexto, inferimos a elementar função dos lugares de memória (Nora, 1993) nos processos de rememoração, em direção às ações que promovam a inter-relação do ensino, pesquisa e extensão. Que outros trabalhos possam trilhar caminhos inesgotáveis para investigações relacionadas à diversas temáticas as quais a documentação permanente de uma escola possa servir de base.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lielva Azevedo. “**Agora um pouco da política sertaneja**”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité – 1885 – 1924. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, 2011. Disponível em: <https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ANDRADE, Larizza Bergui de; LAMAS, Nadja de Carvalho. Educação **Patrimonial no ensino formal**: consciência e participação cidadã. SciELO - **Scientific Electronic Library Online**. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7M7XM7Hh4MWptHx6FV7zwKL/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? In: Revista Outro Olhar – **revista de Debates**. Ano IV, n. 4, BH, out. 2005. Disponível em: [https://revistaensinoeducacao.pgsskroton.com.br/article/view/6571/4615#:~:text=A%20Educ%20a%20C3%A7%C3%A3o%20patrimonial%20tem%20uma,partir%20de%20um%20olhar%20diferenciado](https://revistaensinoeducacao.pgsskroton.com.br/article/view/6571/4615#:~:text=A%20Educ%20a%20C3%A7%C3%A3o%20patrimonial%20tem%20uma,partir%20de%20um%20olhar%20diferenciado.). Acesso em: 30 ago. 2021.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais**: uso e mau uso dos arquivos. Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BAHIA. **Lei nº 6.812** de 18 de janeiro de 1995. Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Salvador, BA, 19 jan.1995. Disponível em: http://www.secti.ba.gov.br/arquivos/File/DECRETOS_E_LEIS/Lei6812.pdf. Acesso em 20 abr. 2022.

BAHIA. **Lei Nº 7.293**, de 4 de maio de 1998. Institui o programa Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 5 de maio de 1998. Ano 82, n. 16.803, p. 11. Disponível em: http://www.sec.ba.gov.br/doc_arquivos/NTE%2026/SALVADOR/ESTADUAL/ESTADUAL%20ATIVA/COLEGIO%20MODELO%20LUIS%20EDUARDO%20MAGALHAES%20-%20UT%20-%2076422%20-%20SV%204779%20AL/DOE%201998.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

BAHIA. **Decreto Nº 11.355**, de 04 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. Palácio do Governo do Estado da Bahia, 4 dez. 2008. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75464/decreto-11355-08>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto Nº 15.806**, de 30 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a organização territorial dos Núcleos Regionais de Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.iguaimix.com/v3/wp-content/uploads/2015/01/Decreto-15.806-de-30.12.2014.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto N° 17.377**, de 01 de fevereiro de 2017, altera as denominações e as finalidades de unidades administrativas da Secretaria da Educação. Art. 1° - III, de Núcleos Regionais de Educação - NRE para Núcleos Territoriais de Educação – NTE. Disponível em: <https://www.escavador.com/diarios/426894/DOEBA/executivo/2017-02-02> Acesso em: 06 abr. 2022.

BAHIA. **Portaria N° 8.676**, de 16 de abril de 2009, dispõe sobre a regulamentação da estrutura administrativa dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia - 10 e 11 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.sec.ba.gov.br/doc_arquivos/nte%2021/santo%20antonio%20de%20jesus/estadual/estadual%20ativa/cetep%20do%20reconcavo%20-%20ut%20-%2078087%20-%20sv%204920%20al/dae%202009.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

BAHIA. **Decreto N° 19.298**, de 22 de outubro de 2019, dispõe sobre o regime de trabalho do Diretor, do Vice-Diretor e do Secretário Escolar, estabelece a organização administrativa e pedagógica das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.escavador.com/diarios/990972/DOEBA/executivo/2019-10-24#!>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BARLETTA, Jacy Machado. Arquivos ou museus. Qual é o lugar dos acervos escolares? **Revista brasileira de história da educação**, n°10, jul/dez, 2005. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/au/arquivos-ou-museus-qual-o-lugar-dos-acervos-escolares/>. Acesso em: 25 set. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Egap Escola de Governo e Administração Pública. Entrevista (12/2016). Entrevistador: Thiago Santos. São Paulo. A importância da gestão documental. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ljv-VYhqaFc>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar: 1810-1970**. Autêntica: Belo Horizonte, MG, 2004.

BONATO, Naida Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161079010.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. **Lei N° 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5°, no inciso II do § 3° do art. 37 e no § 2° do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991 – Lei de Arquivos. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 455, 9 jan. 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. História, Geografia. Brasília, MEC/SEF. Disponível em: <https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/pcn-historia-geografia.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394/96**, de 04 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília DF, ANO CXXXIV - Nº 248. 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 maio 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, pp. 41 a 44. 22 de dez. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. CNE/CEB. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, nº 142, p. 18, 26 jul. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5154-23-julho-2004-533121-publicacaooriginal-16200-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 6.302**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 4, 13 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso em 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de A. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo de Rio Claro**. Rio Claro, SP. n.1, 2003. Disponível em: <https://www.aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Revista-do-Arquivo-n%C2%BA-1-2003.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**.3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo**. 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DEWEY, John. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

ESTRELA, Ely Souza. **Os Sampauleiros: cotidiano e representações**. São Paulo: Humanistas, FFCLH-USP:/Fapesp/Educ, 2003.

FELGUEIRAS M. L. Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação RBHE** Campinas SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/JACIRA/Downloads/Heranca educativa e museus reflexoes em torno das .pdf](file:///C:/Users/JACIRA/Downloads/Heranca%20educativa%20e%20museus%20reflexoes%20em%20torno%20das%20.pdf). Acesso em 20 ago. 2021.

FERREIRA, Shirley dos Santos. **Manual de gestão documental de arquivo escola permanente** / Shirley dos Santos Ferreira; orientadora Prof.^a. Dra. Valéria Aparecida Bari. - São Cristóvão, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) **Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3160394/mod_resource/content/1/Para%20al%C3%A9m%20da%20pedra%20e%20cal%20por%20uma%20concep%C3%A7%C3%A3o%20amp%20de%20patrim%C3%B4nio%20cultural.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura, 2015.

FURTADO, A. C. Os Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. In CID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 145-159, 2011. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v2i2p145-159. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GATTI, Bernadete A. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAAE** – v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/36066>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GATTI, Bernadete A. **Estudos quantitativos em educação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p. : il. ; 23 cm. -- (**Projeto como fazer; v. 2**). Disponível em https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf2.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Editora Revista dos Tribunais LTDA. Edições Vértice, SP, 1990.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília**: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

LE GOFF Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: EDUSF, 1996.

MALTÊZ, Camila Rodrigues *et al.* Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. **Pedagogia em ação**, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 - Semestral Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/4840/5023>. Acesso em 06 ago. 2021.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, R. H. A. **Arquivos Escolares – Breve Introdução a Seu Conhecimento**. III Colóquio do Museu Pedagógico, 2003, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB - Vitória da Conquista - BA. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/ruy_medeiros2_artigo_0.pdf. Acesso em: 08 ago. 2021.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de; AMARAL, Cléia Márcia Gomes do. A Representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 297 - 310, jul./dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/JACIRA/Downloads/15108-Texto%20do%20artigo-63440-3-10-20110419.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MENESES, Marcelo Figueiredo de. Entrevista (31/03/2021). Entrevistadora: Isabela Salgado. São Paulo. **Arquivoz**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Egkqdxzgjus>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo. Hucitec, 1993.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**. V,16,n.I, 46, jan./abr. pp 103 – 116. 2005a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643757/11272>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História de Educação**, vol. 5, n. 2, jul, dez. 2005b, p. 75- 99. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161079005.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, n.1, p. 71-84, 2006. Disponível em: Acesso em: 27 jul. 2021.

MORAN, Jose Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II, Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (Orgs). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941832/mod_resource/content/1/Artigo-Moran.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

NORA, P. & Aun Houry, T. Y. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História** v 10, p. 12. Jul/dez. PUC-SP, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 03 abr. 2022.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**. Vol. 5. N 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SANTOS, Aline de Oliveira Costa. **Educação profissional integrada na Rede Pública Estadual da Bahia: desafios da construção de uma proposta de educação para a classe trabalhadora**. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Campus I. Salvador/BA. 2015. 160 f. Disponível em: <https://docplayer.com.br/18163849-Universidade-do-estado-da-bahia-uneb-programa-de-pos-graduacao-em-educacao-e-contemporaneidade-pggeduc-aline-de-oliveira-costa-santos.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, João Carlos da et al. História e memória: arquivos e instituições escolares na região Oeste do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, Número Especial, p. 64-75, maio 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/279482465_Historia_e_memoria_arquivos_e_instituicoes_escolares_na_regiao_oeste_do_Parana/fulltext/55b1bfd808aed621ddfd5e48/Historia-e-memoria-arquivos-e-instituicoes-escolares-na-regiao-oeste-do-Parana.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVA Antônia Almeida. As Políticas Públicas Para Educação Na Bahia Nos Anos 90: Entre a continuidade e o aprimoramento dos marcos operacionais do Estado. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28, p.239 –257, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584 Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5034/art16_28.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Orgs). **A Cultura Escolar em Debate**. Questões conceituais, metodológicos e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centro de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. (Projeto Como Fazer, n. 09).

VIDAL, Diana Gonçalves. **Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental**. In: FARIA FILHO, L. M. de (org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p. 31-43. (Coleção memória da educação).

VIDAL, Diana Gonçalves. DOSSIÊ Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação Apresentação **Revista Brasileira de História de Educação**, vol. 5, nº. 2, Júlio-dez, 2005, pp. 71- 73. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161079004.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

VIÉGAS, L. S. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em Psicologia e Educação. In: **Diálogos possíveis: Revista da Faculdade Social da Bahia**. Ano 6, n.1, jan./jun, 2007, Salvador: FSBA, p.102-120). Disponível em: <http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis>. Acesso em: 20 jun. 2022.

XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS José Gerardo (Orgs). **História, Memória e Educação: Aspectos Conceituais e Teórico-Epistemológicos**. IMPRECE. Fortaleza-Ceará, 2018.

Fontes Iconográficas

ARANHA, L. **Prédio do CETEP do Sertão Produtivo em Caetité/BA**. 2020. Disponível em:https://lh3.googleusercontent.com/p/AF1QipMEFWyd6WLDMBEB3jMILb2oopJiuS_ZCB4dHCu1=s680-w680-h510. Acesso em: 25 de jul. 2022.

FOURSQUARE **Prédio do Colégio Modelo em Caetité/BA**. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=FOURSQUARE+Pr%C3%A9dio+do+Col%C3%A9gio+Modelo+em+Caetit%C3%A9%2FBA>. Acesso em: 18 de ago. 2022.

Google Maps. **Localização do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo**. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Centro+Territorial+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Profissional+do+Sertao+Produtivo/@-3.8001752,-128.7774976,3.75z/data=!4m6!3m5!1s0x744d5cf25ec469d:0xe5b7c03ae46f9236!8m2!3d-14.067256!4d-42.4936841!16s%2Fg%2F11bycfzcrf?hl=pt-BR&entry=ttu>. Acesso em 25 de jul. 2022.

NUPETESP. **Território de Identidade Sertão Produtivo**. Disponível em:

<https://nupetesp.blogspot.com/p/sertao-produtivo.html>. Acesso em: 25 de jul. 2022.

SecultBA. Secretaria de Cultura. **Divisão Territorial da Bahia**. Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. . Acesso em: 25 de jul.2022.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES DO CETEP DO SERTÃO
PRODUTIVO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS VI



PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
LINHA II – ENSINO, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Catálogo dos Arquivos Escolares Permanentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetitê/Ba: Subsídio para Preservação da Memória e Acesso ao Patrimônio Documental

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) professor (a),

Este questionário é parte de uma pesquisa para mapeamento, organização e catalogação do acervo documental do CETEP do Sertão Produtivo, Caetitê – BA, para a elaboração de dissertação de mestrado e visa coletar informações sobre a compreensão que se tem de arquivo escolar, preservação e utilização deste, com equipe gestora, docentes e funcionários da escola. Conto com a sua colaboração para respondê-lo, pois sua participação é muito importante para o desenvolvimento desse trabalho. Desde já, agradeço sua colaboração.

Dulce Dilma Oliveira Neves
Mestranda

Identificação

1. Nome:

2. Sou Professor (a) da Rede Estadual de Educação Básica do Estado da Bahia.

() sim () não

3. Formação:

() graduação () especialização () mestrado () doutorado

4- Área do conhecimento:

() Linguagens () Ciências da Natureza () Ciências Humanas () Matemática

5. Atua enquanto profissional da educação:

() Ensino Fundamental I () Ensino Fundamental II () Ensino Médio

6. Tempo de atuação docente na instituição de ensino:

() 1 a 4 anos () 5 a 10 anos () mais de 10 anos

Percepção quanto ao arquivo documental da escola

1. Você tem conhecimento do local onde fica arquivado o acervo documental da escola?

() sim () não

2. Você já desenvolveu ou desenvolve alguma atividade pedagógica fazendo uso dos arquivos escolares da escola em que trabalha?

sim não

3. Caso tenha acesso ao arquivo da escola onde trabalha, você considera que o acervo está adequadamente organizado para consultas e pesquisas?

sim não não tenho acesso

4. Você já desistiu de realizar uma atividade de pesquisa com uso de fontes documentais encontradas no arquivo da escola, por considerar o acervo documental de difícil acesso, constituindo-se em uma barreira para a pesquisa?

sim não algumas vezes

5. Como você percebe o acesso das pessoas, com exceção do pessoal do setor administrativo, aos arquivos escolares do CETEP do Sertão Produtivo?

nenhum pouco razoável satisfatório

6. Caso necessite de uma informação que deve ser encontrada nos documentos permanentes (arquivo morto) da escola, você acredita que este será encontrado com facilidade?

sim, porque acredito que os documentos estejam todos organizados e catalogados.

não, porque imagino que os documentos estão fora de ordem, portanto, com dificuldade de localização.

7. Que impacto você considera para a escola e para a história da educação, a organização e a catalogação dos seus arquivos documentais? Pode marcar mais de uma opção, caso julgue necessário.

favorece o trabalho pedagógico na instituição escolar

auxilia a pesquisa na área da educação

contribui para o resgate da memória da escola, melhorando o acesso às fontes documentais

nenhum impacto positivo, uma vez que poucos ou ninguém interessa por pesquisa em arquivos.

8. Qual a importância de um catálogo com as descrições do arquivo permanente de uma escola? Você o considera como uma ferramenta necessária para subsidiar o acesso a esse acervo documental no CETEP do Sertão Produtivo?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO À DIRETORA E EX-DIRETORAS DO CETEP DO SERTÃO PRODUTIVO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS VI



PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
LINHA II – ENSINO, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Catologação dos Arquivos Escolares Permanentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetitê/Ba: Subsídio para Preservação da Memória e Acesso ao Patrimônio Documental

QUESTIONÁRIO

Prezada diretora e ex-diretoras,

Este questionário é parte de uma pesquisa para mapeamento, organização e catalogação do acervo documental do CETEP do Sertão Produtivo, Caetitê – BA, para a elaboração de dissertação de mestrado e visa coletar informações sobre a compreensão que se tem de arquivo escolar, preservação e utilização deste, com equipe gestora, docentes e funcionários da escola. Conto com a sua colaboração para respondê-lo, pois sua participação é muito importante para o desenvolvimento desse trabalho. Desde já, agradeço sua colaboração.

Dulce Dilma Oliveira Neves
Mestranda

Identificação

1. Nome: _____
2. Sou professor(a) da Rede Estadual de Educação Básica do Estado da Bahia.
 sim não
3. Formação
 graduação especialização mestrado doutorado
4. Fui/sou gestora do CETEP do Sertão Produtivo há quanto tempo:
 1 a 4 anos 5 a 10 anos mais de 10 anos

Percepção quanto ao arquivo documental da escola

1. Sabe-se que o poder público tem o dever de preservar seus arquivos, através da gestão de documentos, tendo por fundamento a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. Uma das ações de salvaguarda documental é a política de armazenamento. No CETEP do Sertão Produtivo há um espaço destinado ao acervo documental recebido e produzido pela escola?
2. No CETEP do Sertão Produtivo, quem é o responsável pelo arquivamento do acervo documental? Há uma política de organização e preservação dessa documentação?
3. Durante sua gestão, o CETEP do Sertão Produtivo já foi procurado para a realização de pesquisa com a utilização do acervo documental? Em caso positivo, como se deu o acesso aos documentos?

4. A escola já recebeu algum apoio por parte de órgãos governamentais ou da comunidade externa para a organização e preservação do acervo da instituição ou formação de pessoal, sobre técnicas de arquivo e gestão documental?

5. Existe um método de arquivamento adotado pelos profissionais responsáveis pela guarda da documentação escolar no CETEP do Sertão Produtivo?

6. Sabemos que os documentos do arquivo inativo ou arquivo permanente são fontes de fundamental importância para a pesquisa no âmbito educacional. A escola tem mantido esses documentos? Ou faz descartes com frequência?

7. Qual é sua opinião quanto a manutenção dos arquivos documentais permanentes (arquivo morto) na escola?

8. Qual a importância de um catálogo com as descrições do arquivo permanente de uma escola? Você o considera como uma ferramenta necessária para subsidiar o acesso a esse acervo documental no CETEP do Sertão Produtivo?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO C – QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS DUAS FUNCIONÁRIAS DO SETOR ADMINISTRATIVO DO CETEP DO SERTÃO PRODUTIVO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS VI
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
LINHA II – ENSINO, SABERES E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Catálogo dos Arquivos Escolares Permanentes do Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, Caetitê/Ba: Subsídio para Preservação da Memória e Acesso ao Patrimônio Documental

QUESTIONÁRIO

Prezada funcionária,

Este questionário é parte de uma pesquisa para mapeamento, organização e catalogação do acervo documental do CETEP do Sertão Produtivo, Caetitê – BA, para a elaboração de dissertação de mestrado e visa coletar informações sobre a compreensão que se tem de arquivo escolar, preservação e utilização deste, com equipe gestora, docentes e funcionários da escola. Conto com a sua colaboração para respondê-lo, pois sua participação é muito importante para o desenvolvimento desse trabalho.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Dulce Dilma Oliveira Neves

Mestranda

Identificação

1. Nome: _____
2. Sou funcionária no setor administrativo do CETEP do Sertão Produtivo, na secretaria da escola.
 sim não
3. Formação:
 ensino médio graduação especialização mestrado doutorado
- 4- Área de atuação na secretaria da escola:
 documentação de alunos e professores pastas de notas e diários de classe
 matrículas e livros de ponto arquivamento de documentos outros
5. Tempo de trabalho na instituição de ensino:
 1 a 4 anos 5 a 10 anos mais de 10 anos

Percepção quanto ao arquivo documental da escola

1. Quem é responsável pelo arquivamento dos documentos na escola?
 colegas de trabalho você e outras pessoas na unidade de ensino
 uma pessoa específica para essa função você
2. Em que situação se encontra o arquivo escolar do CETEP do Sertão Produtivo na atualidade? Caso julgue necessário, marque mais de uma opção.
 Organizado de modo satisfatório
 Organizado de modo insatisfatório
 Com acesso de muitas pessoas
 Com acesso de poucas pessoas

3. Quanto ao arquivamento da documentação recebida ou produzida pelo CETEP do Sertão Produtivo, existe algum instrumento (manual, guia) que oriente a organização para a conservação desse acervo?

Existe, porém não tenho acesso Existe e é colocado em prática não existe

4. Você conhece as técnicas de arquivamento de documentos?

sim não algumas

5. Você já participou de alguma formação ou qualquer tipo de orientação sobre as técnicas de arquivamento documental? Caso julgue necessário, marque mais de uma opção.

sim não faço leituras sobre organização de arquivo (uma marcar)

6. Você já orientou alguém na busca por documentos do acervo da escola para alguma pesquisa? Em caso positivo, como ocorreu essa busca?

sim, foi através de um tipo de guia de acesso

sim, foi através das identificações feitas pelo setor administrativo

sim, foi muito difícil fazer a busca por falta de um dispositivos para localização

não

7. Qual a importância da manutenção (não fazer descartes aleatoriamente) dos arquivos documentais da escola e arquivá-los de forma organizada? Caso julgue necessário, marque mais de uma alternativa.

podem tornar-se úteis para fins administrativos

pode tornar-se úteis enquanto fontes de pesquisas

não vejo nenhuma importância

8. O espaço físico onde atualmente encontram-se armazenados os arquivos permanentes do CETEP do Sertão Produtivo é:

adequado inadequado

09. Caso considere inadequado, marque o/os problema/s apresentado/s:

sem ventilação local com umidade uso de armários de madeira local escuro

10. Já houve perda de documentos na escola por algum problema advindo do armazenamento?

sim não

11. O acervo documental da escola já teve um tratamento arquivístico ou algum tipo de organização de fundos promovidos por um técnico ou um pesquisador, para facilitar o acesso a estes documentos?

sim não

12. Qual a importância de um catálogo com as descrições do arquivo permanente de uma escola? Você o considera como uma ferramenta necessária para subsidiar o acesso a esse acervo documental no CETEP do Sertão Produtivo?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA A AMOSTRA



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS CAMPUS VI
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº466/12, DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____ Documento de Identidade
Nº: _____ Sexo: F () M () Data de Nascimento ____/____/____ Endereço

Complemento _____ Bairro _____ Cidade:

CEP: _____ Telefone: (____) _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

- 1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL**
- 2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Dulce Dilma Oliveira Neves
- 3. Cargo/Função:** Discente da Universidade do Estado da Bahia
- 4. ORIENTADOR:** Prof. Dr. Genilson Ferreira da Silva

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: **CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL**, de responsabilidade da pesquisadora Dulce Dilma Oliveira Neves, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo: **Organizar o arquivo documental do CETEP do Sertão Produtivo, com a participação de estudantes da 2ª série do Curso Técnico em Administração e 2ª série do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, através do mapeamento e organização do acervo documental da instituição, afim de construir um catálogo com as descrições desse acervo para a disponibilização.** A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios contribuir para gerar aprendizagens aos participantes, desenvolvimento de afetividade em relação a escola e a conservação da história da instituição e de sua própria história, bem como tornar as aulas de História mais interessantes e geradoras de aprendizagem significativa.

Caso aceite o Senhor(a) poderá ser responderá a questionários com perguntas sobre o tema da pesquisa e participará de oficina sobre arquivamento de documentos. Devido a coleta de informações e participação na oficina o senhor(a) poderá sofrer algum risco, pois o contato com material do arquivo

pode gerar desconforto para quem possui alergias a poeira, por isso serão fornecidos equipamentos de proteção para manuseio dos arquivos. Ao responder os questionários o Senhor(a) também poderão se sentir desconfortável por não querer expor sua opinião ou não saber responder, por esse motivo o Senhor(a) deverá responder apenas ao que quiser. Sua participação é voluntário e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr(a) não será identificado. Caso queira (a) Senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) Senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Sr.(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) Senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS - PESQUISADOR (A)

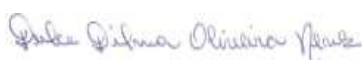
RESPONSÁVEL: Dulce Dilma Oliveira Neves. Endereço: Travessa Novo Horizonte – 99- Centro Telefone: **(77)99916-4046. E-mail: dulcedu@yahoo.com.br. Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 33123420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.**

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa: CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Caetité, 24 de maio de 2022.

Assinatura do participante da pesquisa _____



Assinatura do pesquisador discente
(orientanda)



Assinatura do professor responsável
(orientador)

ANEXO E — TERMO DE CONSENTIMENTO DE MENOR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS VI COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL. Seus pais permitiram que você participe. Queremos **organizar o arquivo documental do CETEP do Sertão Produtivo, com a participação de estudantes da 2ª série do Curso Técnico em Administração e 2ª série do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, através do mapeamento e organização do acervo documental da instituição, afim de construir um catálogo com as descrições desse acervo para a disponibilização.** Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e você não terá nenhum problema se não aceitar ou desistir. Caso aceite, você será convidado a participar de oficina de arquivamento de documentos e aula de campo com observação. É possível que o contato com material do arquivo possa gerar algum desconforto para quem possui alergias a poeira, por isso serão fornecidos equipamentos de proteção para manuseio dos arquivos, caso você queira poderá desistir de participar da pesquisa ou optar por não participar de algum momento da oficina, a pesquisadora irá respeitar sua vontade. Mas há coisas boas que podem acontecer com a realização deste projeto, pois sua participação poderá gerar aprendizagens aos participantes, desenvolvimento de afetividade em relação à escola e a conservação da história da instituição e de sua própria história, bem como tornar as aulas de História mais interessantes e geradoras de aprendizagem. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as pessoas que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa os resultados serão publicados em catálogos ou revistas científicas e você também terão acesso a eles.

Você ainda poderá nos procurar para retirar dúvidas pelos telefones:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Dulce Dilma Oliveira Neves

Endereço: Travessa Novo Horizonte – 99- Centro **Telefone:** (77)99916-4046. **E-mail:** dulcedu@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB, Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250 e-mail: cepuneb@uneb.br

Eu _____ aceito participar da pesquisa CATALOGAÇÃO DOS ARQUIVOS ESCOLARES PERMANENTES DO CENTRO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SERTÃO PRODUTIVO, CAETITÉ/BA: SUBSÍDIO PARA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL.

Entendi os objetivos e as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Caetité, 24 de maio de 2022.

Assinatura do participante da pesquisa



Assinatura do pesquisador